

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

NAS CERCANIAS DO TERRITÓRIO EWARE: TRÊS ENSAIOS  
SOBRE OS TIKUNA DE UMARIAÇU

RAIMUNDO MENDES DE SOUZA

MANAUS - AM

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

NAS CERCANIAS DO TERRITÓRIO EWARE: TRÊS ENSAIOS  
SOBRE OS TIKUNA DE UMARIAÇU

RAIMUNDO MENDES DE SOUZA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, na linha de Pesquisa: Redes, Processos e Formas de Conhecimentos, sob a orientação do Professor Doutor Renan Albuquerque Rodrigues.

MANAUS-AM

2016

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, na linha de Pesquisa: Redes, Processos e Formas de Conhecimentos, sob a orientação do Professor Doutor Renan Albuquerque Rodrigues.

Aprovada em: ...../...../ 2016.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Renan Albuquerque Rodrigues – Presidente (Ufam)

---

Prof. Dr. Michel Justamand – Membro da Banca (Ufam)

---

Profa. Dra. Hellen Cristina Picanço Simas – Membro da Banca (Ufam)

---

Prof. Dr. Allan Soljenítsin Rodrigues – Membro Suplente (Ufam)

---

Prof. Dr. Odenei Ribeiro – Membro Suplente (Ufam)

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Souza, Raimundo Mendes de  
S729n Nas Cercanias do Território Eware: Três Ensaios sobre os Tikuna de  
Umariçu / Raimundo Mendes de Souza. 2016  
166 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Renan Albuquerque Rodrigues  
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Tikuna. 2. Umariçu. 3. Amazônia. 4. Território. 5. Terra. I.  
Rodrigues, Renan Albuquerque II. Universidade Federal do  
Amazonas III. Título

*Muitos líderes políticos e líderes religiosos falam de amor, de paz, de união. Porém vivem em situação de completo isolamento, motivado pelo egoísmo e ganância, e esquecem-se de desenvolver o sentimento do verdadeiro amor pela terra, pelo ser humano, esquecem que somos todos partes de algo maior a mãe terra viva responsável pela vida de todos os seres (William Rosas, pajé Tikuna, entrevista concedida em 2016).*

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho aos meus familiares Erlane Dantas Chunha, minha querida esposa e a minha amada filha Marylin Chunha de Souza, que sempre estiveram do meu lado me apoiando com amor, dedicação e muito zelo nos momentos mais difíceis dessa trajetória.

## **Agradecimento**

Sou grato a Deus pelo dom da vida, da inteligência, pela bondade e misericórdia. Também sou grato a Deus pela esposa e companheira maravilhosa que me deu e que sempre me encorajou nesta caminhada tão difícil, porém compensadora.

Sou grato também a Ti, meu Deus, pelo grande e maravilhoso presente que me deste, refiro-me à minha querida filha, fonte de toda inspiração, entusiasmo, alegria, paz e felicidade, itens tão necessário para viver bem e feliz.

Agradeço também aos meus professores desde as séries iniciais até os da pós-graduação, pois sem eles não teria chegado até aqui. Que Deus proteja a cada um dando força, saúde, paz e muita alegria por toda vida.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia (PPGSCA), aos colegas do mestrado Edimilson Alves, Gerson Luzeiro, Mara Francisca, e aos colegas do doutorado, Daniele Brasileiro, Sebastião, Jarliane.

A meu orientador professor Dr. Renan Albuquerque, pela valorosa orientação durante a elaboração dessa dissertação.

Ao colega professor Dr. Wendel Telles, pelo incentivo e ajuda na organização do trabalho final.

A meu amigo Jósimo Júnior, pela colaboração na parte de informática.

A meu amigo professor Jorge Barbosa por ter assumido minhas disciplinas na UEA durante a minha ausência.

A minha amiga professora Maria Auxiliadora por ter assumido algumas disciplinas durante minha ausência.

Ao povo Tikuna de Umariáçú que sempre me recebeu de maneira cordial, durante a pesquisa de campo e entrevistas.

A meu amigo professor Sorlandino, diretor da escola Almirante Tamandaré por permitir um espaço de diálogo com os estudantes do Ensino Médio.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

Esse trabalho de dissertação busca compreender as políticas territoriais indigenistas e suas interfaces escolas, xamanismo, propriedade na zona de fronteira no município de Tabatinga- Amazonas, tendo como objetivo principal entender o processo de territorialização da comunidade indígena Tikuna de Umariçú, situada na periferia do município de Tabatinga, extremo noroeste do Estado do Amazonas. A pesquisa analisa as políticas do governo voltadas para as populações indígenas que têm como objetivo manter o controle territorial dessas populações por meio do processo de incentivo à urbanização de comunidades. O estudo destaca também a luta dos povos indígenas Tikuna para manter a posse do território. A dissertação está dividida em três ensaios organizados da seguinte maneira: no primeiro, fazemos uma breve análise da história dos povos indígenas no Brasil. No segundo, analisamos as políticas públicas territoriais na Amazônia. No terceiro, fazemos referência por meio de entrevistas sobre a importância e simbolismo da terra para o povo indígena Tikuna da comunidade indígena Tikuna de Umariçú. O resultado da pesquisa mostra o processo de luta dos Tikuna para conseguir a demarcação e garantir a posse de suas terras, a fim de perpetuar seus costumes e crenças. Fazemos uma breve menção sobre a relação existente entre espiritualidade e território no contexto da comunidade indígena Tikuna de Umariçú.

**Palavras chave:** Tikuna, Umariçú, Amazônia, Território, Terra.



## **SUMMARY**

This thesis aims to understand indigenous territorial policies and their interfaces schools, shamanism, property in the frontier zone in the municipality of Tabatinga-Amazonas, whose main objective is to understand the process of territorialization of the Tikuna community of Umariçú located on the outskirts of the municipality of Tabatinga, extreme northwest of the State of Amazonas. The research analyzes government policies aimed at indigenous populations whose objective is to maintain territorial control of these populations through the process of encouraging the urbanization of communities. It also highlights the struggle of the Tikuna indigenous peoples to maintain possession of the territory. The dissertation is divided into three essays organized as follows: in the first essay we give a brief analysis of the history of indigenous peoples in Brazil. In the second essay we analyze territorial public policies in the Amazon. In the third essay we make reference through interviews on the importance and symbolism of the land for the Tikuna indigenous people of the Tikuna indigenous community of Umariçú. The result of the research leads us to understand the process of struggle of the Tikuna to acquire the demarcation and ensure the possession of their land. We briefly mention the relationship between spirituality and territory in the context of the Tikuna community of Umariçú.

**Keywords:** Tikuna, Umariçú, Amazon, Territory, Land.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>APRESENTAÇÃO</b>   | <b>11</b> |
| <b>ENSAIO I</b>   | <b>14</b> |
| <b>O ESTADO E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS INDIGENISTAS<br/>NA AMAZÔNIA</b>                                    | <b>14</b> |
| 1.1 Intencionalidade do estudo  | 14        |
| 1.2 A Amazônia na política territorial  | 16        |
| 1.3 A política territorial desenvolvimentista dos anos de 1970<br>para Amazônia                             | 19        |
| 1.4 Políticas territoriais indigenistas na Amazônia   | 25        |
| 1.5 Terras indígenas: a definição legal   | 31        |
| 1.6 As terras indígenas na atualidade   | 33        |
| 1.7 Terras indígenas e economia de mercado  | 36        |
| 1.8 Reconhecimento das Terras Indígenas   | 38        |
| 1.9 A formação de Grupos de Trabalho para reconhecimento<br>de Terras Indígenas                             | 41        |
| 1.10 Políticas territoriais para o Alto Solimões  | 43        |
| 1.11 Implicações sobre a origem da comunidade Tikuna de Umariáçu  | 47        |
| 1.11.1 Origem por determinação política   | 48        |
| 1.11.2 A construção da pessoa Tikuna em contextos<br>de conflitos políticos                                 | 50        |
| 1.11.3 A guisa de conclusão   | 55        |
| <b>ENSAIO II</b>  | <b>59</b> |
| <b>POLÍTICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA E TERRITORIALIZAÇÃO<br/>NA COMUNIDADE INDÍGENA TIKUNA DE UMARIAÇU</b> | <b>59</b> |
| 2.1 Categorias empregadas e políticas públicas territoriais<br>do Estado na Amazônia                        | 59        |
| 2.2. O poder violento contra os indígenas e a dinâmica dos processos  |           |

|  |            |
|--|------------|
| de expropriação territorial das sociedades tradicionais                                      | 62         |
| 2.3. Lutas por direitos territoriais e legislação  | 63         |
| 2.4 A lógica do Estado brasileiro ante a questão indígena                                    | 70         |
| 2.5 Um pouco de história: sobre a comunidade   | 72         |
| 2.6 A luta pela posse e demarcação da terra  | 75         |
| 2.7 O contexto da educação escolar na comunidade   | 78         |
| 2.8 Território e problemas de saúde  | 82         |
| 2.9 A guisa de conclusão   | 86         |
| <b>ENSAIO III</b>  | <b>90</b>  |
| <b>FILHOS DA TERRA E SEUS SIGNIFICADOS SOBRE O AMBIENTE</b>                                  | <b>90</b>  |
| 3.1 Território e simbolismo  | 91         |
| 3.2 Processo de demarcação das terras segundo depoimento de liderança indígena da comunidade | 99         |
| 3.3 Espiritualidades e território: elementos fundamentais para a vida do povo Tikuna         | 117        |
| 3.4 Territórios e principais problemas existentes na comunidade Indígena Tikuna de Umariáçu  | 120        |
| 3.5 A guisa de conclusão   | 123        |
| <b>Considerações Finais</b>  | <b>127</b> |
| <b>Referências</b>   | <b>131</b> |
| <b>Apêndices</b>   |            |
| <b>Anexos</b>  |            |

## APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é o resultado de uma pesquisa realizada ao longo do período de estudo das disciplinas do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas e tem como objetivo compreender as políticas territoriais indigenistas e suas interfaces (escola, xamanismo, propriedade) na zona de fronteira no Município de Tabatinga-Amazonas.

Tem como foco principal entender o processo de territorialização da comunidade Indígena Tikuna de Umariáçu, situada na periferia do município de Tabatinga, extremo noroeste do Estado do Amazonas. A pesquisa ressalta as políticas territoriais do Estado brasileiro adotadas na zona de fronteira, Brasil, Colômbia e Peru, bem como sua influência no incentivo do processo de urbanização adotado como medida de controle territorial voltada para a população indígena Tikuna de Umariáçu.

A dissertação está dividida em três ensaios assim organizados: no primeiro, abordamos um pouco da história dos povos indígenas no Brasil e na Amazônia, fazendo menções às políticas indigenistas na Amazônia, às terras indígenas (TIs) e à definição legal, assim como à economia de mercado e ao reconhecimento das TIs por parte do Estado. Analisamos a questão da formação de grupos de trabalho, para reconhecimento das terras indígenas, expomos sobre políticas territoriais no Alto Solimões, falamos sobre a terra e suas implicações na origem da comunidade indígena Tikuna de Umariáçu no Alto Solimões e analisamos a construção da pessoa Tikuna de Umariáçu em contexto de conflitos políticos.

No segundo ensaio, temos como eixo central da pesquisa o Estado na Amazônia, onde foi feita abordagem sobre políticas públicas territoriais do Estado na Amazônia e análise do poder violento que sempre existiu contra indígenas no Amazonas e no Alto Solimões. Foi descrita a dinâmica do processo de expropriação territorial das sociedades tradicionais Tikuna e a luta dos povos indígenas por direitos territoriais. Igualmente foi investigada a observância das leis que garantem aos povos indígenas o usufruto das terras que ocupam.

No terceiro ensaio, apresentamos através do depoimento de diversas pessoas que fazem parte do contexto social da comunidade de Umariáçu, desde os jovens até os anciãos, caciques, chefes religiosos de diversas manifestações

religiosas, tais como pajés, representantes políticos e professores, dentre outros aspectos da terra tradicional. Foram analisados o território, os simbolismos e o significado que tem a terra para os povos da comunidade indígena Tikuna de Umariáçu. Identificamos neste ensaio o que entendemos como alguns dos principais problemas que os indígenas Tikuna enfrentam atualmente, em relação ao uso da terra e a visão que eles têm com relação à natureza, e sua importância para a subsistência da população e o reconhecimento do território sagrado do Eware, do qual a comunidade indígena Tikuna de Umariáçu faz parte.

De modo geral, analisamos nestes três ensaios os processos de demarcação das terras da comunidade, segundo documentos da Funai e depoimentos de lideranças indígenas e antigos moradores da comunidade. Ainda nestes ensaios e mais evidentemente no terceiro, explicitamos por meio de entrevistas direcionadas a pajés a importância da espiritualidade xamânica para a manutenção da ordem social e dos bons costumes tradicionais dos Tikuna de Umariáçu.

Fizemos uma breve menção sobre a relação existente entre espiritualidade e território, considerando os povos indígenas Tikuna de Umariáçu como pessoas fundamentais para a conservação de sua cultura, tendo em vista que refletem um plano, essencialmente necessário para impulsionar suas vidas a partir de suas territorialidades. Ressaltamos também nestes ensaios a importância do reconhecimento das mudanças dos fenômenos naturais que ocorrem no território da comunidade Tikuna de Umariáçu, os quais influenciam no cotidiano das pessoas que vivem na comunidade.

Destacamos informações obtidas pelas entrevistas feitas com moradores sobre as principais reivindicações dos indígenas Tikuna, às autoridades federais, estaduais e municipais para que desenvolvam estratégias de desenvolvimento sustentável para as áreas nativas, tendo em vista garantir a manutenção do território e a sustentabilidade econômica e ambiental. Na dissertação, procuramos apresentar a importância de se buscar alternativas para melhorar as relações interétnicas e a manutenção da cultura dos povos indígenas Tikuna, assumindo a necessidade de se garantir a autoafirmação diante de outros povos que vivem nas cercanias da comunidade de Umariáçu.

Salientamos a importância do fortalecimento da cultura indígena Tikuna, para que não se percam os valores tradicionais dos povos indígenas que servem como orientadores de vida para as gerações mais jovens e a sabedoria milenar praticada

pelos ancestrais. Ressaltamos também que segundo a fala dos entrevistados o indígena Tikuna não tem interesse em viver isolado das sociedades ditas civilizadas, pois segundo os mais velhos da comunidade o indígena precisa estar preparado para competir com os não indígenas.

No período de trabalho de campo, em diálogo com o pajé William Rosas, de 70 anos de idade, fica claro em suas palavras quando diz que muitos líderes políticos e religiosos falam de paz, de amor, de união. Porém, vivem em situação de completo isolamento, motivados pelo egoísmo e pela ganância, esquecendo-se de desenvolver o verdadeiro amor pela terra, pelo ser humano, e, dessa forma, ele reconhece que somos todos partem de um ser maior que criou todas as coisas e que é responsável por toda a vida.

Pessoalmente, cabe ressaltar, ao longo de toda a minha vida sempre tive curiosidade em conhecer os povos indígenas e somente quando comecei a trabalhar no Ensino Médio foi possível essa aproximação. A partir daí fui interagindo e visitando a comunidade de Umariçu, nos anos 1990, e o que mais me influenciou o trabalho na área indígena foi quando ministrei uma disciplina chamada Sociedades Indígenas e Educação, na Universidade do Estado do Amazonas. Neste momento, tive maior contato com os alunos indígenas, sempre procurando entender melhor seu modo de vida.

Foi nesse contexto de atividade, durante as aulas e fora de sala de aula, que percebi o quanto é necessário aprender mais sobre os povos tradicionais, principalmente na região do Alto Solimões.

## ENSAIO I

### O ESTADO E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS INDIGENISTAS NA AMAZÔNIA

#### 1.1 Intencionalidade do estudo

Compreender a comunidade de Umariçu, situada na periferia do município de Tabatinga, extremo noroeste do Estado do Amazonas, implica primeiramente em discutir o processo institucional de demarcação das terras indígenas no qual o marco é a Constituição Federal de 1988. Entretanto, o debate sobre o tema remonta o início do século XX, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/STN), em 1910, e a proposta brasileira de compreender a questão nativa no território nacional, a qual tinha e tem suas controvérsias.

A proposta não versava sobre processos multiculturais considerados complexos e dinâmicos. O governo federal tendia muito mais a apreciar, em ampla medida, o nativo amazônico a partir de uma noção de humanidade declinante, fragmentada ou desimportante para a sociedade envolvente. Essa intenção de reconhecer o outro indígena enquanto não pertencente a um socioambiente, com cultura e linguagem próprias, concorreu para ações com efeitos ambíguos.

A razão da escolha do tema da pesquisa está relacionada à experiência vivida durante a caminhada profissional, desde 1992, ainda trabalhando nas séries iniciais do ensino fundamental e médio. Posteriormente, no ensino superior na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), essas experiências contribuíram de forma significativa para minha mudança de postura através de diálogo com indígenas e na

busca por novos conhecimentos sobre diferentes culturas. O que parecia distante, hoje faz parte da minha realidade cotidiana, a convivência com os povos Tikuna.

Por meio do contato com os alunos, inicialmente na educação básica e posteriormente na educação superior, ministrando várias disciplinas relacionadas às diversas etnias da região do Alto Solimões, foi possível perceber o quanto existe de equívoco em relação à compreensão sobre modos de vida indígena.

Nesse contexto, para entender processos de lutas e conquistas dos povos Tikuna do Alto Solimões, principalmente em relação à territorialidade, organizou-se o tema central da pesquisa. E vale ressaltar que se tratam dos primeiros passos da pesquisa os atos de situar a questão do ponto de vista histórico, social e antropológico. O desafio é grande e há possibilidades de se avançar cada vez mais para o entendimento de saberes relacionados a povos indígenas, mas não sem transpor barreiras difíceis.

Em relação à territorialidade do Estado do Amazonas, por exemplo, destaca-se que este possui a maior extensão territorial das unidades federativas do Brasil. Por esta razão, principalmente, a luta pela apropriação e demarcação das terras indígenas é um tema aberto ao debate contínuo, daí sua importância no âmbito das pesquisas acadêmicas e da intervenção política.

Desta feita, iniciamos o debate a partir das políticas territoriais indigenistas na Amazônia, as quais foram negativas em ampla medida, mas ganharam uma nova faceta a partir do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A estruturação do primeiro ensaio tem como objetivo discutir as políticas territoriais voltadas para região amazônica, a partir dos anos de 1960, onde o território ganha destaque no planejamento governamental. Em seguida, outro recorte temporal nos interessa, nos anos 1970, onde as políticas desenvolvimentistas do Estado revelam o papel estratégico da Amazônia como região a ser explorada de forma violenta.

Uma dessas formas de exploração é a terra. Nesse contexto, o estudo referente às políticas territoriais do Alto Solimões é seguido pela compreensão das políticas territoriais indigenistas na Amazônia, a questão das terras indígenas é relevante para a discussão desse ensaio, em função da necessidade em torno de sua homologação e reconhecimento, dentro dessa análise abordamos a questão das terras indígenas Tikuna de Umariçu.



Dentro das discussões das temáticas indígenas, sobre questões relacionadas ao território, temos as políticas territoriais indígenas direcionadas ao Alto Solimões, que desembocam diretamente na questão dos Tikuna, localizados na área urbana de Umariáçu, na cidade de Tabatinga.

No primeiro momento, denominado Ensaio I, tivemos como objeto de discussão e análise geral compreender as políticas territoriais implementadas pelo Estado na Amazônia. No decorrer do ensaio, procuramos identificar e analisar políticas territoriais indigenistas direcionadas à comunidade indígena Tikuna de Umariáçu.

## **1.2 A Amazônia na política territorial**

O quadro amazônico tinha como perfil, antes dos anos de 1960 e 1970, o contexto da crise econômica, que na região ocorria pela decadência da economia extrativista. Os esforços da iniciativa pública e privada ao longo do período colonial e da república não obtiveram sucesso.

A retomada efetiva novamente das políticas territoriais para a Amazônia, após sua crise econômica para sua conquista e incorporação,<sup>1</sup> ocorre nos anos de 1960 a 1970. Porto (2015) afirma que um novo padrão de organização espacial foi estabelecido na Amazônia, estrada-terra-firme-subsolo, no lugar rio-várzea-floresta.

A intervenção do território deve ser entendida de maneira pontual, alterando a dinâmica tempo-espacial dos lugares afetados, entretanto, em boa parte de sua extensão territorial, conforme Santos e Silveira<sup>2</sup> (2001), prevalecerá os tempos lentos, portanto, o tempo da natureza.

Na escolha dessas áreas que não compõem os tempos lentos temos o desenvolvimento e a incorporação humana, que são as metas dos meados dos anos de 1960. Para conseguir esses objetivos, o Estado promoveu vias de comunicação e transportes, colonização agrícola e pesquisa, tanto para o desenvolvimento e exploração do potencial a ser descoberto quanto ao já existente na região.

Becker (1998) pontua as seguintes estratégias, as quais foram implantadas pelo Estado através da colocação de redes de integração espacial: dentre elas,

---

<sup>1</sup> Conquista e incorporação tendo em vista a ideologia desenvolvimentista Estatal e dos atores da iniciativa privada: grandes corporações junto com o capital privado internacional.

<sup>2</sup> Santos e Silveira (2001) ao periodizar o nosso país esses dois geógrafos levaram em consideração a análise espacial tendo em vista sua organização feita pelo conjunto de técnicas na organização do território.

situam-se a rede rodoviária intrarregional, a rede de telecomunicações, feita por satélite, a rede urbana, onde são sedes do poder público e privado, e a rede hidroelétrica. Para Foucher (2009), a tecnificação do território permitiu ao Brasil ter domínio da fronteira amazônica, diante de sua imensidão florestal.

Machado (1995) aponta como medida para a realização de todos esses eventos a existência de uma política diferenciada de tributos. Política essa que comparada com outras vigentes em demais regiões brasileiras é diferenciada em razão de incentivos fiscais, os quais incidem sobre o desenvolvimento econômico. Com essas ações observa-se uma mudança de fluxos em direção à integração com as demais áreas do país, principalmente com a região hegemônica.

É no ano de 1964 que a Amazônia ganha destaque com o governo militar, com o lema —Integrar para não Entregarll, sendo parte do repertório de uma possível intervenção e internacionalização da Amazônia brasileira. Castro (1998) aborda que para os militares o limite da exploração dos recursos nos países ricos, direciona os olhares e desejos para o domínio da região. O discurso ocorria em função da ingerência brasileira diante de seus recursos naturais importantes para o mundo.

Tendo em vista ações mais concretas, o governo militar cria organismos que subsidiam o sonho da integração e ocupação, tendo a atividade econômica e a estratégia geopolítica como base dessas ações. Troca-se a SPVEA (Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia) criada em 1953, da época de uma Amazônia extrativista para SUDAM (Superintendência da Amazônia) criada em 1966.

A sede da SUDAM, sendo sediada em Belém, sua área de atuação era a denominada Amazônia Legal, que tem como extensão além de toda a região Norte, o norte do Mato Grosso, antiga parte de Goiás (correspondente atualmente ao Estado do Tocantins, criado em 1988) e parte Oeste do Maranhão.

Coube ao Banco da Amazônia (BASA), fazer o papel de agente investidor para a classe empresarial, tendo como órgão substituidor o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) que atendia às elites extrativistas. Norteando esse processo é formada a —Operação Amazôniall de 1966 a 1967, conforme Ribeiro (1998).

A criação de um grupo de estudos, primeira medida executada pela SUDAM, objetivava preparar a reformulação da política Econômica da Amazônia; o grupo que elaborou uma série de estudos e

recomendações que foram, por leis aprovadas em fins de 1966, e início de 1967, conhecidas em conjunto como —Operação Amazônia—. (RIBEIRO, 1998, p. 71)

Tendo em vista a relação entre economia e geopolítica, as medidas adotadas pela Operação Amazônia foram as seguintes: segundo Mahar (1978), a proposta de criação de polos de desenvolvimento para a população estável autossuficiente, principalmente nas áreas de fronteira, serviria para estimular a migração, proporcionar incentivos ao capital privado, criar infraestrutura, pesquisar o potencial extrativista da região.

Para Mattos (1980), os polos de desenvolvimento são fundamentais para o processo de interiorização do país, para o fortalecimento da presença do Estado Nacional e para o tamponamento das fronteiras através da população e da atividade econômica.

Outras diretrizes tomadas por essa operação baseavam-se na substituição das exportações pelas importações, tendo em vista o modelo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na atividade econômica. Na perspectiva geopolítica, tem-se a ideia de polos de desenvolvimento originados no processo de colonização e fortalecimento do sul do país. De acordo com Silvestre (2013), essa iniciativa não corresponderia à realidade da Amazônia, em função de sua geografia diferenciada da fronteira sul do país.

Tendo em vista superar a problemática criada pela SPVEA, que não conseguiu descentralizar-se, tendo como estado de maior investimento o Pará, a operação propunha 100% de inserção à atividade privada para investimento em qualquer Estado da Amazônia Ocidental. A lei compensatória resultou no Decreto Lei nº 288, que criava a Zona Franca de Manaus (ZFM), polo de desenvolvimento ligado a Superintendência da Zona Franca de Manaus, (SUFRAMA), vinculada ao Ministério do Interior no momento.

As atividades econômicas modernizantes fizeram parte dessa Lógica em 1967, do denominado I Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento, e I Plano Diretor, sem sucesso, em virtude dos objetivos propostos, pela falta de capacidade técnica e financeira. Os investimentos produtivos seriam direcionados para os setores agrícola, pecuário e industrial. Ribeiro (1998) diz que a maior parte dos recursos financeiros foi destinada a construção e pavimentação de estradas.

Nesse sentido, buscou-se a vertebração do território visando à ligação dos polos de desenvolvimento, tendo em vista os eixos Cuiabá-Porto Velho, pela BR-364 em direção a Cruzeiro do Sul no Acre, Manaus-Boa Vista BR 174 nos anos de 1970, visando, como já dito, seu povoamento.

Os problemas apresentados pelo I Plano quinquenal representaram algumas dificuldades em sua execução, como na meta do rodoviarismo na Amazônia, e da própria atividade econômica. Nesse sentido, como já falado, surge o I Plano Diretor para corrigir essas dificuldades tendo como período temporal de vigor 1968 a 1970.

As metas foram feitas da seguinte forma: repassar durante três anos recursos obtidos na região que são oriundos da mesma para a SUDAM, sobretaxa sobre a eletrificação nacional, gerando um recurso extra do Governo Federal enviado para a Amazônia. Apoiar projetos na Amazônia Ocidental, em virtude do aumento das disparidades regionais provocados por investimentos passados na Amazônia Oriental, incentivar projetos industriais e agrícolas para a porção ocidentalizada da região, novamente o Plano ficou somente no campo teórico e algumas iniciativas pontuais ocorreram por parte da iniciativa privada.

### **1.3 A política territorial desenvolvimentista dos anos de 1970 para Amazônia**

As ações pensadas e tomadas para a Amazônia intensificaram-se nos anos de 1970, tendo como base a concepção de —fronteira de recursos,<sup>3</sup> e a incorporação ao longo prazo dos espaços urbanos e rurais. Para concretização desse objetivo, surge a malha de controle político chamada por Becker (1992) de —malha programada<sup>11</sup> tendo como suporte conforme já demonstrado com os polos de desenvolvimento, telecomunicações, hidrelétricas e rodovias, seus eixos estruturantes como o de leste – oeste tendo como via de acesso a Transamazônica estendendo-se de Cabelo, (PB), a cidade de Lábrea no sul do Amazonas. A ideia era levar a rodovia até a cidade de Benjamim Constant (AM), e ao mesmo tempo projetar o Brasil através dessa grande rodovia em direção ao Pacífico, em função da falta de recursos, isso não foi possível.

---

<sup>3</sup> Denominada de forma anterior como Fronteira Tropical onde a Hileia amazônica era conhecida como Inferno Verde algo a ser suplantado, tendo em vista, a outra concepção de que se é um elemento a ser potencializado e pensado de forma autônoma não como uma região problema.

Eixo norte – sul BR 169, tendo como ligação a cidade de Cuiabá (MT) a Santarém no Pará, conectando a Amazônia ao sul do país, na parte mais setentrional, foi planejada o processo de ocupação da região, dado pela Perimetral Norte ou BR 210, (estrada não realizada), tendo o seu sentido Leste – Oeste margeando a calha do grande rio (Amazonas) em direção aos Andes, que teria como ponta de lança a cidade de Mitú, na Colômbia. Esses eixos faziam parte do orçamento nos anos de 1971/1974 no Programa de Integração Nacional, (PIN).

Outra iniciativa foi a tentativa de distribuição da produtividade rural, através do Programa de Redistribuição de Terras, (PROTERRA), criado pelo Decreto-lei nº 1178 de 1º de junho de 1971, tendo como meta facilitar a aquisição de terra, melhorar as condições dos trabalhadores rurais e promover a agroindústria, compra e desapropriação de grandes latifúndios rurais, subsídios a insumos modernos agrícolas, preços mínimos de produtos agrícolas para a exportação, portanto nesse sentido Ribeiro (1998) analisa:

Tanto o PIN como o Proterra, lançados na gestão de Médici, tinham como intuito corrigir as discrepâncias delineadas entre o setor agrícola e os demais, verificada em função do sistema de incentivos fiscais; priorizar, principalmente, o setor industrial, alocando-os, sobretudo, nas áreas urbanas e deixando marginalizados mais da metade da população da Amazônia e Nordeste que careciam da propriedade da terra e de sua ineficiente utilização. (RIBEIRO, 1998 p78).

Apesar do reconhecimento da importância dessas medidas, vão de encontro aos interesses dos políticos nordestinos, resultando em várias críticas em direção a tais propostas, em função da estrutura agrária e poder do corelianismo, que tenta manter seus privilégios pelo atraso da região nordestina, que o poderia afetar com as reformas previstas para Amazônia. Apesar da crítica feita, o que na realidade queria que ocorresse era a complementação entre a Amazônia e Nordeste, tendo em vista ação dos atores privados apoiados pelos incentivos fiscais, ideia prevista pelo governo militar.

Buscou-se pensar a Amazônia de forma conjunta e através das particulares regionais no período de 1972 a 1974, tendo em vista o desenvolvimento do Nordeste, e o processo de ocupação da Amazônia, resultando no Plano de Desenvolvimento da Amazônia, (PADAM), elaborado pela SUDAM, além da

integração com a região nordestina, uma das preocupações era a constituição da região, como fornecedora de matéria-prima para a região Centro-Sul.

Os recursos do plano seriam direcionados a 70% para o transporte e colonização, no último caso a meta era de assentar 70.000 famílias, a maior parte de contingente era em direção aos eixos da transamazônica e Santarém – Cuiabá. Para Prates e Bracha (2011) essa iniciativa ocorria em função do valor que os militares sempre deram para Amazônia.

—Os militares sempre consideraram a Região Norte estratégica, tanto que ela esteve presente em todos os grandes programas engendrados pelo governo, tais como o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), Metas e Bases, I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) e II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Por ser uma região estratégica, o Estado se propôs a implantar redes de integração espacial...II (PRATES E BACHA p.609, 610, 2011)

Além das iniciativas fiscais e estruturais de desenvolvimento, como já salientado, boa parte da iniciativa na atividade econômica vai em direção agricultura, pecuária e para o processamento dos recursos naturais da região, voltados para o mercado internacional.

O mapeamento da Amazônia foi algo estipulado pelo PADAM, tendo como área de abrangência o sul do Rio Amazonas, seguido adiante pelo Ministério de Minas e de Energia, estendido para toda a região através do Projeto Radar da Amazônia, (Projeto RADAM), tendo como financiamento o Plano de Integração Nacional, objetivando o levantamento do solo, mineral e vegetal.

A integração em torno dos eixos que se estendiam das cidades de Estreito (MA) a Itaituba (PA), no final do ano de 1972 e Cuiabá – Santarém, serviram como base para o processo de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tendo como suporte a mão de obra nordestina, resultando em agrovilas, agrópoles e rurópoles. A esse respeito Binsztok et al (2011).

Os Projetos Integrados de Colonização constituem um dos mais significativos paradigmas da Contra-Reforma Agrária implantada pelo Governo Militar na década de 70, colocando o Estado como grande indutor de relevantes

modificações socioespaciais ocorridas no Centro de Rondônia, transformando a região em laboratório experimental das diferentes formas de ocupação da fronteira agrícola na Amazônia. Neste sentido, analisando a participação do Estado na formação das fronteiras agrícolas nacionais, WAIBEL (1979), manifestava-se cético em relação aos benefícios proporcionados pela denominada —marcha para o oeste, na ocupação do nosso interior. Prosseguindo, afirma que somente objetivos militares justificariam programas desta magnitude, pois faltariam produtos agrícolas ou industriais de alta lucratividade capazes de provocar um —boom e atrair verdadeiros empreendedores para ocuparem longínquos pontos do Brasil. (BINSZTOK et al, 2011 p.3 e 4)

A marcha para Oeste estava completada para o processo de ocupação da Amazônia, tendo ainda como parte desse somatório a satisfação da classe nordestina, já que era retardada a reforma agrária, e ao mesmo tempo a transplantação dos problemas sociais nordestinos em direção a Amazônia. Nessa ação, a atividade agropecuária ganha força, ocasionando uma série de problemas ambientais. Nos anos de 1970, os cerrados do Centro-Oeste e áreas de incorporação da Amazônia, sofreram com a atividade da soja, constituindo aquilo que Becker (2001), como o tempo denominara arco do desflorestamento, pressionando a floresta nas suas bordas.

Nos períodos de 1975 a 1979, o planejamento territorial foi atrelado ao II Plano Nacional de Desenvolvimento, e II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, no governo Geisel, tendo como princípio, a integração e o fortalecimento do modelo centro – periferia.

No desenvolvimento dessa lógica teremos o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), resultando em 15 polos de crescimento tendo vantagens comparativas e potencialidades. De acordo com Monteiro e Coelho (2004), a lógica do POLOAMAZONIA, era de potencializar os recursos para a exportação e ao mesmo tempo para pagar a dívida brasileira.

A lógica que orientou a política de modernização regional, materializada pela intervenção promotora da modernização da Amazônia com base nos grandes investimentos empresariais, voltou-se, então, decisivamente para a implantação regional de atividades agropecuárias, extrativistas e industriais que gerassem divisas necessárias ao pagamento da dívida externa brasileira. (MONTEIRO, COELHO,2004 p.109).

Os Grandes Projetos da Amazônia (GPAs), que de acordo com Ribeiro (1998), terá como ações o Projeto Grande Carajás e seu complexo ferroviário, chegando até a dinamização do Porto de Itaqui no Maranhão, reforçou o papel das capitais administrativas, diante das funções das atividades econômicas e de seus núcleos urbanos.

Reforçando ação desenvolvimentista, o PADAM II, concebe a Amazônia a não mais como uma fronteira tropical, e sim de recursos deixando de ser tratada, portanto, como uma região deprimida como o Nordeste, passando a ser uma fronteira de oportunidades. Nesse sentido, as atividades para sua exploração foram concentradas em mineração, pecuária, exploração madeireira, agricultura racional e turismo. O programa torna evidente que as políticas territoriais não terão sucesso se não forem resolvidas a falta de terra, colonização, uma política de industrialização, proteção ambiental.

A partir dos anos de 1980 e 1990, inicia-se no PNDIII, e o PADAM III, com uma visão mais generalizada apontando a necessidade de uma política que diminua a disparidade social, aponta-se para a necessidade do planejamento urbano das cidades, devido a seu crescimento como, por exemplo, a cidade de Manaus. Inicia-se o processo de modernização tendo em vista a atividade industrial, com a exploração mineral.

Dentro da ideia de integração e povoamento, é lançado o Polonoroeste que resultara no crescimento da população do Estado de Rondônia, com migrantes do Sul e Centro – Oeste do país que conforme Mello (1991).

de 1984 a 1986, depois do asfaltamento da BR - 364, entraram em Rondônia 160 mil migrantes por ano, e a população apresentou uma taxa de crescimento de 20,0% ao ano. A área desmatada, que em 1980 era de 3,0% do total do Estado, ultrapassou os 17,0% em, 1987 (MELLO,1991 p. 89).

O asfaltamento da BR-364 teve como preocupação, medidas mitigadoras, a proteção do meio ambiente e populações indígenas, não ocorrendo, e sim a concentração de terras, problemas sociais na área de educação e saúde.

Apesar da preocupação do governo posterior aos militares, as preocupações com o Meio Ambiente não foram sanadas Becker (2001), observa que o dilema a ser enfrentado pela Amazônia, é centrado em dois modelos existentes, sendo o último



estabelecido nos anos de 1970, denominado Vetor-Tecno–Ecológico, resultando na construção de uma malha ambiental, portanto, um modelo de organização territorial endógeno, começando com a constituição de reservas ambientais, ações diversificadas em vários lugares.

Na constituição desse vetor, as políticas territoriais amazônicas, vão aparecer de forma contraposta, tendo em vista a existência anterior do vetor-tecno-industrial existente na região. No atual momento, estes vetores ou formas de pensar e organizar o território, não ocorre de forma conjunta, o embate desses dois modelos permeia todas as políticas pensadas.

Com a crise do desenvolvimentismo, em função de uma nova crise econômica e do modelo brasileiro, adotado de substituição das exportações por importação, teremos a volta do planejamento territorial nos anos de 1990, com as políticas neoliberalizantes, concebendo o território através de grandes corredores para a exportação, tendo em vista as fronteiras internacionais e o mercado externo.

É nesse sentido, que o Programa Avança Brasil criado nos anos de 1990, adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, planejara o território, tendo em vista a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, (IIRSA), e em seu plano interno, os EIDs, (Eixos de Integração e Desenvolvimento), cortando todo território nacional e a Amazônia. Becker (1911), demonstra a finalidade desses eixos:

A justificativa dos EIDs, se fundamenta em necessidades internas e externas da retomada dos investimentos produtivos e da redefinição do papel do Estado. De um lado, a inserção competitiva no cenário internacional. No plano doméstico, razões de equidade: a redução das disparidades econômicas entre os estados que vinha ocorrendo desde 1970, e foi interrompida devido à crise fiscal do Estado e à conseqüente queda de investimentos públicos, cuja importância relativa como fonte de crescimento do PIB tende a ser maior justamente nos estados menos desenvolvidos. Para tanto, necessárias se fazem a descentralização e a plena utilização sustentável do território. É possível depreender que a noção de eixo, na filosofia do Brasil em ação, corresponde não a uma linha, mas a um espaço que possa gerar investimentos articulados - sinergia - e atrair o movimento de capitais. Em outras palavras, são espaços selecionados para acelerar a produção a partir do fato de que já dispõem de algum potencial compatível com as condições de competição, em tempos de globalização. A disponibilidade de potencial seria um critério para a seleção dos eixos. (BECKER, p.36, 1911)

Becker (1911) aponta para a forma moderna de organização do planejamento atual, entretanto, não se esquece de fazer algumas ressalvas, como a necessidade de integração das populações tradicionais, ou seja, existentes no território, a ligação das cadeias produtivas e atividades locais. As medidas tomadas serão levadas adiante pelo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, criado no segundo mandato do governo Luís Inácio da Silva, nos anos 2000, com objetivos estruturais que novamente nos anos 2000, com a crise econômica e política não demonstram um novo horizonte para região.

#### **1.4 Políticas territoriais indigenistas na Amazônia**

Conforme a Constituição Federal do Brasil de 1988, a questão das terras indígenas procede dos amplos problemas fundiários existentes no país de maneira geral. No artigo 234, são garantidos aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupavam, mas as controvérsias sobre o tema se iniciam a partir do momento em que se toma como referência o fato de existirem direitos que independem da existência ou não da demarcação, ou de qualquer outro reconhecimento formal das terras por parte do Estado, dada a conexão sociocultural dos povos pré-colombianos com a terra.

No artigo 17 da Lei nº 6001, de 10 de dezembro de 1973, o Estatuto do Índio enumera três tipos de Terras Indígenas: i) as terras dominiais recebidas pelos índios em virtude de ações do Direito Civil, como doação, compra, venda ou permuta, em sua maioria proveniente de doações às comunidades indígenas feitas por órgão públicos (Federais ou Estaduais) ou particulares anteriores a Republica; ii), as áreas reservadas pelo Estado em terras indígenas; e iii), as áreas de posse permanente dos índios, e cuja eficácia legal independe de ato demarcatório.

Nesse sentido, índios gozam de pleno direito de propriedade somente sobre as terras indígenas homologadas e decretadas do Brasil, classificadas como áreas reservadas e de posse permanente, as quais se constituem em bens inalienáveis da União. Aos índios, resguardam-se a posse permanente e o direito a usufruto exclusivo das riquezas naturais e das utilidades nela existentes conforme Lei 6.001, Artigos 32 e 22, do Estatuto do índio. Para Smith, Guimarães, a constituição de territórios indígenas desvirtua a própria questão indígena diante de sua formação original baseada no conjunto de suas tradições:

O modelo utilizado para manter os territórios indígenas em áreas demarcadas em si, acarretou modificações estruturais na organização social desses povos e em sua relação com outros povos e com a natureza, e tais modificações não podem ser desconsideradas. A visão de alguns indigenistas que fortalece o mito do —selvagem ecologicamente nobre, bem como a de certos conservacionistas que, contribui para a perpetuação do —mito moderno da natureza intocada, corroboram ambas com a construção de uma concepção pouco aprofundada, e por vezes preconceituosa acerca das sociedades indígenas. (SMITH, GUIMARÃES p.4)

Rocha (1996), sobre o tema, constata que no período de vigência do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), entre 1910 e 1967, diferentes constituições — 1934/artigo 129, 1937/artigo 154 e 1946, Artigo 216, estipulavam que as terras étnicas e seu usufruto pertenciam de forma não expurgável aos tradicionais. Todavia, constou-se, que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), mais tarde, passaria a regularizar territórios ocupados, segundo a categoria —terras indígenas e não a categoria —sociedades indígenas, mais usada na antropologia americanista. Essa questão gerou ponto polêmico logo de início.

Como aponta Pacheco Oliveira (1998), terra indígena, não é uma categoria ou descrição sociológica, mas sim uma construção jurídica, definida pela Lei nº 6001, do Estatuto do Índio. Até porque há situações, pontua o reconhecido antropólogo, em que várias sociedades indígenas ocupam uma só terra indígena, como o caso do Vale do Rio Javari, extremo oeste do Estado do Amazonas, onde habitam Marubo, Mayuruna, Matis, Kanamari, Korubo e Kulina.

A ideia do governo em demarcar terras para índios surgiu com SPI. E já sobre essa época Oliveira Filho (ID., *op. cit.*) critica o mito popular da idade de ouro do indigenismo brasileiro, mostrando que embora o SPI, tivesse demarcado 54 áreas indígenas durante seu funcionamento como órgão federal não autônomo, a extensão total dessas terras é de menos de 300 mil hectares, perfazendo apenas 2,4% do total de terras indígenas demarcadas até o início dos anos 1980, no Brasil. O SPI, teve como papel impregnar a ideologia nacionalista no percurso das políticas indigenistas construídas no Brasil conforme Pimenta (2009):

O papel dos povos indígenas como guardiões das fronteiras, também foi estimulado pela República. Cabe lembrar que a política indigenista brasileira republicana foi criada por um militar, Marechal Cândido da Silva Rondon que fundou o SPI em 1910, primeiro aparelho de Estado instituído para definir e gerir a questão indígena. Como bem mostrou Antonio Carlos de Souza Lima (1992; 1995), o órgão indigenista continuou atuando para a construção dos limites políticos e simbólicos da nação, exercendo um papel geopolítico

fundamental. Demarcando e ocupando territórios, o SPI fortaleceu o processo de construção da geografia nacional, imprimindo as marcas do Estado nos sertões. (PIMENTA, 2009 p.3,).

Isso porque a ideologia do SPI visava a pressupostas integrações rápidas dos índios na sociedade nacional, o que favorecia para a defesa do estabelecimento de áreas reduzidas e a liberação das demais terras para ocupações de atividades produtivas de brancos. —As terras estabelecidas pelo SPI, são muito menos uma reserva de mão de obra, passando a ser uma característica dessas regiões formas temporária de trabalho assalariado (ID., *op. cit.*, p. 34).

O objetivo do SPI, a rigor, era tentar desíndianizar povos étnicos e fazê-los projetar suas realidades como camponeses (RIBEIRO, 1979; LIMA, 1995). Ao localizá-los em núcleo agrícolas, explicitava-se a pretensão de construir imagens do índio como um trabalhador camponês da nação (OLIVEIRA FILHO, 1998, p. 19).

Sobre essa visão unilateral, cabe ponderar que —a constituição de uma reserva, faz com que a população indígena aí reunida possa cristalizar certas peculiaridades econômicas e sociais, favorecendo a reprodução de um novo tipo social: o campesinato indígena (IB., *op. cit.*)|. Não de todo, acredita-se, poderia ser um problema o campesinato indígena, dado que haveria controle coletivo sobre a terra.

A polêmica se engendra acerca da subordinação direta ao Estado, dentro de um regime de tutela, seja do SPI ou atualmente da FUNAI. Sem terras dominiais, o direito à posse permanente e usufruto exclusivo declina e qualquer proposta que se aproxime de um Estado indígena autodeterminado tenderia a esvaziar-se de sentido.

Em 1967, é extinto o Serviço de Proteção ao Índio e criada a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), diante da ineficácia desse em prestar assistência aos índios. A Fundação Nacional do Índio consagrava o princípio da integração, onde os índios eram considerados relativamente incapazes. Dessa forma, havia uma relação de submissão e dependência, que excluía das sociedades indígenas a oportunidade de decidir sobre o seu destino, não permitindo a sua participação ativa nas decisões referentes aos seus interesses (NUNES E ALMEIDA, p. 49)

Quando a FUNAI substitui o SPI em 1967, época em que a ocupação da Amazônia por grandes projetos de investimento (GPIs) ainda não estava tão avançada, foi possível demarcar áreas grandes e a realidade começou a mudar. O

prazo de cinco anos, segundo Estatuto do índio de 1973, art. nº 65, para o Poder Executivo demarcar terras indígenas, não considerava recursos disponibilizados pelo governo para esse tipo de regularização.

Entretanto, a semente fora lançada e mais tarde, no período de 1988 a 2000, após a Constituição, foram demarcadas perto de 70% do total das terras indígenas antes não reconhecidas em toda a história recente do Brasil, de 1910 a 1988. Com o aumento da quantidade de terras —indianizadasll no período, problemas foram observados no contexto da intervenção de brancos em ambientes étnicos.

Formas e graus de ocupação indiscriminada de terras indígenas elevaram-se, a despeito do que rege a Constituição Federal, que preconiza serem nulos títulos dominiais privados em áreas de posse permanente de índios. Contudo, sem a FUNAI dispor de recursos para indenizar benfeitorias julgadas de boa fé, nem deslocar índios para terras indígenas, efeitos opostos tenderam a serem sentidos (INDRIUNAS, 2000; LARAIA, 2000).

O processo de retirada de pessoas não indígenas de terras indígenas é das principais dificuldades enfrentadas hoje pela FUNAI, que não dispõe de estrutura para manter a governança efetiva – juntamente com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para manter vigilância em todas as terras indígenas do país, abrangendo perto de 12% do território nacional, naturalmente por conta de extensão e complexidade geográfica destas. No ponto de vista militar, a complexidade ocorre em função de algumas áreas encontrarem-se na zona fronteira como demonstra Pimenta (2009):

A tese segunda a qual a demarcação de terras indígenas em faixa de fronteira possibilitaria a criação de nações indígenas e favoreceria a chamada "internacionalização da Amazônia", ameaçando a integridade e a soberania nacional na região é recorrentemente afirmada pelo Exército brasileiro e seus ideólogos. Também é partilhada por muitos setores da imprensa, políticos de todos os partidos e amplamente difundida na sociedade. Recentemente, essa idéia esteve muito presente na mídia, estimulada por declarações do General Heleno, ex-comandante militar da Amazônia (PIMENTA, 2009, p. 11).

Exemplo claro acerca do disposto encontra-se na terra indígena Vale do Javari, de 8.519.000 ha de extensão, que abriga os povos Marubo, Mayuruna, Matis, Kanamari, Korubo e Kulina. A terra situa-se no extremo oeste do Amazonas, sendo

que IBAMA e FUNAI não dispõem de dados confiáveis sobre o número preciso de garimpeiros realizando exploração dentro do território.

Pacheco de Oliveira (ID. *op. cit.*), a partir de dados públicos, divide o processo de reconhecimento de terras indígenas no Brasil numa sucessão de cinco fases: primeiro, dá-se a condição inicial das terras não identificadas; depois, de terras identificadas, termo que aglutina as subcategorias —identificadall e —interditadall; daí, segue-se a fase da delimitação, que indica a existência de um ato administrativo que estabeleça limites físicos de uma área e a reconheça como destinada aos índios; na sequência, ocorrem a demarcação, com base no ato de delimitação, e a homologação pelo presidente da República; por fim, segue-se a regularização, que compreende ações de matrícula da terra indígena no Serviço de Patrimônio da União (SPU), e de registro dominial nos Cartórios Locais de Registro de Imóveis.

A morosidade administrativa e a ampla judicialização dos casos de demarcação de terras indígenas trazem cada vez mais à tona as diversas subjetividades presentes nos discursos jurídicos, majoritariamente voltados para a proteção da propriedade privada como valor quase absoluto. A demarcação de terras indígenas dia a dia torna-se mais difícil e é travada por um imenso emaranhado de acordos políticos e processos judiciais, que, como quase sempre, são muito lentos. Enquanto isso, os indígenas são os maiores prejudicados, pois na maioria das vezes são desprovidos do mínimo necessário para uma sobrevivência dignamente humana. Atualmente, o grande desafio do movimento indígena e de seus apoiadores é manter uma mobilização capaz de impedir retrocessos e mais ainda de assegurar o cumprimento integral da Constituição Federal de 1988, o que, pelo histórico, não se dará por mera benevolência dos poderes estatais. (CALVACANTE, 2016 p.22)

A participação dos indígenas nos grupos de trabalho (GTs) da FUNAI, que envolvem processos técnicos e burocráticos e que exigem especialistas para a certificação de terras a serem homologadas e registradas, tem sido mais como mão de obra e para se assentarem com base em legitimidades as decisões. Além disso, dificuldade efetiva nos processos de demarcação de terras indígenas tem sido encontrar antropólogos com preparação para escrever laudos periciais.

Por mais positiva que possa ser para os povos indígenas, não considera a complexidade de seus próprios propósitos nem a possibilidade de existirem situações incompatíveis com seus modelos de ação, tais como: o processo de etnogênese que leva a um constante crescimento do número das populações indígenas existentes em todo o Brasil, os povos e comunidades ainda não oficialmente contatadas, as demandas das comunidades já estabelecidas, mas que não possuem seus direitos atendidos, etc (Grácio, 2003, p.32).

Ao mesmo tempo, existem escritórios de advocacia especializados na contestação de reivindicações indígenas, e não há consenso entre membros da própria academia, acerca da demarcação e homologação de terras indígenas no país. Ou seja, de modo geral, tomando o pressuposto histórico relatado, cabe afirmar que a política indigenista brasileira de demarcação de terras na Amazônia tem sido pautada em função da ideia de que o índio deve ser incorporado a sociedades urbanas.

Tanto porque o Estado, em ampla medida, manteve como meta tomar povos étnicos enquanto comunidades trabalhadoras, inseridas em projetos de vida tipicamente urbanos, o que evidentemente é diacrônico à realidade dos nativos (CAVALCANTI-SCHIEL, 2015), quanto pela ideologia da segurança nacional, patrocinada pela tradição estabelecida na ditadura militar.

De todas as formas, a retórica da soberania e a construção de fantasmas ameaçadores das pessoas que vivem na região amazônica foram e continuam sendo um pretexto para colonizações ideológicas projetadas para o bioma. Nesse sentido, o fantasma da balcanização não significa outra coisa que não a expressão da aversão à diversidade. Uma diversidade que não tem como ser resolvida politicamente, nos termos dessa lógica, senão como ameaça (ID., *op. cit.*). Numa perspectiva fronteiriça, ou seja, concebendo o território amazônico em diferentes frentes e historicidades Martins (1997), chega às seguintes conclusões:

Ao afirmar que a —fronteira é essencialmente o lugar da alteridadell, Martins (1997, p.150) não se limitou a pensar em papéis distintos na sociedade presentes na fronteira: o civilizado *versus* o bárbaro; o branco *versus* o indígena; o latifundiário *versus* o camponês. A alteridade que nos chama atenção é a dos tempos distintos presentes na fronteira. Ele afirma: —O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História (ibidem, p.151).

O indígena, ao longo da história, foi visto como um número dentro de uma vasta área biodiversa a ser explorada; visto como pessoa de menor densidade humanística e racial. E se a meta era integrar os povos étnicos e fazê-los crescer enquanto humanos, saindo de sua condição de índio e passando à condição de civilizado, esse foi o modelo de sociedade que se buscou erroneamente, a partir de

uma conjuntura que primou por um modelo econômico desenvolvimentista (CARNEIRO DA CUNHA, 1992).

### **1.5 Terras indígenas: a definição legal**

Como assegurar aos índios os direitos às suas terras? O texto legal, sobre a temática, é bastante claro, especificando, de um lado, que essa é uma função precípua da FUNAI, e por outro lado, que esse direito é reafirmado pela demarcação, mas não advém unicamente dessa fonte. Diz o art. 25, da Lei 6.001 do Estatuto do Índio.

O reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanentes das terras por eles habitadas, nos termos do artigo 198 da Constituição Federal, independerá de sua demarcação, e será assegurado pelo órgão federal de assistência aos silvícolas atendendo à situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação, sem prejuízo das medidas cabíveis que, na omissão ou erro do referido órgão, tomar qualquer dos Poderes da República ( BRASIL 1973).

Depreende-se que boa parte das terras habitadas por índios, hoje estão sendo reivindicadas por brancos, que sobre elas exibem títulos de propriedade, ou alegam a aquisição de direito de posse. Considerando o fato, o textual relatado dispõe que —ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos dos atos de qualquer natureza que tenham como objeto o domínio, a posse ou a ocupação das terras habitadas pelos índios ou comunidades indígenas (artigo 62, Lei 6001). Em outro dispositivo, afirma explicitamente que —as terras indígenas são inusucapíveis. E, a lei prevê igualmente a situação em que brancos compelem índios a abandonar terras nativas, no intuito de descaracterizá-las como terras indígenas.

Assim, ao falar em (TIs), a meta é, antes de demais ações, situar-se no bojo de uma definição jurídica materializada na Constituição Federal em vigor, via art. 4º. par. 4º. e art. 198, bem como em legislação específica, Lei n. 6.001/ 73, arts. 17 a 38. Trata-se do habitat de grupos que se reconhecem e são reconhecidos pela sociedade como vinculados por afetividade e continuidade a primordiais habitantes do país. A noção de habitat, nesse sentido, aponta para a necessidade de manutenção de um território, dentro do qual um grupo humano, atuando como um sujeito coletivo e uno, tenha meios de garantir a sua sobrevivência físico-cultural.



Para atingir tal objetivo, as (TIs), são enquadradas como bens sob o domínio da União, no intuito de colocar a defesa diretamente na esfera de atuação do Estado, considerando-a merecedora de cuidados especiais. Cabe ao Estado, ainda nesse sentido, promover o reconhecimento administrativo das terras dos índios, resguardando-lhes posse permanente e usufruto exclusivo de riquezas.

Cabe frisar que o direito dos índios é originário, ou seja, decorre de sua conexão sociocultural com povos pré-colombianos. Tal direito não procede exclusivamente do reconhecimento pelo Estado, (nem é anulado pelo não reconhecimento), mas decorre do próprio fato da sobrevivência atual de grupos humanos que se identificam por tradições ancestrais e se consideram como etnicamente diferenciados de outros segmentos da sociedade.

Comunidades indígenas são aquelas que se consideram segmentos distintos da sociedade nacional em virtude de uma consciência de sua continuidade histórica com sociedades pré-colombianas; assim, índio é quem se considera pertencente a uma dessas comunidades e é por ela reconhecido como membro". (CARNEIRO DA CUNHA, Maria Manuela. 1985. p. 42)

Interpretações outras alegam que assim seria indígena todo o território nacional. Não é isto obviamente o que a lei pretende. Ainda que houvesse evidências da presença de povos indígenas em quase todo o espaço físico ocupado pelo território nacional, isso por si só não definiria o conjunto das terras como indígenas (ou qualquer uma delas em particular). Para tanto, é condição necessária e suficiente a existência atual de uma coletividade que se identifica como indígena e cuja reprodução exige uma relação regular com um conjunto de recursos ambientais ancorados de um dado espaço físico.

É para tais grupos humanos, os quais muitas vezes foram deslocados para locais distantes de seus territórios tradicionais, que raramente tiveram condições de sustentar, que a lei prescreve direitos fundiários específicos, cuja destinação exclusiva cabe ao Estado garantir. Promover a demarcação da terra indígena é tarefa da União, reconhecendo administrativamente o habitat de um grupo ou comunidade tribal, viabilizando a continuidade econômica e sociocultural daquela coletividade.

## 1.6 As terras indígenas na atualidade

Quantas são as terras indígenas existentes no país? Em que medida o Estado, através de seu órgão indigenista, já se procedeu ao reconhecimento dessas terras? Tal é a questão que se procurou abordar, apoiando em dados de pesquisa, tendo em vista a sistemática administrativa de reconhecimento de (TIs) no Brasil.

Essa sistemática cabe enfatizar, tem variado ao longo do tempo, por ser regulamentada por decretos, portarias e instruções normativas emanadas do SPI (antigamente), a FUNAI (atualmente), e outras instâncias governamentais. Podem-se distinguir três tipos de terras indígenas hoje, contrastantes em suas finalidades e natureza.

São elas: i) áreas de posse permanente dos índios, que constituem o seu habitat e cuja eficácia legal independe inclusive de ato demarcatório; ii) áreas reservadas pelo Estado para os índios, podendo constituir-se em reservas e parques, além de outras unidades não atualizadas, como o território federal indígena; iii) terras dominiais recebidas pelos índios em virtude de ações do direito civil, como doação, compra e venda ou permuta.

O primeiro tipo configura uma forma de ação posterior à Lei n. 6.001/73 e exclusivamente ativado pela Funai; o segundo, embora seja forma típica de ação do SPI, é igualmente atualizado em algumas situações pela Fundação Nacional do Índio; o terceiro provém de termos de doação, na maioria anteriores à República. Em termos da sucessão de fases que compõem o processo de reconhecimento das terras indígenas, podem ser estabelecidos, de modo lógico, cinco graus, subdivididos e assim equiparados a modalidades concretas e historicamente datadas.

A condição inicial, a das terras não-identificadas, corresponde a um verdadeiro —ponto zero do processo demarcatório, uma situação na qual o Estado ainda nada fez em termos positivos. Frequentemente, o que se sabe nessas circunstâncias é pouco mais do que uma localização muito precária, sendo usuais os casos de desconhecimento da origem étnica e linguística, ou mesmo de completa ausência de dados quantitativos e qualitativos sobre a população e a extensão de terras ocupadas. Esta fase reagrupa as categorias —Sem providência e —Em identificação da origem. Oliveira (1998), aborda outra perspectiva nesse sentido que ao mesmo tempo coloca —oportunidades para invasão dessas terras

Diferentemente de Estados-Nação, cujos limites são rigidamente fixados, pois permitem distinguir a aplicação da lei do exercício da guerra, os povos indígenas possuem fronteiras bem mais fluidas, que oscilam regularmente em função de variações demográficas, expedições guerreiras ou movimentos migratórios de vários tipos.

Para elas a demanda sobre a terra não é fixada a priori na constituição da própria unidade política, mas pode sofrer mudanças em decorrência da convergência circunstancial e da capacidade de mantê-la face à pressão de outras sociedades vizinhas, também portadoras de características análogas (OLIVEIRA, 1998p. 292).

A segunda condição é a das áreas que tiveram alguma forma primária de reconhecimento por parte da FUNAI, englobando atos administrativos que procedem a uma identificação preliminar (documentos avulsos, plantas e relatórios de Grupos de Trabalho), ou que definem e encaminham uma proposta de delimitação, ou ainda, que estabelecem uma interdição (em caráter temporário) de uma dada área. O termo —IdentificadasII está empregado para designar esta fase, aglutinando as subcategorias —IdentificadasII e —InterditadasII.

A fase seguinte é a da —DelimitadasII, que indica a existência de um ato administrativo, de valor reconhecido por lei ou decreto, que estabeleça os limites físicos de uma área e a reconheça como destinada a índios. A delimitação, em diferentes momentos da história do indigenismo, ficou a cargo de autoridades diversas, (presidente da FUNAI, ministros de Estado e presidente da República), implicando em distintos diplomas legais (editais, portarias de delimitação, portarias interministeriais e decretos).

É com base no ato de delimitação que se procede à demarcação de uma área indígena, que vem colocar no terreno os limites topográficos anteriormente fixados. A demarcação corresponde à materialização de uma intenção legal, fazendo parte de um conjunto de dispositivos homologatórios através dos quais o Estado ratifica e re-afirma, (uma vez que a demarcação física sempre acarreta certo reajuste nos limites e na superfície total), uma delimitação precedente. A competência de homologação é restrita à Presidência da República, sendo executada mediante decreto.

O modelo Estado-Nação, característico da modernidade, está modelado, então, por um povo uniforme, onde a representatividade se estabelece entre uma minoria privilegiada pelo poder, seja ele econômico, social, político, religioso, epistemológico ou sexual. Os povos indígenas, neste Estado não possuem representação e, desta maneira não possuem direito à existência,

à cultura, ao saber, à continuidade de suas tradições, à identidade e, tampouco à terra (NOGUEIRA, 2015, p. 97)

A fase final, dita de regularização, compreende as ações de matrícula da terra indígena no Serviço de Patrimônio da União (SPU), e de registro nos Cartórios locais de Registro de Imóveis. É somente após a conclusão dessas providências que a posse de uma terra por índios se torna tão documentada quanto títulos dominiais de brancos, com ampla aceitação e reconhecimento por autoridades estaduais e municipais.

Dos grupos indígenas de que a FUNAI já tomou conhecimento, mais da metade de suas terras (50,39% em extensão) permanecem na etapa inicial do processo administrativo, isto é, são consideradas meramente identificadas. Em tais circunstâncias, a existência e o caráter indígena dessas comunidades, bem como o reconhecimento de seu habitat, são questionados por autoridades municipais, estaduais e federais.

Diante deste dispositivo constitucional, Badin (2006) destaca quatro fatores referentes à terra para defini-la como —tradicionalmente ocupadas pelos índios—, são eles: fator temporal, permanência da ocupação; fator econômico, atividades produtivas; fator ecológico, preservação dos recursos naturais necessários ao bem-estar; e fator cultural e demográfico, reprodução física e cultural (áreas de manifestações, cemitérios, santuários e rituais). No entanto, dois fatores se destacam dentre os litígios julgados no STJ, são eles: o fator temporal, delimitando a linha do tempo da ocupação tradicional que não adentra em tempos imemoriais; e o fator econômico, que restringe o uso da terra e tem reflexos sobre os fatores ecológicos. (MENDES, p. 11388)

A Polícia Federal — embora na lei de sua criação fique estipulada a defesa do patrimônio indígena (item f do parágrafo 4º do Decreto n.º 73.332, de 19 de dezembro de 1973) — não se desloca para uma área indígena para prevenir invasões e conflitos senão mediante o preenchimento de duas condições: a solicitação formal da FUNAI e a existência de um ato legal e administrativo que no mínimo proceda à delimitação da área. Em tal situação de posse precária estão cerca de 31,54% da população indígena, fragilizada perante as investidas dos grupos econômicos e dos potentados locais.

## 1.7 Terras indígenas e economia de mercado

Dados compilados pela FUNAI sobre as terras indígenas apresentam deformação: superdimensionam fatos e valores concernentes ao processo formal de regularização, (com as suas diferentes fases) e subestimam quando não omitem inteiramente dados sobre posse e uso efetivo das terras pelos índios.

Em geral, os dados procedem de programações e balanços anuais que a FUNAI realiza com a finalidade de prestar contas do seu desempenho administrativo. A preocupação maior desses trabalhos é a de ressaltar a magnitude das tarefas que cabem à Fundação Nacional do Índio, visando maximizar dotações orçamentárias.

Cada administração destaca o *quantum* de terras identificadas, delimitadas ou demarcadas durante sua gestão, buscando apresentar dados numéricos que a enquadrem como a mais eficiente possível. Nesse jogo, as preocupações com o rigor são abandonadas e frequentemente áreas são duplicadas, inflacionando-se o cômputo geral.

O mais grave, contudo, é que não existe qualquer levantamento oficial sobre as formas e graus de invasão das terras indígenas, que são apresentadas como se fossem áreas inteiramente reservadas aos índios. Não há notícias confiáveis sobre a presença de invasores, (grileiros, posseiros e fazendas), sobre a construção de barragens e hidrelétricas, sobre a pesquisa e exploração mineral, e os garimpos lá existentes, sobre as estradas e ferrovias que as atravessam, etc.

No sentido de avaliar ameaças de outras destinações dadas às terras indígenas, realizamos uma leitura inicial de sentido exploratório e valor meramente indicativo sobre atividades executadas e/ou projetadas por não-índios e em seu próprio interesse. Percebeu-se o número e a extensão de áreas indígenas utilizadas respectivamente para garimpagem por não-índios; onde existem atos ou solicitações de pesquisa de lavra de minério, onde há presença ou ameaça de presença de unidades do complexo energético, (hidrelétricas planejadas, construídas e em construção); e por onde passam ou estejam planejadas vias de transporte terrestre, (estradas federais, estaduais, e ferrovias,) a esse respeito Martins (1997), coloca a seguinte situação a respeito da concepção atual de território tendo como ideologia, o capital privado resultando em sérios problemas para as terras indígenas

Atualmente, as discussões sobre território têm ganhado força. A dimensão do processo de globalização da economia, que engendra uma homogeneização de espaços e lugares, definidos pelas territorialidades das grandes empresas, que colocam em xeque as fronteiras dos estados nacionais, também oportuniza a reação daqueles que, aliados do processo, criam ou reproduzem formas de sobreviver que se configuram como espaços diferenciados dos produzidos pelo modelo capitalista. Esses espaços reproduzem-se por força de um poder local, não necessariamente desvinculado do poder central do Estado ou da economia capitalista, e até mesmo em função destes; são os excluídos, ou incluídos de forma marginal, precária, no processo (MARTINS, 1997).

A margem de utilização de TIs em detrimento a índios e em benefício de outros interesses é assustadora. Há registros da existência de garimpos não indígenas em diversas áreas, que somadas representam quase 30% das terras indígenas; as unidades energéticas existentes e planejadas afetam 40 áreas em todo território nacional, que representam quase 40% das terras indígenas; estradas e ferrovias atravessam 73 áreas indígenas, correspondendo a 50% das terras indígenas; e a pressão das mineradoras abrange cerca de 70% da extensão total das áreas indígenas.

Em 167 áreas indígenas, verifica-se alguma forma já viabilizada ou programada de utilização do habitat para outros fins. Isto corresponde a 1/3 do número de áreas e, como extensão, um volume de 86,65% do total das terras indígenas. Cabe reiterar que aqui não estão computadas invasões dos territórios por fazendeiros, posseiros, extratores etc., considerando essas como situações quase generalizadas nas áreas indígenas e sobre as quais não existem dados confiáveis sistematizados.

De modo que, falar que a população indígena é numericamente irrelevante, pode gerar um entendimento precipitado ou tendencioso que reduz esse conjunto de humanidade a um conglomerado abstrato homogêneo e contíguo a toda a população do país. Constitui, portanto, um grande equívoco quando aplicado em níveis menos inclusivos de análise, nos quais se faz presente a heterogeneidade do país.

Ao focalizar a presença de indígenas no âmbito de estados, microrregiões e municípios, confronta-se com uma realidade que muitos desconhecem, e por essa razão agem com um olhar etnocêntrico, pois a maioria dos povos indígenas hoje existentes conseguiu sobreviver na chamada Amazônia Legal, onde foi recente a penetração das frentes de expansão agrícola, pastoril e extrativista. Atualmente, na Região Norte, habitam 102.490 índios, o que corresponde a três vezes a população rural de Roraima (IBGE, 1980).

Pensando em termos de unidade da federação, Oliveira Filho (1998), verifica que em Roraima os índios perfazem 72% da população rural e no Amazonas chegam a quase 10%. Contudo, é no âmbito das microrregiões e dos municípios que transparece a presença indígena, concentrada em certas áreas dos Estados.

Para exemplificar um caso, o dos índios Tikuna, suas comunidades somam 23,8% da população rural do município Benjamin Constant, 32% do município de Santo Antônio do Içá, 64,6% de São Paulo de Olivença, 75,5% de Amaturá e 80,3% de Tabatinga. Outros grupos indígenas têm igualmente participação predominante entre a população rural da Amazônia, como ocorrem com os Makuxi em Normandia/RR (92,7%), os Tukano, Baniwa, Baré e outros índios do Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira/AM (90,2%) ou os Xavante em Gomes Carneiros/MT (56,62%).

### **1.8 Reconhecimento das Terras Indígenas**

O processo de reconhecimento das áreas indígenas é um importante papel dos Grupos de Trabalhos (GTs), são os técnicos formados por diversos profissionais de diversas áreas do conhecimento como antropólogos, advogados, geógrafos, historiadores e funcionários da FUNAI, que realizam levantamento de campo com objetivo de avaliar o estabelecimento de fundamentos dessa caracterização, bem como a fixação de limites geográficos.

É a partir da análise do GT, que emanam determinações primárias quanto à colocação em prática de uma política fundiária para o órgão indigenista. Sem dúvida, existem outras instâncias decisórias de influência que, por sua vez, se interpõem entre a proposta original do Grupo de Trabalho e a área reconhecida oficialmente, analisando e refazendo aquelas propostas.

Mas apesar de estar subordinada hierarquicamente a essas outras esferas de decisão, a importância do GT não deve ser colocada de lado, pois corresponde à primeira iniciativa ordenada do órgão no processo, constituindo uma investigação direta da situação, um contrato específico, orientado com os próprios interessados.

A sua força no processo decisório decorre justamente daí: de que os dados sobre os quais outros discutem, decidem ou retificam propostas apresentadas pelos GTs procedem em grande parte (ou quase sempre em sua totalidade) do trabalho de campo desenvolvido por esse mesmo grupo.

As marcas em termos de substrato etnográfico e de ideologia indigenista ficam impressas em toda a discussão sobre o caso e se estenderão à própria realidade local, acompanhando e em certa medida, condicionando todo o andamento burocrático do processo de reconhecimento das terras indígenas.

A questão da terra e da territorialidade indígenas, assim, faz sentido a princípio pela importância do território na liberdade de se poder usufruir dos bens nela existentes (SOUZA, 2001). Segundo este autor, a terra tem valor em primeiro lugar para o processo de desenvolvimento; em segundo lugar, porque existe uma mudança na ocupação das terras pelo Estado com o aparecimento de novas territorialidades, e são fatores condicionantes das transformações que ocorrem no território.

As terras indígenas já identificadas na Amazônia brasileira representam um significativo de 20% da área total da Amazônia Legal, segundo a Fundação Nacional do Índio (2004). Trata-se de uma nova forma de ocupação do território que surgiu diferente daquela resultante das forças capitalistas de produção, que sempre imperaram no cenário das políticas públicas, por meio das políticas desenvolvimentistas implantadas na região amazônica e de toda a influência e pressão na região.

É por meio do reconhecimento da territorialidade de populações tradicionais, que se produzem resultados semelhantes em termos de manutenção dos ecossistemas a populações que, mesmo articuladas, ainda que precariamente, mantêm sua subsistência por meio da pequena agricultura, pequena pesca, caça, extrativismo e trabalho assalariado temporariamente.

Ora, grande parte das florestas tropicais e outros ecossistemas ainda não destruídos pela invasão capitalista são, em grande parte, habitada por tipos de sociedades diferentes das industrializadas, isto é, por sociedades de extrativista, ribeirinhas, grupos e nações indígenas. Muitas delas ainda não foram totalmente incorporadas à lógica do lucro e do mercado, organizado parcela considerável de sua produção em torno de autossustentação. Sua relação com a natureza, em muitos casos, é de verdadeira simbiose, e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da existente na sociedade capitalista (DIEGUES, 1998, p. 79).

Deixando de lado a aparente vida em comum, não somente limitações de ordem geográfico-ambientais ou tecnológicas motivam um tipo específico de



exploração dos recursos naturais. Mais que isso: as relações sociais e de poder configuram racionalidades intencionais dessas sociedades, seus objetivos de produção material, social e cultural. Portanto, por trás das aparências das relações sociais que existem nos diferentes grupos, ficam explícitos interesses difusos (DIEGUES, 1998).

Sobre o modo de ocupação nos territórios indígenas, percebe-se como essa outra territorialidade, que fundamentalmente está organizada sobre tradições indígenas, pode ajudar a entender o processo supostamente dicotômico pessoa-ambiente. Mesmo que essa outra territorialidade na Amazônia brasileira seja base de interesses, muitas vezes conflitantes na defesa do patrimônio ambiental. Um conflito pautado segundo povos da floresta, ambientalistas nacionais e mundiais, governos brasileiros e estrangeiros e firmas detentores da tecnologia moderna.

Para Ribeiro (1996), o problema indígena não existe deslocado dos quadros da sociedade brasileira. Ele só existe de fato onde índios e não-índios entram em contato e muitas vezes o contato não se dá de forma amistosa. Sob olhares etnocêntricos, grupos amazônicos têm sido caracterizados sem distinção como índios, assim como os africanos na categoria de negros. —O aspecto etnocêntrico reside, entre outros elementos, na apresentação de um só modelo e uma só direção possível, diretamente deduzidos de concepções europeias (TELLES, 1984, p. 141).

Apesar de todas as atitudes em relação aos índios e dos olhares etnocêntricos, algumas populações indígenas vivenciam hoje a realidade de luta por conquistas cada vez mais significativas, de interação em igualdade de condições com o restante da população brasileira, ao mesmo tempo em que contêm territórios preservados da exploração predatória do modelo capitalista. No caso dos índios Jamamadi do Loudes, o momento é de reconstrução territorial, e esta é a razão de suas territorialidades constituírem objeto desse estudo, o território Jamamadi, forjado nos embates das forças de poder presentes interna e externamente à sociedade indígena, é tratado em sua gênese e formulação atual e vai além da esfera das formas tradicionais de organização social do grupo Jamamadi para o seu entendimento. A pesquisa de mestrado buscou identificar, no contexto da Amazônia brasileira e da construção de territórios indígenas pelo Estado Nacional, a inserção e percepção do grupo Jamamadi quanto ao espaço vivenciado, à conservação dos recursos naturais e às formas de construção da sua territorialidade, confrontados

com os conflitos gerados na ocupação da fronteira e políticas de desenvolvimento para a região.

### **1.9 A formação de Grupos de Trabalho para reconhecimento de Terras Indígenas**

Ao considerar a formação dos Grupos de Trabalho dois aspectos devem ser sublinhados no íterim do objeto desta pesquisa: primeiro, a definição institucional da composição política; segundo, a seleção e priorização de determinadas competências acadêmicas e profissionais. No que concerne ao primeiro aspecto, o GT a princípio deve ser pensado como instância neutra, composta unicamente de técnicos pertencentes ao próprio órgão, sem abrir qualquer espaço para que ali se façam representar os próprios interessados na questão.

Em geral todos os integrantes efetivos do Grupo de Trabalho são diretamente qualificados nos documentos como servidores da FUNAI. Esse monopólio institucional dos técnicos vinculados ao órgão, não se alicerça evidentemente em critérios de competência acadêmica ou profissional, mas na atitude de desconfiança – habilmente estimulada por alguns dirigentes – que os integrantes da corporação nutrem face aos não membros (seja a comunidade acadêmica, sejam outras entidades indigenistas).

Desse modo, a instituição garante sobre a atuação do GT controle teoricamente pouco restritivo, uma vez que através de simples expedientes administrativos os seus técnicos podem substituir ou deslocar os integrantes do Grupo de Trabalho, redefinir formulações, forçá-los ao sigilo e à obediência. Essa realidade tem causado em muitos casos prejuízos ao povo indígena, e seguramente é uma realidade controversa.

Sem dúvida, tal postura, tem suas raízes em um contexto preciso da história política de nosso país, expressando-se em uma concepção sobre os modos ideais de funcionamento das engrenagens estatais, considerando arriscada ou mesmo não desejável a participação de outros técnicos nessas iniciativas. Constituem-se exceções casos em que a própria FUNAI estabelece vínculos transitórios com técnicos não integrantes do seu quadro funcional, seja contratando-os em regime limitado de prestação de serviços, seja recorrendo a outros órgãos que designam alguns de seus servidores para colaborar com o GT.

É importante perceber que a caracterização de GTs funciona mediante, muitas vezes, a despolitização do processo de identificação, expressando assim uma visão controversa sobre como investigar algo que não é diretamente visível (como um fenômeno natural), mas de caráter exclusivamente sociocultural – isto é, o conhecimento e a utilização que um grupo indígena tem de seu meio ambiente.

A rigor, descrever tal processo através da ideia de identificação é no mínimo uma escolha inadequada, escamoteando aspectos essenciais dessa atividade em função de uma visão objetivista e, portanto pretensamente neutra dos fatos observados. Assim, imaginar que uma identificação de área indígena corresponda a um simples ato técnico, como buscar antigos cemitérios ou capoeiras, não tem fundamento.

Por isso, na hora de agrupar GTs é importante levar em conta a formação de determinados profissionais qualificados em diversas áreas das ciências sociais como: antropólogo, sociólogo, geógrafo, historiador, advogado, arqueólogo e representante dos direitos humanos.

Em tal investigação não se lida com fatos indiscutíveis e palpáveis, mas com costumes, direitos e crenças. Fatos que podem ser isolados e adequadamente atingidos por especialistas em situações de campo. Tais formulações procedem dos índios, sendo necessário estar alerta o investigador tanto para o fato de que a apreensão de tais juízos é conjuntural e relativa.

Uma compreensão racional e científica dessa etapa do processo demarcatório intitulado —identificação— supõe, portanto, uma investigação antropológica especializada e dirigida, bem como a compreensão plena de que a proposta que daí resulta é um fenômeno político, isto é, um fenômeno que possui dimensão de barganha na qual os atores buscam maximizar interesses face a contextos históricos e a determinada correlação de forças.

Enquanto no primeiro plano a identificação precisa ser realizada com uma pesquisa antropológica competente, nesse segundo plano ela coloca problemas cruciais como o da participação dos índios e da representatividade daqueles que expressam os seus interesses e valores.

Aspecto que também deve ser abordado na constituição de um GT é a competição em termos de competência profissional. O Decreto n.º 76.999 de 08 de janeiro de 1976, que estabelece normas para demarcação de terras indígenas, formula que a ação inicial será um levantamento e reconhecimento de campo

realizado por equipe composta de antropólogo e topógrafo. Na montagem concreta de GTs, no entanto, essa composição mínima tem sido ampliada com a participação de servidores que possuem outras formações acadêmicas: sociólogos, engenheiros agrimensores, agrônomos, geógrafos, economistas, advogados, psicólogos, pedagogos, contabilistas e outros.

Nas portarias de designação dos integrantes de GTs, constam ainda muitos outros servidores, aí colocados igualmente como especialistas e detentores de saberes práticos, como é o caso de sertanistas, técnico-indigenistas, assessores, delegados regionais e chefes de parques e ajudâncias. A intenção da lei parece ser a de que a identificação constitua o produto de um conhecimento solidário e de equipe. Os especialistas são citados na documentação oficial (inclusive no Decreto n.º 88.118/ 83), embora entre eles persista heterogeneidade em termos de acumulação de conhecimentos.

Avaliando as repercussões dessa heterogeneidade, não se pode deixar de constatar que nos GTs há tendência para se anular competências específicas (divergentes) e instaurar uma linguagem compartilhada. Algo que mais corresponde a um mínimo denominador comum, remetendo geralmente a esse conjunto de saberes práticos e uma ideologia protecionista genericamente admitida pelo órgão indigenista.

### **1.10 Políticas territoriais para o Alto Solimões**

No tópico, a meta foi ponderar em que medida o Estado tem instituído políticas de demarcação de terras no Alto Solimões, refletindo sobre implicações concernentes a domínios e usos territoriais.

Na região do Alto Solimões, conflitos socioambientais surgidos em torno da disputa pelo controle e manutenção do acesso a recursos naturais, caracterizam a maneira como comunidades indígenas reconhecem o espaço e manipulam de forma instrumental a noção de território. De um lado, está o território das populações que vivem nas comunidades, construídos pelas ações cotidianas do grupo social que agem sobre o ambiente atribuindo significado e transformando o espaço biofísico e simbólico dominial.

Na concepção de sociedades modernas o espaço é, sobretudo social e próprio para compartilhamento, e o território se constrói a partir do trabalho humano. A relação das pessoas com o ambiente biofísico e simbólico, desenvolvendo ações

continuadas em um determinado período histórico, cria o território e características de territorialidade, as quais sugerem pertencimento e afetividade ante a terra. As fronteiras de um território são estabelecidas no prelo da ancestralidade, através de ações cotidianas sobre o ambiente, e pela atribuição de significados ligados a aspectos religiosos e cosmológicos.

Portanto, ao realizar a exploração dos recursos naturais, agindo sobre o ambiente, povos indígenas transformam o espaço em terra de domínio (TUAN, 1983; HIRSCH e O'HANLON, 1995; ALENCAR, 2002). No Alto Solimões, o conhecimento que indígenas possuem do território se dá por meio de um aprendizado, resultado de uma experiência vivida e compartilhada, não se restringindo ao que cada uma delas conhece pela experiência direta. Este conhecimento é assimilado a cada geração e transmitido através tanto da narrativa das experiências dos antepassados, quanto pela implicação prática das pessoas na paisagem.

O território abrange, ainda, o conjunto dos espaços de cuja existência são sabedores, embora não os conhecendo (TUAN, 1983). Os grupos sociais que formam as comunidades usam uma referência de território que lhes é particular e que remete à própria constituição do grupo social que construiu este território. O termo comunidade, no Alto Solimões, remete ao pertencimento a um grupo de parentesco, ao domínio e à ocupação de um território, e está em primeiro plano em relação ao conceito de um coletivo relacionado à terra indígena. Trata-se de um território circunscrito, historicamente construído de forma particular, a partir de uma agência das gerações passadas que deram origem ao grupo social. Para Costa et al (2015), o comprometimento desses elementos ocorre com o surgimento dos Estados Nacionais, resultando na fragmentação dos territórios indígenas.

As várias expansões de fronteiras vivenciadas em nosso país ao longo de séculos de colonização não só resultaram na grande extensão territorial do Brasil, como também na fragmentação e destruição do território imemorial e originário de vários povos indígenas. Muitos dos que sobreviveram, atualmente, encontram-se com seus territórios divididos entre mais de um Estado nacional, transitando por suas fronteiras, como é o caso dos Paliku (Brasil-Guiana Francesa), dos Makuxi (Brasil-Paraguai), dos Yanomâmi (Brasil-Venezuela-Guiana), dos Guarani (Brasil-Paraguai), entre outros, ocorrendo o mesmo com os Ticuna. (COSTA, SILVA, BAEZ, 2015, p.300)

Entretanto, a resistência dessas populações permanece, apesar desses elementos, nesse sentido, pertencer a uma territorialidade, no Alto Solimões, significa partilhar um mesmo conjunto de memórias do passado que enfatizam as ações do ancestral fundador do grupo social (GOW, 1994; ALENCAR, 2002). Para Little (1994), uma das maneiras como um determinado povo se localiza numa terra e reconhece o lugar de origem do grupo é partilhando memórias coletivas do passado. A existência de comunicação entre gerações permite não somente partilhar experiências, opiniões, como também construir memorialidades sobre a história do lugar que é partilhada pela geração do presente, reforçando vínculos a terra. Costa et al (2015), aponta quanto o caso específico dos Ticuna que:

Os Ticuna transitam livremente entre o seu território e, muitas vezes, nesse trânsito, desconsideram os marcos geográficos estabelecidos pelos Estados onde se situam seus territórios, dando ensejo às chamadas —fronteira vivida. Assim, essa fronteira se torna ainda mais legítima quando se conhece a extensa relação de parentesco vivenciada entre eles, bem como a ampla reciprocidade cultural de bens e serviços. (COSTA, SILVA, BAEZ, 2015,p.306).

Do ponto de vista das ações de preservação ambiental, a demarcação das terras indígenas no Alto Solimões tendeu a dar lugar a um novo modo de perceber o território e servir de justificativa para a ação dos grupos sociais que manipulam espaços dominiais. Nesse sentido, grupos que formam as comunidades, estejam elas situadas em terras indígenas, ou em unidades de conservação ou fora dela, inserem-se nesse contexto controverso. A respeito do uso de utilização dos recursos Benatti aponta:

Desse modo, mesmo que as comunidades indígenas tenham certa autonomia no usufruto das riquezas naturais existentes em suas terras, o domínio continua sendo público. Sob a análise da dominialidade, a limitação é maior do que a propriedade privada, cujo domínio pertence ao seu proprietário. (BENATTI, p,15)

Ao longo dos últimos anos, a política territorial do Estado em relação aos povos indígenas do Alto Solimões, pouco abrangeu considerações sobre a existência de comunicação entre as gerações. Desconsiderou, assim, a memória

coletiva do território, que é contemplada por gerações presentes e reforça vínculos com a terra. Mas a territorialidade, naturalmente, possui conotação política e hoje abriga comunidades com fronteiras fixas, demarcadas juridicamente. Trata-se de um território que é englobante e seus membros pertencem a uma identidade étnica juridicamente reconhecida.

Pressupõe-se, portanto, que os ocupantes desse território, mediante uma política pública de Estado, possam perceber-se enquanto parte de uma coletividade que divide interesses comuns, devendo buscar a sustentabilidade socioambiental e a sustentabilidade cultural. Até mesmo porque do ponto de vista das ações de preservação socioambiental, a demarcação das terras indígenas no Alto Solimões, foi extremamente importante, sobretudo para a política participativa sobre ela.

Nesse sentido, para o Estado, grupos sociais indígenas que formam as comunidades, estejam elas situadas ou não em terras indígenas homologadas, em unidades de conservação ou fora delas, tendem a manipular níveis de territorialidade de acordo com contextos políticos. Só que essa percepção do Estado é contrastante com a realidade do Alto Solimões. A política territorial não é acionista ou partidária, somente, para os povos étnicos. Ela é cosmológica principalmente, e perpassa por concepções de parentesco e estruturas clânicas.

No Alto Solimões, a demarcação das terras indígenas, embora tenha contribuído para amenizar um tipo de conflito ao definir os territórios das populações indígenas e garantir sua autonomia sobre os recursos existentes em suas terras, tornou-se um fator de potencialização de conflitos de natureza política e ambiental. As terras indígenas são alvo de cobiça por parte de certos segmentos da sociedade regional: madeireiros, pescadores, latifundiários, dentre outros, que exercem pressão sobre lideranças indígenas, para que estas permitam a exploração de suas terras.

Impedidas de explorar comercialmente recursos existentes nas áreas, lideranças a tendem ser cooptadas, permitindo a exploração em média e grande escala de lagos e madeiras, em trocas de produtos manufaturados ou por quantia significativa em papel-moeda. Este tipo de concessão manipulada é hoje fonte permanente de conflitos intercomunitários, causando séria divergência entre moradores de comunidades situadas numa mesma terra indígena (PACHECO DE OLIVEIRA, 2000).

Nos anos 1990, por exemplo, segundo estudo imediatamente supracitado (IB., *op. cit.*), caciques Tikuna foram cooptados por madeireiros, pescadores e políticos locais para que permitissem a exploração de suas terras para retirada de madeira para o comércio ilegal, a realização de pesca e para construção de campo de gado.

### **1.11 Implicações sobre a origem da comunidade Tikuna de Umariáçu**

Com a expansão capitalista global e, as disputas territoriais, econômicas e políticas que surgiram principalmente nas zonas de fronteira do noroeste amazônico, em decorrência do contexto social mundial, motivadas pela produção da borracha na região da tríplice fronteira, Brasil, Colômbia e Peru, na década de 1940, fica evidente que a dinâmica do mercado de capitais trouxe e continua trazendo transformações ao modo de vida da população originária da Amazônia. Essas transformações impactaram os povos indígenas Tikuna da região do Alto Solimões. Diante dessa realidade, emergiram inúmeros conflitos que permeiam a relação entre esses grupos e a sociedade envolvente.

Dentre as áreas que enfrentaram essa situação controversa, está a comunidade de Umariáçu, fundada em 1943, mas que já existia desde 1914. Os primeiros moradores viviam isolados em três regiões distintas, situadas nos igarapés Umariáçu, Takana e Urumutum, localizados dentro do território do município de Tabatinga. Nesse período, o povo Tikuna, sob a influência da cultura não indígena de regatões, comerciantes, seringalistas, religiosos e pesquisadores, foi lentamente se incorporando aos processos culturais da sociedade dominante. Evidente que esse processo é permeado de lutas e resistências por parte dos Tikuna. Resistência que não impediu sua incorporação subalterna nas relações e estruturas da sociedade capitalista.

A partir dos relatos dos membros mais antigo do grupo fica evidente a violência exercida sobre o povo Tikuna por latifundiários e seringalistas. Violência exercida por meio de trabalhos da extração da borracha na região, comandada pelos ditos patrões (V. M, 1914). Nessa época, costumes tradicionais, como por exemplo, a Festa da Moça Nova, pinturas corporais, rituais de pajelança e ajuri (reunião de moradores para trabalhar na produção de farinha), dentre outros elementos da cultura indígena, foram desvalorizados por exploradores.



A palavra —Umariaçull é o nome original da comunidade para a qual se tem duas informações que justificam o significado. Uma delas diz respeito à palavra —Mariall, nome de uma moça e filha de um dos primeiros moradores da comunidade, que teria caído no igarapé e desaparecido; e também à palavra —açull, que significa grande, ou seja, em nheengatu o termo significa —Maria grandell. Outra informação, segundo moradores antigos da comunidade, a palavra Umariaçu significa —umari grandell, uma fruta oleosa de sabor adocicado existente em boa quantidade no local onde se desenvolveu a população Tikuna. A mesma fruta é fonte de economia e símbolo da mitologia e histórias de casamentos dos grandes heróis pescadores do povo Maguta, os dois irmãos Yoi e Ipi, que viviam nas margens do igarapé Eware, lugar considerado sagrado.

Segundo a história e relatos, os primeiros contatos com o povo Tikuna em terras brasileiras foram registrados e noticiados por Cristobal de Acuña, (FREIRE 1991), historiador da expedição do almirante português Pedro Teixeira, numa viagem oficial da Coroa Portuguesa feita desde Belém, hoje cidade do Estado do Pará até a cidade de Quito no Equador no período de 1637 a 1639. Acuña os reconhecia como Tokuna. Os demais povos da região, como os Omágua, Kambeba, Kokama (Kokamiya), guerreavam intertribalmente, sacrificando-se entre si. Isso acontecia por causa de disputas e rivalidades entre os povos dominadores nas margens do rio Solimões.

A palavra Tikuna pode ter se originado da atribuição de outras etnias vizinhas e significa —nariz pretoll (pintura de jenipapo) por terem utilizado fibras de tucum na confecção de artesanato e isso teria identificado a etnia.

### **1.11.1 Origem por determinação política**

Do ano de 1914, até 1983, a situação das terras Tikuna continuou sem definição exata. Em função disso, foi realizada uma reunião em janeiro de 1983, na aldeia de Vila de Betânia, no entorno da tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, entre lideranças Tikuna. Do evento, foi eleito um capitão, chamado Pedro Inácio Pinheiro, principal responsável para tratar de todos os assuntos referentes à terra junto à FUNAI. Foi escolhido ainda outro capitão, João Lourenço Cruz, para auxiliar no cumprimento das atividades.

Foram escolhidos mais sete capitães que ficaram sendo representante das seguintes localidades: Aureliano Cruz (Urique), Adelino Ferreira (Feijoal), Olávio Ponciano (Lago Grande), Osvaldo Reino (Representando o capitão André Cezário, de Boa Esperança), Floriano Ramos (Bom Caminho), Ernesto Julião (Bom Intento), Leonílio Araújo (São Leopoldo), que nessa ocasião acompanharam o capitão-geral e líder, Paulo Mendes.

Segundo informações de moradores, em 1943, foi criado o PIN (Posto Indígena). Como primeiro posto indígena para a população de Umariáçu que teve a sua iniciativa pelo poder público do governo federal, chefiado pela figura do senhor Manoel Pereira Lima, mais conhecido pelos Tikuna como Manuelão, um dos primeiros funcionários do Serviço de Proteção aos Indígenas (SPI), funcionou como primeira inspetoria de serviço de proteção aos índios, junto a qual assumiu o cargo de chefe da aldeia o senhor Manuelão.

Numa propriedade pertencente ao senhor José Mendes, no distrito do município de Tabatinga, no atual bairro da Comara, na época chamada de São Sebastião, perto do Aeroporto Internacional de Tabatinga, o governo brasileiro, com o objetivo de garantir a unidade nacional, tutelou as etnias existentes, controlando assim todas as nações indígenas do território. Esta foi uma estratégia na manutenção da posse da terra nas comunidades indígenas, incluindo a comunidade indígena de Umariáçu, local da pesquisa.

O primeiro cacique de Umariáçu foi o senhor Agostino, um dos moradores mais antigos do local, que agregou sua família na fazenda de José Mendes, agropecuarista, com a finalidade de estabelecer limites entre o bairro da Comara e a comunidade indígena Tikuna. Em 1942, o marechal Cândido da Silva Rondon, esteve presente na comunidade e deu o título de capitão de aldeia ao senhor Agostino (V.M. 1914).

A titulação de capitão não acontecia somente na região do Alto Solimões na época do SPI. O termo foi empregado para outras pessoas, como por exemplo, o capitão Félix no seringal de Belém/Tabatinga-Alto Solimões e o capitão Agostino no Igarapé de Umariáçu. Essa terminologia era anteriormente conhecida como —tuxauall em todo Brasil. Os tuxauas ou capitães serviam no passado diretamente a patrões e estes obtinham reconhecimento para exercer autoridade sobre indígenas a partir de autoridades militares (J.C, P.C, 2014).

Agostino foi nomeado capitão, inclusive com o direito de vestir fardamento de soldado e ser considerado mensageiro para executar e determinar arbitragem de conflitos, estabelecendo expulsão da terra indígena se fosse preciso. O objetivo era manter ordem e valores morais e não tinha remuneração para o trabalho. A partir desse contexto social da década de 1940, surge o termo capitão em comunidade indígenas amazônicas do Alto Solimões (V.M, P.M, 2014).

Após o falecimento de Agostino, em meados da década de 1950, o cargo foi substituído pelo senhor Ponciano, o primeiro capitão escolhido pelo chefe de posto de Umariáçu, o senhor Cristovão. Mais tarde, foi escolhido José Araújo da Silva, como capitão da comunidade por Gilberto Figueiredo, chefe de posto vindo de Manaus, funcionário do SPI, para desenvolver trabalho na aldeia. Com a saída de José Araújo, em 1966, a própria população de Umariáçu se revoltou e então houve nova troca. O escolhido dessa vez foi Santiago Fernandes, o primeiro capitão que recebia salário indireto sob a forma de rancho doado pelo comando militar do Exército Brasileiro de Tabatinga. Ele também usava farda de militar junto com dois colaboradores (P,M. 2014).

### **1.11.2 A construção da pessoa Tikuna em contextos de conflitos políticos**

A importância da construção afirmativa da pessoa Tikuna dá-se no sentido de manter e aprimorar conhecimentos. Dessa forma, saberes tendem a ser reconformados e ressignificados a partir de trocas socioculturais (ALENCAR, 2002). Tem-se como exemplo a língua, cujos aportes vêm sendo mantidos. Todavia, é preciso atentar ao que vem acontecendo dentro da comunidade, pois se percebe que aos poucos tradições dos povos Tikuna estão sendo reposicionadas dentro de contextos proto-tradicionais, até mesmo a língua portuguesa tem forte influência em ambientes indígenas (ID., *op. cit.*).

Segundo pessoas idosas da comunidade de Umariáçu (entrevistas com J.C., P.C, V.M. e S.M., lideranças comunitárias, pesquisa de campo, 2014) nota-se que permeia entre eles sentimento de manutenção em relação a seus espaços de convivência dentro e fora da comunidade. Também existe preocupação por parte dessas lideranças quanto ao resgate do espaço físico-geográfico que outrora era de domínio daquela comunidade, pois está sendo deteriorado devido ao crescimento

desorganizado por um grande fluxo de imigrantes estrangeiros originários de Colômbia e Peru, bem como indígenas vindos de outras comunidades do entorno.

Outra complexidade que impacta a comunidade é a urbanização. A ação humana causa mudanças do uso do solo e contaminação por herbicidas e agrotóxicos usados em plantações de médio e grande porte, forçando o povo a buscar terras longínquas para o plantio da agricultura em âmbito familiar, elemento essencial para a sobrevivência dos povos indígenas.

Os processos circunstanciais observados entre os Tikuna que vivem no Brasil, presenciados em pesquisas de campo em 1997, sobre a disputa pela representação travada entre as organizações Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT) e Federação das organizações e dos caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Tikuna. Os Tikuna brasileiros interagem com agentes da política indigenista brasileira desde os anos 1920, do século XX, e mais fortemente a partir de 1942, quando o SPI passou a atuar na região, o que implicou na —nacionalizaçãoll socioterritorial Tikuna.

A etnia havia sido anteriormente impactada pela exploração da borracha, sendo submetida a comunidade à condição de barracão de trabalho. Se a intervenção do SPI, e depois da Fundação Nacional do Índio, garantiu certa assistência a esta população até então desassistida, representou também a instituição de paternalismo de Estado que se sobrepôs ao do sistema de exploração extrativista, caracterizado pela hierarquização dos laços patrão-cliente.

Com a presença do Estado na assistência ao índio que vivia na região, segundo Pacheco de Oliveira (1988), os padrões encarregados do povo Tikuna redefiniram papéis sociais entre os próprios índios ao interagirem com lideranças. Embora esse patronato não fosse importante dentro do escopo da tradição Tikuna, rapidamente ganhou significação dentro daquela sociedade. A interpretação da realidade revelou um processo que pode ser caracterizado como de reinvenção de tradições (HOBSBAWN, 1988).

Os —capitãesll, padrões contingenciais, representavam em certa medida os interesses dos padrões, os encarregados do lugar, e conforme argumenta Pacheco de Oliveira (ID., *op. cit.*), só se sustentavam e só se sustentam historicamente como resultado de composições e alianças internas que configuram uma determinada relação de forças entre os diferentes grupos vicinais de cada aldeia. E foi um grupo desses capitães, em uma situação histórica bastante diferente, o responsável pela constituição do Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT), em 1982, sendo, portanto,

esse agrupamento um dos precursores do movimento indígena no Estado do Amazonas e no país.

A FUNAI atua nos dias de hoje de forma bem diferente daquela do SPI de 1942, na medida em que as organizações Tikuna têm alguma força e poder de reivindicação, tendo inclusive enfrentado uma política explicitamente contrária aos seus interesses durante o governo militar, pós-1964. Se em muitas ocasiões a intervenção vinha de uma política de Estado baseada numa ideologia da integração índio-sociedade nacional, hoje o que se vê são processos contraditórios do órgão na região Amazônica, pelo menos em termos de uma política indigenista definida.

O que moveu, portanto, historicamente, a ação da administração regional dos Tikuna foi a reivindicação do próprio povo, materializada em forma de ameaças à própria integridade física de lideranças estatutárias da FUNAI. Esse tipo de ato quase sempre foi feito de forma individual. Essa relação conturbada formou várias gerações de Tikuna que viam ou que veem na tutela um meio de vida, impelindo-os a formarem grupos que se intitulam conscientes da realidade pela proximidade com o poder, tanto na esfera local quanto estadual e federal.

Por outro lado, na situação amazônica global, os atores dominantes Tikuna, ou seja, as —elites regionais, constituíram boa representação sobre a região Amazônia do Alto Solimões, a partir de uma suposta homogeneidade de sua população. Mas o contato interétnico local não produziu uma homogeneização, acabando por ter implicações em termos da emergência do movimento Tikuna. A visão homogeneizadora hoje é compatível com os objetivos daqueles que impõem restrições à territorialização Tikuna, cujos territórios no Brasil são reconhecidos pela FUNAI.

Com a demarcação de terras da etnia a partir de 1993, foi gerada uma situação de conflito, orquestrada em grande parte pela intervenção de madeireiros, grileiros e agronegociantes, atores que controlam o poder em nível local, com muitos interesses em acabar com as barreiras legais e normativas no sentido de explorar livremente os recursos do território Tikuna.

A situação intensificou conflitos entre os representantes Tikuna e gerou conflitos entre facções, conflitos estes inerentes às formas de organização societária (PACHECO DE OLIVEIRA, 1977, 1988). O estudo, nessa linha de pressuposição, pretende fornecer elementos para discussão e análise desta situação conflituosa.

Uma situação delimitada pela produção simbólica das identidades regionais, considerada por Bourdieu (1989) como um estado particular da luta de classificações, ou seja, como relações de força materiais ou imateriais entre os que têm interesse em um determinado modo de classificação. No âmbito da região em destaque, essa luta se daria a partir de uma visão oficial, dominante, reconhecida e considerada legítima, que ignora uma identidade desconhecida e ainda não reconhecida.

Os critérios simbólicos de identificação em função da luta política podem ser formulados com base em representações mentais, ou seja, em atos de conhecimento ou reconhecimento a partir dos quais os agentes são investidos em seus papéis sociais, que estão classificados conforme arranjos étnicos, identitários ou regionais.

Um caso a ser destacado é o da organização representativa do Conselho Geral da Tribo Tikuna, que toma como referência a relação entre os Tikuna e representantes da sociedade envolvente. Essa organização pareceu indicar a existência de relações não apenas políticas, mas simbólicas e referenciais, mediante as quais dirigentes Tikuna que constituíram a ACGTT (Associação Conselho Geral da Tribo Tikuna) — posteriormente transformada em FOCCITT (Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Tikuna), que compete com o CGTT como entidade representativa do povo como um todo — estaria procurando impor um determinado modo de ver e conceber o mundo, segundo visão desterritorializada, diferente das formas de ação societária por meio das quais são projetadas identidades em termos de representações sobre a proveniência do povo, dos mitos, dos cantos e rituais.

No Alto Solimões, verifica-se a constituição simbólica de um segmento Tikuna que passa a se ver como mais próximo da sociedade envolvente, atuando fora da sistemática da dominação de atores (madeireiros, comerciante) e agências (FUNAI, igrejas evangélicas) que interagem com a coletividade. Esse segmento, investindo numa disputa faccional no interior do CGTT, acabou por gestar uma entidade concorrente no controle da representação, apoiada por organizações que não raro procuraram mostrar interesses crivados por um grupo limitado de índios, tais como professores e monitores de saúde.

Considerando a questão, tem-se que a identidade étnica regional, a partir do imbróglio da problemática faccional, apresenta-se sob forma de simbolismo e

emerge enquanto homogeneização social e territorial imposta na estruturação do poder político local. Na prática, ocorre que os membros dessas facções se aproximam de atores e agências da sociedade envolvente e concebem a si mesmos como uma —elite indígena, agenciando a distribuição do prestígio local e procurando controlar a exploração dos recursos. Atuam como uma rede de relações de parentesco e clientela, que controla o acesso a cargos nas áreas da saúde, educação e administração estatal.

Para focalizar e entender o campo de ação indigenista na Região do Alto Solimões é preciso analisar a situação histórica precedente, onde a atividade dos patrões seringalistas exerceu um domínio absoluto em nível regional, influenciando o destino da população indígena Tikuna. A existência de um novo ator social representada através da figura de um dirigente do SPI e da instalação de um posto indígena modificou os padrões anteriores de representação e dominação, fazendo surgir uma nova forma de relacionamento nas áreas entre os diferentes atores sociais, índios e brancos.

Esta realidade histórica se delineia em contraste à construção histórica anterior, permitindo que da interação entre indivíduos e grupos possuidores de códigos culturais diferentes com valores e interesses diferentes pudesse surgir relacionamentos regulares, que se lhe apresentassem alternativas e compromissos diante da realidade modificada. É nessa perspectiva e linha de pensamento que ocorre a descrição e interpretação do processo de formação de um campo de ações indigenista junto aos Tikuna, o que constitui o objeto da pesquisa.

No processo de mudança social que influenciou a alteração política e por consequente a problemática em relação aos territórios do Alto Solimões ocorreram entrelaçamentos de interesses, sobressaindo-se o poder organizador de determinadas forças políticas. A história dessa região amazônica se caracteriza pela existência dos seringalistas e o seringal que deixou marcas profundas no contexto da população nativa da região. Com o início da expansão gomífera no século passado no Alto Solimões, e a contínua valorização da borracha no mercado mundial, houve disputas por poder.

O interesse maior era pelas terras ribeirinhas dos indígenas do Alto Solimões, basicamente aquelas que ficavam localizadas próximo às bocas dos igarapés e aos canos de lagos, onde existiam extensos reservatórios naturais de seringueiras, que podiam ser transformados com pouco trabalho em grandes seringais nativos. Isso

acabou afetando a população indígena da região, devido ao trabalho exploratório imposto a eles. As áreas priorizadas para os assentamentos da sede das atividades comerciais dos patrões eram sempre terrenos que ficavam próximo às margens dos rios e igarapés de pequena ou de média extensão. As terras citadas eram de grande importância para as práticas de exploração dos seringais e o controle da mão de obra indígena.

A maioria delas, localizadas no interior dos igarapés, estava vinculada ao domínio da União, não podiam ser tituladas, vendidas ou cedidas a particulares, devido à sua proximidade da fronteira. Na prática, o controle das terras era exercido pelos donos das glebas ribeirinhas, sendo reconhecido pela população branca e imposto pelo uso da força. Algumas vezes este ato era legitimado mediante a concessão de licença de exploração (PACHECO DE OLIVEIRA, 1988).

Atualmente, populações indígenas desenvolvem estratégias de uso e manejo do território e dos recursos naturais, mas o modelo econômico historicamente desenvolvido no Alto Solimões é herança do processo de dominação do período da colonização na Amazônia, tem sempre como principal base de sustentação a exploração comercial dos recursos naturais e humanos. No passado, essa exploração era feita ou representada pelo barracão de seringalista, atualmente, pelos comerciantes de mercadorias nas comunidades ao longo dos rios.

Vale ressaltar que são nestas condições que acontecem o envolvimento das populações indígenas Tikuna com a população não indígena, e em decorrência disso se dão os conflitos políticos, os quais incidem na formação da pessoa Tikuna. Este fator tem proporcionado mudanças não apenas nas relações interpessoais, mas também nas concepções simbólicas que orientam suas relações com a natureza, a isto podemos chamar de herança do contato com populações não tradicionais.

### **1.11.3 A guisa de conclusão**

As políticas territoriais Amazônicas surgem, no primeiro momento, a partir dos anos de 1960, tendo um viés econômico e geopolítico. O objetivo de integrar para não entregar estabelece todo o direcionamento das formas de organização do território. O período desenvolvimentista foi crucial para a Amazônia onde seu território foi vertebrado (através de obras que deram acesso a região com o restante do país).



A construção do território amazônico começa pela sua formação, temos nesse sentido, a delimitação da região (sua criação) através de uma demanda da expansão do processo de produção capitalista no qual a região é produzida pelos de fora, resultando numa geografia oficial diante das geografias pré-existentes com os povos e territórios existentes antes da formação do Estado Nacional.

A Amazônia passa a ser incorporada pela lógica econômica dos interesses alheios e voltada para os interesses do país. Não existe a consideração diante da economia local, nem pelas populações existentes em seu território. Os projetos pensados para região são sempre decididos no período desenvolvimentista de cima para baixo, como já falado. A própria construção do entendimento da Amazônia e nesse termo, foi criada por demandas externas da região, seja ocorrida pelos interesses internacionais, ou nacionais.

É certo então falar que a Amazônia dos anos de 1960, aos anos de 1980, era um vazio demográfico, portanto, um vazio criado pela cartografia nacional, uma terra sem ninguém. A repercussão desse fato recairá sobre as organizações territoriais existentes na Amazônia. Aqui cabe salientar que a interferência dessas ações não ocorreu de forma passiva, apesar de fatos não ganharem repercussão na grande mídia nacional. O massacre dos Yanomamis nos anos de 1980 simboliza esse elemento de resistência diante de seus territórios.

Porém é mister lembrar que, as políticas territoriais dos anos de 1990, e sua continuação atual seguem o mesmo modelo, em que a população local existente e a configuração de territórios e territorialidades endógenas não são levados em consideração diante dessas políticas territoriais.

O processo atual nos de 1990, apontava para o estabelecimento de grandes territórios em todo o país. Os denominados Eixos de Integração e Desenvolvimento (Eids). A lógica desses grandes corredores visava ao processo de escoamento no primeiro momento da produção de soja.

A busca pela competitividade e de novos mercados, sobretudo, em direção a bacia do Pacífico, tornam a Amazônia como parte central desse projeto, que passa a recortar a região em novas direções, a implicação desse fato recai em áreas de grandes potenciais mineralógicos, e em função de sua localização, gerando conflitos ou potenciais conflitos.

A problemática dos territórios e terras indígenas recai sobre todos esses problemas perenes em torno dessa cartografia, que apaga essa população dos

mapas oficiais. O ingrediente fronteiriço, a soma do processo de urbanismo do indígena reforça a ideia dessa lógica.

O mosaico sobre esses territórios permanecem perpassando pelas questões relacionadas aos seus territórios, o autogerenciamento que deve ser relativizado, já que o controle oficial passa a ser do Estado, portanto, um território tutelado que pertence à União sobre sua vigilância e designios.

Como pensar a problemática indígena, diante de novos componentes como o meio de vida urbano, do qual foi inserido e ao mesmo tempo excluído a relação e construção de seus territórios, em virtude da agregação de novos valores? O que pareceria ser o branqueamento dos indígenas, a assimilação desses povos, sua inserção dos valores ocidentais não ocorreu, o processo de exclusão desses povos é visto ao primeiro olhar nas cidades que residem essas populações.

Na cidade de Tabatinga apesar do grande contingente dessa população e, ao mesmo tempo na área indígena os problemas relacionados à droga, o esquecimento das tradições, atritos existentes entre os próprios índios passam a fazer parte desse cotidiano que são implicações advindas do próprio processo de urbanização.

Diante disso, temos os dilemas: a necessidade da assistência social dessas populações e, ao mesmo tempo a preservação de suas tradições e culturas. São problemas que podem ser pensados pelo processo de reconhecimento dessas etnias através da construção e da oficialização de fato e direito, diante da instrumentalização de uma cartografia social que desemboca em uma nova configuração territorial, tendo em vista costumes, tradições e relações. Até onde a cartografia oficial concebe o indígena como cidadão tendo em vista seu tutelamento pelo Estado.

Na realidade, a oficialização desses territórios só acontece por causa dos problemas territoriais, existem como entidade territorial e, são áreas de atuação social e política dessas populações tendo a sua própria autodeterminação.

Os problemas levantados sobre a questão do território ainda permanecem uma constante sobre as questões indígenas. O fato dessa preocupação é referente, sobretudo, à questão do próprio processo demarcatório, choque de interesses no que se refere às formas de usos da terra, quando se confronta com a questão de valorização econômica e de sua produção e finalidade.

A terra ainda é concebida de maneira capitalista, a lógica da produção recai sobre sua apropriação indevida, especulativa e de valorização, essa lógica fere os

princípios da terra como elemento de unidade social cultural. Diante dessas ordens ou significados a questão terras indígenas como estruturas sociais da própria sociedade indicam uma ameaça para própria existência dessas comunidades, a necessidade de compreender que a terra não é apenas um elemento apenas que serve para moradia, talvez seja o grande choque existente entre as formas ou lógicas de se produzir o território.

Na lógica do capital, temos um processo que é movido pela apropriação, incorporação e produção e renda que esbarra como uma estrutura social milenar. Os choques são inevitáveis, sobretudo, porque essas terras localizadas na zonas urbanas são confinadas à lógica do capital que tem como finalidade seu valor de troca caminhando para processos, como já dito, de incorporação do mercado.

O processo de urbanização resulta em novas reflexões e, ao mesmo tempo novas demandas no que concerne às questões indígenas, tendo como ponto de vista que a Amazônia, o urbano é presente no modo de vida, portanto, convém lembrar que esse modo de vida, atinge diretamente essas populações e suas tradições. É importante lembrar que não estamos levantando bandeira que os indígenas não devem ser inseridos no tecido urbano, já que muito deles foram incorporados, portanto, devem ser inseridos, ou seja, suas geografias (marcas espaciais) são partes constituintes desses tecidos urbanos que devem ser planejados e pensado diante do conjunto dessa pluralidade populacional e necessidades existentes nessas cidades.

A necessidade de pensar esse elemento presente requer uma tomada de decisão que leve em situação e que não deve ser negligenciada nas políticas que devem ser adotadas para o conjunto dessas populações, tem-se em vista o processo de inclusão que atualmente configura-se pela exclusão do segmento dessa população nas cidades amazônicas dos quais essas áreas estão inseridas.

Não menos importante é a concepção de terra que deve ser compreendida à luz social, que passa pela compreensão de novas formas de conceber a cidade e terra, como uma questão social devendo ser protegida e ao mesmo tempo preservada na constituição das cidades.

## ENSAIO II

### **POLÍTICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA E TERRITORIALIZAÇÃO NA COMUNIDADE INDÍGENA TIKUNA DE UMARIAÇU**

A segunda parte do ensaio tem como objetivo geral compreender o processo de territorialização na comunidade Tikuna de Umariáçu, para isso teremos um debate no primeiro momento das categorias território e territorialidade, tendo como objetivo específico, compreender essa análise espacial por esse povo.

Dentro dos nossos objetivos específicos, ainda teremos como meta analisar o poder violento contra os indígenas e a dinâmica dos processos de expropriação territorial das sociedades tradicionais, a luta pela terra, a lógica do Estado brasileiro ante a questão indígena, e logo em seguida correlacionar a questão da terra dos Tikuna de Umariáçu.

Para compreendermos essa problematização foram aplicados questionários abertos direcionados à questão da terra, da identidade Tikuna, e seus problemas. A amostragem foi direcionada aos líderes Tikuna, professores e profissionais de diversos segmentos da sociedade, portanto a escolha dessas pessoas partiu de que elas são formadoras de opinião através da questão norteadora da problematização de seu território.

#### **2.1 Categorias empregadas e políticas públicas territoriais do Estado na Amazônia**

A maneira tradicional de ocupação espacial das populações indígenas não deve ser interpretada através da visão capitalista de apropriação do espaço,

enquanto propriedade privada. Se tivermos interesse em compreender como os grupos indígenas se apropriam de um território e nele se organizam espacialmente, precisamos nos desprender de certas categorias de representação territorial que bem se aplicam à nossa sociedade, mas que não fazem tanto ou nenhum sentido para outras culturas.

O advogado indígena Paulo Celso de Oliveira, da etnia Pankararu, ressalta que devemos relativizar nossos pressupostos.

Para entender a concepção territorial dos povos indígenas, é necessário se desprender dos conceitos da sociedade ocidental sobre a terra, especialmente da propriedade privada e busca essa compreensão a partir da cultura dos povos indígenas, ou seja, a partir da visão dos índios. Uma concepção que tenha a propriedade privada como patrimônio distorce o significado dos territórios indígenas, que são, por excelência, direitos coletivos (OLIVEIRA, 2006, p.12).

As palavras —terrall e —territórioll, bem como, —territorialidadell e —territorializaçãoll têm uma sonoridade parecida, mas os seus significados são diferentes. A confusão dessas palavras pode acarretar muitos inconvenientes.

Fernando Antonio de Carvalho Dantas concebe as noções de —terrall e —territórioll como categorias jurídicas diferentes. Este autor afirma que:

Segundo Carlos Frederico Marés de Souza Filho, terra se refere à propriedade individual, portando é um conceito eminentemente civilista, privado; enquanto a território faz menção à jurisdição de um espaço geográfico, evidenciando seu caráter coletivo, público. Sobre o conceito jurídico de território se enfatiza a clássica postura que o situa como um dos elementos que formam o estado, junto com o povo e o governo. Desta forma o território define os limites físicos, para o poder do estado, o que quer dizer jurisdição e soberania. A terra é para os povos indígenas um espaço de vida e liberdade. O espaço entendido como lugar de realização da cultura. As sociedades humanas, e neste caso, as sociedades indígenas, constroem seus conhecimentos a partir de cosmologias próprias, elaboradas coletivamente com as experiências sociais, o que demonstra visões de mundo não compatível com o modelo individualista ocidental (DANTAS, p. 311).

O geógrafo Rogério Haesbaert chama atenção para a questão da compreensão da definição de território, a qual não deve ser pressuposta apenas em sua dimensão física, como espaço geométrico, pois:

O território envolver sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBART,1997, p. 42).

O mesmo autor explica que:

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar —funções|| quanto para produzir —significados||. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (—lar|| para o nosso repouso), seja como fonte de —recursos naturais|| – —matérias-primas|| que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (ID., *op. cit.*, p. 43).

As relações que os homens estabelecem com um território são essenciais na construção de sua identidade, assim como são as relações que os homens estabelecem entre si. Nesse sentido, Milton Santos enfatiza que:

O espaço se dá ao conjunto de homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual, mas a proximidade que interessar ao geógrafo, Mao se limita a uma mera definição das instancias; ela tem ver com a contiguidade física entre as pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas relações. É assim que a proximidade pode criar laços culturais e desse modo a identidade (SANTOS, 1996, p. 254-255).

Ao raciocinarmos em termos de ocupação tradicional que os povos indígenas exercem sobre um determinado território, a categoria mais apropriada para pensarmos essa relação é —territorialidadell, definida por Little (2002, p. 3) como —o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu =território“. Assim, no processo de relação que os grupos indígenas mantêm com seus territórios tradicionais, elaboram toda uma cosmografia, que compreende:

[...] a saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, o vínculo afetivo que mantém com seu território especifica a historia de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002, p. 4).

## **2.2. O poder violento contra os indígenas e a dinâmica dos processos de expropriação territorial das sociedades tradicionais**

Ao longo dos quinhentos anos de história do Brasil, aconteceram sucessivos movimentos de expansão das fronteiras territoriais do Estado e da sociedade nacional, que se confrontaram, na maioria das vezes, com as territorialidades dos grupos que tradicionalmente habitavam esses espaços, tais como povos indígenas, remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais.

Em diversas ocasiões, foram muitas as ações apoiadas ou perpetradas pelo próprio Estado Nacional. Comunidades inteiras foram vítimas de violência, genocídio, etnocídio e de especulações territorial. Em outros casos, o Estado tinha conhecimento de expropriações e perseguições aplicadas aos povos indígenas e fazia vista grossa, omitindo-se da responsabilidade de agir para coibir tais práticas. Desta forma, a grilagem de terras e outros desmandos foram comandados muitas vezes por pessoas influentes na vida econômica e política do país, tais como: madeireiros, agricultores, industriais, comerciantes e políticos, tais ações puderam ocorrer impunemente.

Diversos grupos étnicos foram forçados a deixar as terras que ocupavam a migrar e se dispersar para sobreviver, como é o caso dos indígenas que hoje ocupam o Vale do Javari, que habitavam às margens dos Rios e migraram para as terras firmes, e os Tikuna que habitavam as terras firmes. Estes acabaram migrando para as margens dos rios, principalmente para a região do Alto Solimões, transformando assim uma série de aspectos de sua vida social.

Haesbaerth (1999, p. 258), ao asseverar que a perda dos territórios implica, na maioria dos casos, na fragmentação dos indivíduos que compõem as comunidades, reconhece que ao serem desconectados em relação ao espaço e aos seus recursos naturais, perde-se muito de referenciais culturais de identidade. Nessas situações, pode-se citar os povos Tikuna que residem nas comunidades de Umariçu e na comunidade de Belém do Solimões. Muitos de seus jovens já não falam ou não querem falar a língua materna e, às vezes, sentem vergonha de

participar da festa da moça nova, e de outros ritos praticados por seus ancestrais. Quando isso ocorre, as dimensões econômicas, políticas e cultural da vida social podem se desarticular, enfraquecendo a unidade política dos grupos e tornando bem mais ambíguas as relações que as coletividades estabelecem com seus territórios.

Sem contar que na maioria dos casos, as novas circunstâncias políticas obrigam as populações expulsas de seu território, a passar por um processo de reorganização e adaptação social, que Pacheco de Oliveira (1999, p. 54-55) define como uma territorialização, que implica na —criação de sociocultura, mediante o estabelecimento de identidade étnica diferenciadora; na constituição de mecanismo político especializado; na redefinição de controle sobre recursos ambientais; e na reelaboração da relação com o passado.

Falando de outra forma, o que o autor chama de processo de territorialização, no caso brasileiro, é propriamente um movimento através do qual as comunidades indígenas vêm a ser transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão, de representação, e reestruturando as suas formas culturais, (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso) (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p. 56).

Não podemos negar que a territorialidade é, sem dúvida, um desdobramento da ação colonialista que historicamente vitimou indígenas, quilombolas, camponeses e outras populações em território nacional. Como ressalta Teófilo da Silva (2005, p. 131), ao longo da história do Brasil, os povos indígenas e quilombolas, sofreram compulsões tais como expropriação fundiária, circunscrição territorial, aldeamento, doutrinação religiosa, —acamponesamento e proletarização.

### **2.3 Lutas por direitos territoriais e legislação**

A partir de 1970, e mais intensamente na década de 1980, os movimentos indígenas no Brasil se organizaram e se fortaleceram expressivamente de tal forma que várias conquistas foram alcançadas. Com isso, as mobilizações dos povos indígenas na luta pela reconquista de territórios espoliados no passado cresceram de forma exponencial. Para Pereira (2002, p. 88-89), essas mobilizações denotam —uma ação no sentido de colocar novamente em operação os mecanismos de reprodução social, uma tentativa de reposição de formas de sociabilidade entendidas como tradicionais.



Embora o Estado Nacional ainda não seja eficiente no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, principalmente em relação às demarcações de seus territórios, já é possível perceber um número cada vez maior de grupos emergentes, e também de grupos que há muito o Estado reconhecia como indígenas, porém não respeitava seus direitos, mesmo após a constituição de 1988. Daí que as lideranças indígenas passaram a pleitear a demarcação de territórios com mais eficácia, podendo viver em condições apropriadas para sua reprodução física e cultural.

A territorialidade própria dos indígenas possui uma conotação de resistência, que na identidade étnica e nas referências culturais específica a sua base principal. De modo que um dos maiores problemas é que muitas das terras expropriadas dos povos indígenas no passado passaram para o controle de agentes poderosos: latifundiários, grileiros, políticos, cooperativas de fachada, projetos agropecuários modernos, incorporadoras imobiliárias, colonizadores, madeireiros, agricultores, grandes empresas comerciais e industriais, entre outros. Esse tipo de invasor costuma impor uma grande resistência aos interesses dos indígenas. Contrata bons advogados para representá-lo em instâncias judiciais e, em casos extremos, mobiliza forças paramilitares para ameaçar habitantes tradicionais que manifestam intenção de retomar por conta própria as terras.

É importante observar como a legislação brasileira há muito tempo comporta o instituto do indigenato. Ela reconhece os direitos territoriais indígenas como direitos —originários, isto é, pré-existentes em relação ao próprio Estado nacional e à ordem jurídica, e por isso, tendo precedência sobre o direito de propriedade privada, rege o processo de identificação e delimitação das terras indígenas, declarando públicos os limites geográficos nos quais vigoram os direitos originários, (SANTILLI, 2005, p. 25-27). Perante a lei, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios compõem o patrimônio da União.

O Art. 231 da Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo 6º, decreta que são nulos, extintos e desprovidos de efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras indígenas. Isto significa que, se comprovado que uma determinada comunidade indígena ocupou ou ocupa tradicionalmente uma área, os títulos de propriedade e escrituras da mesma não possuem nenhum valor legal, pois o que vale é o fato de existir populações habitando esse território e não o documento que muitas vezes é cedido de forma ilegal.

Centenas de grupos indígenas, quando foram expulsos dos locais que ocupavam, não possuíam nenhum documento escriturado que atestasse a propriedade sobre esse território. O fato de o indígena não possuir documentos da terra que tradicionalmente ocupa, não significa que o mesmo não tenha direito sobre a terra, que está resguardado nos termos da Constituição. A concepção da territorialidade indígena e dos povos tradicionais se pauta por princípios diferentes daqueles que regem o direito da propriedade privada (LITTLE, 2002).

Em um processo de regularização de uma terra indígena, a legislação brasileira prevê o pagamento de indenização por benfeitorias introduzidas pelos ocupantes de —boa féll. O valor de mercado da terra não é coberto nesses casos. Os demais ocupantes são retirados sem ter direito a qualquer tipo de indenização. Esse talvez seja o ponto que gere mais polêmica e resistência, pois os pretensos proprietários da terra se recusam a deixar o local pacificamente nessas condições. E, sobretudo, aqueles que detêm maior poder econômico se articulam e conseguem receber o apoio dos políticos.

Muitos agentes que disputam o território com as comunidades indígenas – sejam eles fazendeiros, posseiros, garimpeiros, madeireiros, empresas, projetos agropecuários etc. – possuem trânsito político com bancada de parlamentares, prefeitos, governadores, funcionários públicos, entre outros. Às vezes, o conjunto dessas autoridades atua como verdadeiras corporações políticas regionais (SANTILLI, 2005). Por causa da resistência corporativa, conjunturas políticas adversas se sobressaem às favoráveis à comunidade dos processos demarcatórios. Dessa forma, é comum o atendimento das demandas territoriais indígenas ficarem congelados.

Um dos argumentos nos quais os adversários dos indígenas mais costumam se amparar trata da questão da imemorialidade da ocupação do território. Alegam que as gerações que hoje reivindicam as terras não viveram no local da forma continuada com seus ancestrais. As demarcações de terras que a FUNAI efetuou durante as décadas de 1970 e 1980, se escoraram na noção de imemorialidade da ocupação da terra. Isso significa que um estudo de identificação só poderia concluir que uma terra era indígena se profissionais da equipe técnica conseguissem comprovar por dados históricos, arqueológicos e etnológicos que os índios ocupavam a área reivindicada antes da chegada dos não-índios.

Fica claro que a legislação brasileira durante muito tempo cometeu ou ainda comete equívocos na hora de normatizar decisões, principalmente quando se trata dos direitos dos povos indígenas. Fica claro também que em muitos casos, o reconhecimento do direito total sobre a terra é praticamente impossível, pois se deve lembrar que o histórico de contato de muitos povos indígenas com a sociedade nacional ao longo de várias décadas, ou mesmo séculos, foi marcado por circunstâncias conflituosas que interferiram na concepção territorial desses povos e na definição dos limites dos espaços que ocuparam. Em inúmeros casos, indígenas tem sido confinados em áreas bem menores de que o seu território tradicional e em algumas situações extremas eles ficaram sem terra nenhuma.

Empreendimentos econômicos se instalaram em territórios indígenas, modificando completamente e de modo irreversível os territórios onde secularmente houve domínio nativo. Quanto a isso, a atual Constituição brasileira mexeu profundamente com os processos de regularização de terras no Brasil, principalmente por causa de uma mudança: a ruptura com o paradigma da —imemorialidade e instituição da noção de —tradicionalidade e como referência. O artigo 231, § 1º da nova Carta Magna, define como terras tradicionalmente ocupadas pelos índios —as por eles habitadas em caráter permanente [...] imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural (PACHECO DE OLIVEIRA, 2000, p. 22).

E ainda. A partir da última Constituição a substituição de uma —identificação negatival (calculada na presença do branco) por uma identificação positiva, que leva em conta a territorialidade indígena, isto é, os processos pelos quais os indígenas se apropriam daquele território, Araújo (2006) considera a Carta Magna de 1988, um marco divisor para a avaliação dos índios no Brasil. Tanto por conta da inclusão no texto constitucional da nova concepção formal de terras indígenas, bem como da concepção dos territórios de comunidades quilombolas, a qual só se tornou possível em função das pressões dos diversos movimentos sociais que despontaram nas décadas de 1970 e 1980, e receberam o apoio e assessoria de organizações da sociedade civil.

O fim do período da ditadura militar no Brasil em 1985 e a instalação de um governo civil promoveu abertura maior da arena política para a participação dos povos indígenas e dos movimentos sociais. Segundo a procuradora Deborah Duprat,

da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, o tratamento dado pelo novo texto constitucional aos territórios indígenas concebe-os como espaços indispensáveis ao exercício de direitos identitários de grupos étnicos, tornando-os indissociáveis as noções de etnia, cultura e território.

Na visão da autora, a Constituição Federal estabelece diferença substancial entre a propriedade privada – que é um —espaço excludente e marcado pela evidência da individualidade— e o território indígena, o qual se caracteriza como sendo – um —espaço de acolhimento, em que o indivíduo encontra-se referido aos que o cercam—. A autora observa, no entanto, que, por um equívoco, a prática judiciária costuma a equiparar ambos os institutos, conferindo-lhes o mesmo tratamento processual (DUPRAT, 2006, p. 172).

Não se pode deixar de considerar a posição de Santilli (2005), ao indicar que ocupações de terras por parte de comunidades indígenas se baseiam em padrões de propriedade e usos diferentes dos nossos. A terra não consiste apenas em um meio de produção. Ela é o espaço onde se conformam ou configuram modos de vida que não são baseados na ocupação intensiva, e não é algo do qual se possa desfazer. Nesse sentido, a terra adquire um significado especial, ou seja, ela representa muito mais que um meio de produção material. A mesma representa fonte de vida porque está ligada ao divino.

E por ser lugar sagrado, a terra é de onde emana toda a fonte de vida. Por esse motivo, o valor é mais espiritual que material. Oliveira (2006), descreve alguns elementos pelos quais os indígenas conferem significação às relações que mantêm com seu território. —Os povos indígenas atribuem nomes aos lugares, aos rios, às plantas e aos animais. Eles conhecem os mais diversos ecossistemas, classificam os lugares para fins de moradia, realização de atividades econômicas e práticas culturais (ID., *op. cit.*, p. 13).

O indígena Admires Machado, da etnia Kaiowá, em sua dissertação de mestrado em Direito, relaciona uma concepção bastante apropriada de territorialidade indígenas:

O território para o indígena tem a ver com seu espaço existente, [...] onde viver ou tenta viver plenamente a sua cultura, desenvolvendo a sua política, os seus meios econômicos, culturais e religiosos. Não é apenas o lugar que serve para morar, plantar roças, caçar, pescar. É também o espaço da construção de redes e laços de parentesco. É o local onde estão

constantemente revivendo os seus costumes, enfatizando aspectos importantes da cultura. É onde o mundo natural está carregado de significação, que influencia diretamente nas relações sociais; é nesse espaço físico que são tramados os fios da rede de significados sustentáculos da vida. Os símbolos que definem a sua cosmovisão, os usos e costumes que desenham as particularidades e especificidade de sua cultura. É a referencia que ampara os valores e formatam os cânones de sua cognição, definidora de seu modo de ser, refletindo em todas as suas praticas diárias e delineiam a sua sociedade. Por outro lado o território assume as feições da construção social e cultural do povo que ocupa (MACHADO, 2009, p. 42).

Como é possível interpretar o território indígena com seus valores materiais e culturais? Segundo o autor acima citado o território indígena compreende marcos de mais fácil identificação física, como os caminhos de circulações, como os lugares de moradias e cemitérios, ou como os espaços de exploração da natureza, por exemplo: área de caça, pesca, coleta, agricultura e cultivo de plantas medicinais. Mas esse território também pode abranger espaços valorados por suas qualidades históricas, simbólicas ou sobrenaturais, como a morada dos espíritos dos antepassados, dos mitos fundadores etc.

Duprat (2006, p. 174), lamenta a incompreensão por parte do poder público, principalmente do Judiciário, no que diz respeito ao significado de terras —tradicionalmente ocupadas por povos indígenas. É comum os juízes confundirem tradicionalidade com imemorialidade, e, por isso, exigem quase sempre a produção de um laudo arqueológico que demonstre que a presença indígena no local remonta a tempos pré-colombiana.

A autora ressalta que o requisito da imemorialidade não pode mais ser levado em conta, pois, em primeiro lugar, é praticamente impossível de ser comprovado, já que o processo colonizador avançou sobre os territórios; em segundo lugar, porque esse mesmo processo obrigou povos indígenas a se deslocarem, forçando a redefinição de sua territorialização; em terceiro, por estarmos lidando com populações do presente, com perspectivas de vida atuais e futuras, e que não devem ser comparada e condenadas à imobilidade do passado (ID., *op. cit.*).

A definição de terras tradicionalmente supõe entendimentos relacionados a estudos antropológicos que superem concepções cristalizadas de história e tragam ao público tradições constantemente ritualizadas e incorporadas à memória coletiva. Somente dessa forma, sociedades tradicionais conseguem se reafirmar como agrupamentos conscientes e dinâmicos, processualmente inteligentes acerca de sua

existência no mundo em processo de globalização. A autora ressalta que de forma alguma estudos antropológicos de identificação teriam condições de assumir uma posição neutra em relação à sua pesquisa, no sentido de definir determinado domínio a partir de normas ou padrões externos ao grupo.

Dentro dessa mesma linha de pensamento, Pacheco de Oliveira (1999, p. 245), considera que as relações entre antropólogos e grupos estudados não podem ser retratadas exclusivamente a partir do olhar desse profissional. —É preciso identificar a ‘situação etnográfica’ em que se enquadra tal esforço de normatização, pois ela tem existência e dinamismo próprios, independente da consciência do pesquisador.

O processo de territorialização, abrange transformações (territoriais, políticas, identitárias e culturais), que não são somente impostas aos indígenas, mas também possibilitam a tomada de determinadas iniciativas por estes grupos, favorecendo estratégias no sentido de atualização da cultura e de reafirmação da identidade (IB., *op. cit.*, p. 301).

Pensar em fronteiras territoriais significa pensar em flexibilidades incontestes, que remetem a oscilações em razão de mudanças como, por exemplo, demográficas, expedições guerreiras ou movimentos migratórios. Assim, cabe sugerir que a demanda de grupos indígenas sobre a terra pode sofrer alterações significativas em função da convergência circunstancial de interesses. São terras, a nosso ver, que estão permanentemente sendo revistas, reanalisadas.

A territorialidade dos povos indígenas é pensada por meio de categorias de representação utilizadas por empreendedores comerciais e industriais, para estabelecer a propriedade privada sobre uma determinada terra. Para grupos indígenas, pequenos posseiros e comunidades tradicionais, não é um simples pedaço de papel escrito e lavrado em cartório que garante o direito a ocupação e ao usufruto da terra.

São simbolismos da ordem dos valores, os quais desenvolvem a cultura nativa, incluindo sua crença, política e economia, que estabelecem direitos sobre terras. No território, constrói-se toda uma filosofia de vida.

Atualmente, temos visto no Brasil e também em outros países da América Latina a emergência étnica de povos que se mantiveram por um longo tempo na invisibilidade, na tentativa de escapar das perseguições e discriminações das quais historicamente foram vítimas.

Com a democratização da política em várias partes do mundo, principalmente no Brasil, as populações indígenas reapareceram no cenário das políticas públicas, ostentando sinais diacríticos de sua indianidade e apresenta às autoridades governamentais uma série de demandas, em que predominam reivindicações pela recuperação e regularização de territórios. Em suma, a questão do território ocupa lugar central porque tem a ver com a mítica de formação de etnias.

#### **2.4 A lógica do Estado brasileiro ante a questão indígena**

A forma como o Estado brasileiro lida com a questão indígena tende a ser definida por diversos movimentos sociais como ambígua. Ora se reconhecem, ora desconhecem os direitos dos povos indígenas, principalmente aqueles referentes aos territórios. Basta olhar os séculos iniciais da colonização do Brasil, podemos perceber que não havia nenhum interesse em respeitar direitos, pois nunca se levou em consideração a construção histórica e cultural dos povos indígenas em relação aos seus territórios.

Durante o período imperial brasileiro, no século XVIII, houve certa preocupação com relação ao reconhecimento das terras indígenas e a partir daí começou o processo de reconhecimento e demarcação. O colonizador confinou indígenas em pequenos lotes com a intenção não de reconhecer a cidadania ameríndia, mas de impulsionar de modo violento o trabalho escravo, a fim de atender aos interesses da Coroa e do Império, diferente do que aconteceu em outros países da América Latina onde a ideia foi a composição de aldeias ou campesinato, um tanto mais livres (MARTINS, 1988).

No ano de 1850, foi criada a Lei de Terra, estabelecendo marco importante na política fundiária brasileira. A lei não definia a terra para os índios. A função da normativa era dar respaldo ao confisco oficial, pois todo o espaço ocupado deveria ser adquirido por compra. A legislação definia no artigo 1º que a terra era como uma mercadoria. Somente as terras já ocupadas deveriam ser registradas para que se pudesse ter o registro de posse. Para isso, a Lei estabeleceu prazos de registro. No período, indígenas não tinham informação sobre a Lei e os serviços burocráticos eram bastante complexos. Muitas áreas, portanto, deixaram de ser registradas e passaram a pertencer à União.

A partir do início do século XX, com a criação do Decreto nº 8702, do ano de 1910, criou-se o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores

Nacionais (SPILTN), depois chamado de Serviço de Proteção ao Índio (SPI). O órgão passou a ter o poder de reconhecer terras indígenas e a população indígena começou a ter representação. Nesse momento, grupos começaram a se organizar e fazer resistência à invasão de territórios. É importante ressaltar que apesar do SPI representar um avanço no marco histórico em relação à questão indígena, o mesmo Decreto que criou o SPI reconhecia indígenas de acordo com patamares evolutivos, acreditando que chegaríamos a um momento na história em que não mais existiriam índios, pois todos estariam —integrados ou misturados—. A ideia do SPI era domesticar índios segundo o processo civilizador europeu.

Com a aprovação da constituição de 1934, a questão da demarcação das terras indígenas caracterizou-se pela exigência da localização permanente dos grupos nas áreas já demarcadas. Exigia-se modelo ou padrão de moradia igual à de povos sedentários. Bem sabemos que os povos indígenas no seu estado natural constroem sua maloca de tal forma que possa abrigar todos os membros da aldeia e que elementos inclusos na construção da maloca têm sentido espiritual. A maloca é erguida em quatro pilares que representam os elementos da natureza; existem duas portas, uma do lado que o sol nasce (leste), para a entrada de pessoas, e a outra do lado que o sol se põe (oeste), servindo de saída.

Este modelo de construção serve, para além de outros fatores, como elemento agregador do grupo, pois facilita a comunicação e fortalece laços de comunhão. É diferente do modelo de construção urbano, de viés sedentário, onde há divisões na moradia, desenvolvendo assim o individualismo. Além disso, a ideia de sedentarização, carrega consigo a lógica da inclusão dessocializada. Após a Constituição de 1946, houve reconhecimento na diferenciação das terras indígenas de demais terras, estabelecendo que estas não se incluíam no mercado.

Durante o período do governo da ditadura militar no Brasil, de 1964, a 1985, medidas foram tomadas em relação à questão das terras indígenas tanto no campo da política, quanto na esfera legal. A Constituição de 1967, considerou terras indígenas patrimônio da União. Ficou garantido o direito de usufruto dos povos indígenas às terras ocupadas, além de ficarem nulos quaisquer atos que tivessem como meta a ocupação (ARAÚJO, 2006). Na prática, houve negação dos direitos indígenas em relação aos seus territórios.

Além de invasões, houve massacres em função da ideia de desenvolvimento da época (muito em voga também hoje), que considerava a abertura de estradas, a



construção de hidrelétricas, o incentivo à mineração, a extração florestal, o corte de madeira e os agronegócios como melhores opções para o Brasil. O governo foi caracterizado por política desenvolvimentista com influência das camadas elitizadas e acabou exercendo forte pressão na diminuição de territórios indígenas. Houve controle político e presidentes da FUNAI eram nomeados pelas Forças Armadas (ARAÚJO, 2006; PAULA, 2005).

Na Constituição de cinco de outubro de 1988, textos foram inseridos na Lei que trata de direitos dos povos indígenas. Vale ressaltar que esses direitos são fruto de mobilizações tanto por parte das representações indígenas quanto da sociedade civil defensora das causas indígenas. Sobre a questão territorial, a nova Constituição levou em consideração especificidades e necessidades das diversas culturas.

Houve o reconhecimento de terras tradicionalmente ocupadas, ou habitadas em caráter permanente, utilizadas para atividades produtivas, imprescindíveis à preservação de recursos socioambientais, necessários ao bem-estar e necessárias à reprodução segundo usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988).

A forma como o Estado concebeu a questão territorial foi diferente da concebida por indígenas, e por esse motivo as políticas e os instrumentos utilizados para o reconhecimento de TIs, tem se mostrado em certa medida ineficazes. O que se evidencia constantemente são pedidos de revisão das terras demarcadas por povos indígenas, a fim de consertar desajustes de parcelas territoriais.

## **2.5 Um pouco de história: sobre a comunidade**

Com a implantação do Serviço de Proteção aos Povos indígenas (SPI), em 1910, e com a implantação do Posto Indígena Tikuna (PIT), em 1942, na Comunidade Indígena de Umariçu, houve um grande fluxo migratório de povos Tikuna vindo das regiões do Peru, do rio Takana, e de outras áreas próximas, para residirem nas cercanias do PIT, instalado em Tabatinga, e nesse primeiro momento cerca de sete casas no formato de maloca foram construídas para os primeiros moradores. Em pouco tempo, já existiam 30 famílias, aproximadamente 150 pessoas.

A Guarnição Militar de Tabatinga afirma que em 1946, já existiam aproximadamente 80 famílias, somando 700 pessoas, que se instalaram nas proximidades do PIT. Consta também que nesse mesmo período nove casas são localizadas dentro dos limites da antiga fazenda Bom Destino. O número de

moradores da comunidade de Umariáçu aumentou consideravelmente, ficando em torno de mil pessoas Tikuna, que fixaram residência em uma área de terra às margens do rio Solimões, do tamanho de aproximadamente 12km de extensão, fazendo limite com o povoado do bairro da Comara, no município de Tabatinga, e em direção ao centro da mata, atingindo o rio Takana.

Há relatos que logo no início do surgimento da reserva houve sérios problemas dos moradores com as lideranças, e isto causou a saída de muitos Tikuna, que resolveram se mudar do local, indo morar em outra cercania, fato que causou uma grande diminuição da população da reserva da comunidade indígena Tikuna do Umariáçu. É notável esse fato, pois no ano de 1946, existiam 700 pessoas, e em 1948, existiam apenas 300 pessoas, segundo os registros da Guarnição Militar de Tabatinga.

Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1972, p. 59), nos anos 1960, houve um aumento populacional consideravelmente na reserva, e isto é explicado não só pelo fato de haver uma diminuição da saída das pessoas, mas principalmente por causa do crescimento exponencial com a entrada de novas famílias na comunidade. Atualmente, a população indígena Tikuna de Umariáçu vem aumentando bastante com a expansão da urbanização e a abertura de estradas, o que facilita o transporte de produtos naturais que os Tikuna retiram da floresta, lagos e igarapés, e o transporte de produtos industrializados oriundo do município de Tabatinga. Todavia, uma iniquidade também se apresenta a partir da concretização de vias urbanas. Trata-se do —efeito espinha de peixe, que concorre para a fragmentação de habitat e a escassez de alimentos de caça e pesca.

Concomitante à estrada, dá-se a instalação da rede de energia elétrica, a qual segundo os moradores melhora a vida na comunidade, pois passa a ser possível conservar os alimentos por mais tempo sem precisar utilizar a técnica da defumação. Equipamentos de refrigeração podem ser adquiridos, gerando uma possibilidade de conservação melhor. Segundo velhos de Umariáçu, com essa influência da cultura não indígena nos diversos segmentos da sociedade, como os regatões, comerciantes, seringalistas, políticos, religiosos, antropólogos, pesquisadores, viajantes, sociólogos e outros, a construção social indígena sofreu impacto negativo, a começar pela manipulação e pela aplicação do poder autoritário em função de armas e dinheiro. Agindo assim, acabou-se obtendo mão de obra

barata na exploração dos povos indígenas por parte de colonizadores do passado e do presente.

Os Tikuna eram utilizados em diversas atividades, dentre elas destacam-se a extração da borracha, cana de açúcar, pesca, caça, retirada de madeira e captura de quelônios, e outras atividades econômicas e financeiras, em benefícios dos comerciantes que exploravam a região do Alto Solimões, os dito —patrõesll, que eram regatões navegadores do rio Solimões e seus afluentes de barco a vapor, ou seja, movido a lenha.

Segundo os moradores mais velhos, de Umariáçu, os abastecimentos dos produtos na comunidade eram realizados por meio de compra e venda entre comerciantes navegadores, seringalistas, proprietários de fazendas, seringueiros, agricultores, pescadores e caçadores. O comércio era realizado em forma de escambo (troca de produtos) entre os Tikuna e arigós, pessoas não indígenas, os chamados brancos renascentes do movimento da cabanagem, emigrantes nordestinos que fixaram moradas nesta região e que contribuíram para a formação da população ribeirinha, que assim como os Tikuna trabalhavam na extração da borracha.

Os produtos comercializados na região da Amazônia, inclusive no Alto Solimões, nas décadas de 1950, e 1960, eram dominados pelos grandes latifundiários, seringalistas e comerciantes – a maioria residentes em Tabatinga. No ano de 1972, a comunidade indígena Tikuna do Umariáçu já possuía característica organizacional, principalmente na religião, com a chegada do movimento missionário da Santa Cruz, liderado pelo seu fundador, o Irmão José Francisco Cruz, mais conhecido como irmão José; este nasceu em três de setembro de 1913, no povoado de Várzea Alegre, município de Cristina, sul de Minas Gerais. A partir de 1970, ele ajudou a construir, de modo ambíguo, uma nova configuração social na região do Alto Solimões, principalmente junto ao povo indígena Tikuna.

Sua influência merece especial atenção na formação do aumento populacional da comunidade indígena de Umariáçu, a começar pelo ano de 1972, quando o líder carismático fez uma grande viagem pela região do Alto Solimões e foi seguido por cerca de mil pessoas, que o acompanharam no evento. Dentre as pessoas que o acompanhavam estavam brasileiros, peruanos, índios e não- índios. Durante a década de 1970, calcula-se que 60% dos Tikuna e 15% dos índios da região do Alto Solimões passaram a fazer parte da irmandade da Santa Cruz, daí a

razão do aumento populacional da comunidade indígena Tikuna de Umariáçu. Uma das causas dessa elevação no quantitativo de pessoas se deu em razão dos atos do missionário. Ao passar em território peruano, irmão José orientou os Tikuna que ali viviam para que se mudassem para o território brasileiro. Segundo ele, no Brasil era melhor de ser viver.

O fundador da irmandade da Santa Cruz era reconhecido como alguém de carisma. As pessoas se aglomeravam ao seu redor, principalmente o povo indígena Tikuna, e assim irmão José da Cruz criou sua irmandade em 122 comunidades localizadas entre Tabatinga e Jutai, distribuídas ao longo do Rio Solimões e os afluentes Jutai, Javari e Içá. Uma das maiores comunidades é a de Umariáçu, pertencente ao município de Tabatinga, onde foi realizada a pesquisa de campo, para entender melhor o processo de ocupação territorial.

## **2.6 A luta pela posse e demarcação da terra**

A luta pelo domínio territorial dos Tikuna começou ainda no século XVII, segundo o historiador português Cristobal de Acunã, que fazia parte da expedição de Pedro Teixeira durante o período de 1637, a 1639. Durante viagem oficial a serviço da coroa portuguesa, Acunã presenciou e noticiou a existência de índios Tikuna tanto em solo brasileiro como em solo peruano. O historiador percebeu conflitos intertribais entre os Tikuna e demais povos indígenas que habitavam a região do Alto Solimões, entre eles, os Omágua e os Kokama, que guerreavam para a sobrevivência.

Ao remeter-se o passado já se observa a problemática da terra, ou seja, no primeiro momento, as disputas aconteciam entre as tribos; depois, com portugueses e espanhóis. Os Tikuna desde o princípio foram vistos como um povo sem conhecimento, despossuído de valores físicos, morais e culturais na percepção de povos não indígenas. Por essa razão, os mesmos foram humilhados e vistos apenas como fonte de trabalho escravo, segundo relatos de lideranças indígenas da comunidade de Umariáçu. Diante dessa realidade, no passado, os Tikuna foram obrigados a fugir para a terra firme. Seu retorno para as margens do rio começou no início do século XX, com o surgimento do SPI. O aumento populacional da comunidade indígena Tikuna de Umariáçu teve dois marcos importantes: primeiro com a implantação do posto indígena Tikuna em 1942; e segundo com o movimento religioso da Irmandade da Santa Cruz, em 1972, liderada por José da Cruz.

Tomando a liberdade de efetivar um salto histórico e relativizando a questão já para os anos 1980, com a abertura política e o fim da ditadura militar no Brasil, indígenas viveram momentos importantes para a conjuntura de conquistas de direitos, principalmente no que se refere a direitos sobre a terra. Hoje, mesmo existindo ainda interesses diversos por parte de políticos, fazendeiros, madeireiros, mineradoras, agricultores e produtores rurais, tem sido concretizada a luta de lideranças indígenas, principalmente na região do Alto Solimões.

O povo da comunidade indígena Tikuna do Umariçu, ao longo dos anos, e hoje isso é notório, vem se organizando por meio de diversas representações, como o Conselho Geral da Tribo Tikuna, a Organização Geral de Professores Tikuna Bílingue e a Federação das Organizações das Comunidades e Caciques Indígenas Tikuna. A luta pela demarcação das terras indígenas abrangentes da comunidade de Umariçu envolve idêntico processo de demarcação de TIs em todo o Alto Solimões, que teve início nos anos 1980. Vários foram os levantamentos feitos pela Funai, através do Ministério da Justiça e da Diretoria de Assuntos Fundiários, antes da efetivação desse território.

Atualmente, um dos maiores problemas existentes na comunidade de Umariçu e entorno é a exploração da biodiversidade. São executadas constantemente invasões para roubo de madeira, pesca irregular em lagos e igarapés, roubo em plantações de abacaxi, macaxeira, mapati, umari, ingá, açai, buriti, maracujá, jenipapo, banana, tucumã, além de vários outros produtos que servem como fonte de economia para a comunidade. Nas palavras do professor Florentino Penes Mestâncio, conforme dados de campo, para resolver o problema os Tikuna estão abrindo espaço para discussões coletivas e tentam dialogar com autoridades estatais, principalmente com representantes da Funai, haja visto que próximo a aldeia fica a pista de pouso e decolagem do aeroporto internacional de Tabatinga e é por ela que muitas ilegalidades são deflagradas.

Para F.P.M a luta atual do posse de terra quando tratado o caso da comunidade do Umariçu

O povo não indígena não sabe respeitar a área demarcada, rouba madeira, faz invasão nas roças, pesca no igarapé, os Tikunas sempre respeitaram o território não indígena. Muitas vezes essas invasões causam conflitos de extrema gravidade entre os Tikunas e não Tikunas.

Para M.C.F

Atualmente os principais problemas em relação à terra na comunidade é a exploração estipulada do setor aéreo com a proximidade com a aeroporto de Tabatinga.

De acordo com F. H. M

Pessoas da cidade ou dos países vizinhos são os responsáveis pela invasão de terras dos Tikunas, retiram madeira, caçam animais, retiram cipó, frutos das árvores, pescam os peixes dos igarapés sem autorização da FUNAI nem da comunidade.

Os problemas na posse da terra, demonstrado pelos três entrevistados atuais é a invasão de não índios e ao mesmo tempo de peruanos e colombianos para construção de casas e utilização de recursos naturais de forma indevida através da entrada na comunidade.

Desde 1970, Umariçu vem sendo considerada uma das maiores comunidades indígenas Tikuna, por sua densidade populacional e concretude organizacional dentro do Alto Solimões. Desde essa década a comunidade vem recebendo vários povos migrantes de diferentes localidades, tanto da região do Baixo Solimões quanto do Alto Solimões. As pessoas que vêm de cima do rio (parte alta) são do Peru e da Colômbia; as que vêm de baixo são oriundas das comunidades próximas, no território brasileiro.

Atualmente, a comunidade indígena Tikuna de Umariçu possui quatro organizações indígenas, que são: Associação de Artesãos e Cultura Indígena de Umariçu (Aciu-Eware), Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep), Instituto de Desenvolvimento e Assistência à Saúde e a Sociedade Indígenas (Idassi) e Organização Toru Mau i Mei (OTMM). Essas organizações vêm sendo de fundamental importância para a comunidade, pois dispõem de técnicos indigenistas que orientam no desenvolvimento de políticas sustentáveis na região e acompanham o processo de desenvolvimento populacional da comunidade indígena.

## **2.7 O contexto da educação escolar na comunidade**

Neste tópico analisaremos a educação indígena e o contexto da educação na comunidade indígena do Umariáçu, nos primeiros anos da fundação da comunidade e na atualidade, considerando essa temática como uma parte importante para a territorialização da comunidade. Notemos o que segue. De acordo com a história recente e o referencial curricular nacional para escolas indígenas, antes mesmo da existência da escola os povos indígenas vêm elaborando complexos sistemas de pensamento e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, sobre as pessoas e sobre a natureza. O resultado de toda essa reflexão foi a criação de valores éticos, morais e religiosos. Daí que o surgimento de concepções e conhecimentos científicos e filosóficos por meio da observação e da experimentação passou a ser algo exemplarmente virtuoso, sendo possível estabelecer relações de causalidade e formular princípios, definindo métodos adequados que possibilitassem a povos indígenas a produção de informações e reflexões sobre a natureza, a vida e os mistérios da existência humana.

Pensar a educação para os povos indígenas implicaria, a partir desse pressuposto, necessariamente pensar a escola a partir de concepções tradicionais, sobre a pessoa e o mundo, e sobre as formas de organização social, política, cultural, econômica e religiosa dos povos étnicos. Desde os tempos mais antigos, sociedades indígenas dispõem acerca de seus próprios processos de socialização e de formação em razão de mobilização e de agentes para fins educacionais. Esses são os meios ancestrais de transmissão de saberes. Partindo dessa construção, tem-se que a escola regular não deveria ter sido concebida enquanto único espaço de aprendizado possível. E em certa medida assim se deu. Outros espaços foram destacados. Por exemplo, na escola da comunidade indígena do Umariáçu vem sendo trabalhadas tradições as quais se inserem no conjunto de saberes transmitidos e distribuídos por entre seus membros. São valores da educação tradicional dos povos indígenas. São formas de educação tradicional as quais podem e devem contribuir para a formação da pessoa, para que a mesma seja capaz de atender a anseios, interesses e necessidades da realidade atual.

Ao analisar o retrospecto da história recente da educação indígena no Brasil, percebem-se dois momentos diferentes, sendo que o marco que divide esses dois períodos foi a Constituição de 1988. Durante quase 500 anos, a educação escolar

destinada a indígenas tinha como característica a integração de povos ameríndios à comunhão nacional. Nesse sentido, pode-se destacar que a educação era assimilacionista. Desde o século XVI, a educação escolar indígena esteve pautada pela religião ocidental por meio da catequização, civilização e integração forçada dos índios à sociedade nacional. Dos Jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios. A meta era não reconhecer diferenças culturais existentes em sociedades indígenas, e estas em relação às sociedades ocidentais. Fica claro que por muito tempo a educação destinada aos indígenas foi instrumentalizada pela imposição de valores alheios e total negação de identidades culturais diferenciadas.

O segundo momento que marca a educação indígena no Brasil ocorreu após a Constituição de 1988, quando a escola indígena passou a ter uma visão inversa da antiga percepção da escola para índios (BANIWA, 2010). Segundo o autor, a preocupação maior foi como fazer uma educação que pudesse contribuir para a comunidade e o fortalecimento da cultura dos povos indígenas. O grande desafio era transformar a antiga educação colonizadora, branqueadora (e por muitos séculos excludente) em uma educação libertadora e promotora de crenças, línguas, tradições e reconhecimento dos direitos indígenas. Desde o passado, segundo fundamento em direito garantido por lei, a comunidade indígena Tikuna de Umariáçu vem lutando e obtendo conquistas em diversos setores da sociedade, tais como educação, saúde e política.

Um exemplo claro de conquista se deu quando da instalação do posto indígena, em 1942; um ano depois é fundada a comunidade indígena Tikuna de Umariáçu; no ano de 1965 é fundada a primeira escola da comunidade, construída inicialmente de madeira, com quatro salas de aula e localizada à margem do rio Solimões e da foz que hoje divide as comunidades de Umariáçu I e II. Sob influência do período da ditadura militar no Brasil, a escola recebeu o nome do patrono da marinha do Brasil, Joaquim Marquês Lisboa, o Almirante Tamandaré. Por esse motivo, comemora-se dia 13 de dezembro o aniversário de fundação da primeira escola de Umariáçu.

É importante perceber que, antes da constituição de 1988, as escolas situadas em áreas indígenas, não eram assim reconhecidas. A comunidade indígena do Umariáçu possui cinco escolas; sendo duas estaduais e três municipais. Na comunidade toda, soma-se um total de 2.418 alunos, sendo 426 no Ensino Médio e 1922 no Ensino Fundamental. Existem 106 professores atuando na rede municipal



de ensino e 50 atuando na rede estadual de ensino. No total são 156 professores na comunidade, e todos possuem licenciatura plena. Todos os professores que lecionam nas séries iniciais do Ensino Fundamental são indígenas bilíngue, pois ensinam na língua Tikuna e na língua portuguesa. Um dos objetivos da educação na comunidade indígena de Umariáçu é garantir especificidades diferenciadas, com acesso aos conhecimentos e um domínio de vida que assegure respeito, ética aos processos próprios de aprendizagem, garantindo essencialmente o ensino bilíngue.

Com a formação dos professores bilíngue, a educação está caminhando para o desenvolvimento da população da comunidade de Umariáçu. Muitos alunos estudam no Centro Tecnológico do Amazonas (CETAM), no Instituto Federal do Amazonas (IFAM), na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Há que se destacar que a educação pode melhorar por meio de projetos que envolvam as pessoas da comunidade, que se coloque em prática o saber tradicional juntamente com saberes científicos. Observe-se que a qualidade da educação não está na simples transmissão do conhecimento, mas depende da maneira com que a prática pedagógica é desenvolvida na comunidade.

A professora Mícia Nazário (2016), 23 anos, formada em pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), acredita que a educação que está sendo desenvolvida em Umariáçu, está alcançando suas expectativas, pois hoje existe espaço de debate com a comunidade, e isso abre caminho para uma nova aprendizagem, com a participação coletiva da comunidade, ou seja, é a gestão democrática e participativa. A educação almejada pela comunidade, nesse âmbito, tem como princípio zelar para que o direito à escola diferenciada seja garantido à comunidade indígena com qualidade social, pedagógica, cultural e linguística, além de ambiental e territorial, respeitando e valorizando diversos saberes dos povos indígenas. A educação escolar que a comunidade almeja é a que aponte caminhos de conquista, que prepare e capacite os docentes para que possam transmitir uma educação de qualidade dentro de uma expectativa conforme a realidade cultural e identitária. É preciso fazer os jovens sonharem em cursar uma faculdade, para poderem competir no mercado de trabalho, possibilitando assim uma transformação no ambiente social no qual o indivíduo está inserido.

Segundo o vice-cacique da comunidade Tikuna de Umariáçu II, Orgleio da Silva Benedito (2016), a educação escolar da comunidade ainda não atingiu sua

meta, pois ainda existem diversos problemas para serem resolvidos. Um deles é a falta de sala de aula, pois as mesmas estão lotadas, além da falta de biblioteca, de laboratório de informática, de espaço para a prática do lazer e a climatização. É notória a falta de pedagogo e técnico administrativo, sendo que a maioria dos professores que atuam no Ensino Médio não são bilíngues, e muitos não são indígenas, o que dificulta o processo ensino aprendizagem. De acordo com os objetivos traçados pelos professores da escola Estadual Indígena Almirante Tamandaré, instalada na comunidade, a educação é a base para o desenvolvimento dos jovens e da sociedade, e somente por meio desta é possível os sonhos serem realizados, tornando realidade os objetivos comuns e, garantindo uma sociedade capaz de se desenvolver com dignidade e qualidade de vida. Segundo os professores da escola acima citada, os sistemas de ensino devem assegurar às escolas indígenas da comunidade Tikuna de Umariáçu estruturas adequadas às necessidades dos estudantes e das especificidades pedagógicas da educação diferenciada, garantindo laboratórios, bibliotecas, espaços para atividades esportivas e artístico-culturais, assim como equipamentos que possibilitem a oferta de uma educação escolar de qualidade.

De acordo com o Plano Nacional de Educação e a Lei Nº 10.172, de janeiro de 2004, que estabelece metas e objetivos a serem alcançados nas escolas situadas nas comunidades indígenas, destaca-se a universalização da oferta de programas educacionais aos povos indígenas para as séries iniciais do Ensino Fundamental, assegurando autonomia para as escolas indígenas, como é o caso das escolas de Umariáçu, tanto no que se refere ao projeto político pedagógico quanto ao caso dos recursos financeiros, e garantindo a participação da comunidade nas decisões relativas ao funcionamento das escolas.

Vale ressaltar que as escolas da comunidade de Umariáçu, tanto as estaduais como as municipais, gozam dessa autonomia, e isso fica claro quando é feita a escolha dos diretores das escolas. No Brasil, de maneira geral, os diretores de escolas não são escolhidos pela comunidade, e sim são nomeados por decretos estaduais.

Francisco Honorato Mendes, (2016), ex-aluno de uma escola indígena de Umariáçu e atual agente de saúde da comunidade, afirma que as escolas da comunidade ainda não estão equipadas adequadamente para o bom funcionamento,

onde se possa desenvolver uma educação de qualidade que atenda aos interesses da população de modo geral.

Nas comunidades indígenas, o Plano Nacional de Educação estabelece a necessidade da criação da categoria —escola indígena e é justamente isso que se almeja, para assegurar a especificidade do modelo intercultural e bilíngue. O Plano Nacional de Educação ainda prevê a criação de programas específicos para atender às necessidades das escolas nas comunidades indígenas.

O PNE estabelece que a união em parceria com estados e municípios deva equipar as escolas indígenas com materiais didático-pedagógicos necessários para o bom funcionamento, incluindo biblioteca, videotecas e outros materiais de apoio e espaço adequado para o desenvolvimento de diversas atividades educativas.

## **2.8 Território e problemas de saúde**

Neste tópico tentamos explicar inicialmente o conceito de saúde segundo a Organização Mundial de Saúde, bem como a concepção de saúde em nível de Brasil, o amparo da Constituição Brasileira de 1988, as doenças de maior poder de destruição nas populações, o suicídio dos Tikuna da comunidade de Umariáçu e a ação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI-DSEI), Alto Rio Solimões. Esses tópicos foram referenciados pela questão da territorialidade, objeto principal de nosso estudo.

Durante muito tempo, predominou o entendimento de que saúde era sinônimo de ausência de doença. Nesse sentido, os profissionais e os serviços de saúde privilegiaram na sua organização a atenção médica curativa. Todavia, o processo doença-saúde é inerente à vida. Conhecimento, dores e perplexidades associados às enfermidades, bem como recomendações para a conquista da longevidade e do vigor físico e mental, tem sido estudados ao longo da história humana e, foram elementos sempre presentes nas diferentes formações culturais. Nessa realidade, temos a população indígena Tikuna de Umariáçu em confronto com seu processo de territorialização.

Na comunidade indígena de Umariáçu não existe saneamento básico, o atendimento à saúde é precário, não existe hospital e somente postos de saúde servem à população. As lideranças indígenas ressaltam que o governo é ausente na aplicação dos recursos para esse setor, o que afeta o domínio territorial. Foi possível observar que muitas famílias indígenas estão se deslocando da aldeia para morar na

sede do município de Tabatinga. Por falta de assistência por parte do governo, indígenas que moram na cidade dizem que seus parentes estão doentes e desamparados nas aldeias.

Segundo Paulo Mendes (2016), uma das lideranças indígenas de Umariáçu, para os Tikuna, a luta hoje é pelo estabelecimento do que rege a Constituição Federal, que garante por lei assistência à saúde indígena. Mas o que se observa é uma grande distância da legalidade ante a realidade. No local, existe a antiga necessidade de implantação efetiva de ações básicas para a proteção da saúde coletiva e a exigência crescente de atendimento voltado para as chamadas doenças modernas, como é o caso das doenças sexualmente transmissíveis. São inúmeros casos que alteram a composição dominial da terra.

Hoje, doenças de maior poder de destruição em comunidades indígenas são aquelas que causam sofrimento mental e levam muitos jovens a cometerem suicídio. De acordo com informações do coordenador distrital, Weydson Gossel Pereira, no ano 2012, foram registrados em território Tikuna de Umariáçu 16 casos de suicídio, 35 em 2013, 35 em 2014, 30 em 2015, e até a data da pesquisa, 18 de abril de 2016, foram registrados outros cinco casos, sendo a média de idade entre 15 e 25 anos. É importante destacar que é no território e nos espaços coletivos que se produz a condição de saúde da comunidade e, em grande parte, são nas relações sociais que se afirmam concepções de saúde. É nesse campo que se pode avançar no entendimento do valor da sanidade na luta não só pela posse do território no caso do Umariáçu, que vem enfrentando diversos problemas de relevância social, como também a luta se trava pela qualidade de vida.

É clara a falta de assistência por parte do governo nas comunidades indígenas ; isto tem causado grande descontentamento, implicando no espaço territorial, que é delimitado e controlado por relações de poder. No caso estudado, o poder vem do Estado, que deveria organizar o território com determinados objetivos de garantir ao cidadão segurança, bem estar social, ou seja, deveria proporcionar qualidade de vida ao povo. Para Raffestin (1993), um dos conceitos mais tradicionais de território é o que trata de relações de poder. Dessa forma, divisões territoriais utilizadas no SUS, estabelecem que municípios com distrito sanitário englobam áreas de serviços de saúde e são de competência do poder administrativo, que está relacionado a poderes econômicos e políticos. Esse poder

existente também é constituído através de redes de relacionamento da sociedade envolvente (GIDDENS, 1989).

Os sistemas de saúde hoje no Brasil se organizam sobre uma base territorial, isto implica que a distribuição dos serviços e dos recursos para a saúde segue uma norma de delimitação das áreas de atuação, que deve ser coerente com os níveis de complexidade das ações de atenção à saúde. O SUS, amparado na lei 8080, tem definido estratégias de atuação das ações dentro de cada território desde o ano de 2006.

As lideranças indígenas Tikuna de Umariáçu reclamam da falta de assistência mais consistente na comunidade em relação à saúde, pois falta laboratório de análises bioquímicas, não existe atendimento 24 horas, faltam especialistas e orientação para a população que vive em território indígena, e os casos de doenças são muitos: as principais são diarreia e hipertensão arterial, segundo o coordenador distrital da SESAI, Weydson Pereira. Vale ressaltar que até a década de 1960, as doenças mais comuns nas aldeias eram a malária, doenças respiratórias e a diarreia, mas com o avanço da urbanização no território indígena de Umariáçu e as mudanças de hábito na alimentação houve modificações.

Se antes os Tikuna de Umariáçu andavam a pé ou de canoa e a remo, hoje utilizam a motocicleta e o carro para o transporte terrestre, além de utilizarem o motor rabeta para o transporte marítimo, diminuindo assim seu esforço físico e reduzindo as atividades físicas tradicionais e, o consumo de produtos industrializados, os quais favorecem o aumento de lipídios no sangue, que podem ser os causadores de muitos problemas de saúde à população Tikuna.

Segundo Weydson Pereira, a SESAI, tem se esforçado para atender necessidades básicas de saúde no território indígena de Umariáçu. Existe uma equipe de vários profissionais atuando na área, dentre eles: 2 médicos, 1 dentista, 8 enfermeiros, 1 psicólogo, 1 nutricionista, 10 técnicos de enfermagem, 1 técnico em laboratório e 1 técnico em saúde bucal. Na comunidade existem dois postos de saúde que funcionam de segunda a sexta-feira, nos horários das 7h às 11h. Mesmo com a presença desses profissionais acima citados, ainda falta melhorar assistência aos moradores da comunidade. As autoridades responsáveis pela saúde deveriam acompanhar mais de perto o trabalho dos profissionais envolvidos na comunidade, pois além da falta de medicamento nos postos de saúde existe a ausência de ambulância para transportar os pacientes em caso de emergência. No mais, a

estrada que dá acesso ao hospital é precária, impossibilitando o transporte de pacientes da comunidade.

Outra questão incidente sobre as notificações de óbitos em território Tikuna no Alto Solimões, incluindo Umariáçu, é que os registros são altos, segundo dados da Funai em Tabatinga. Em três anos, foram registrados 85 óbitos. De 1994, a 1996, as causas foram: falta de assistência médica, 34 casos; nascimento prematuro, 3 casos; picada de cobra, 3 casos; anemia, 4 casos; hepatite, 4 casos; suicídio, 3 casos; tétano, 3 casos; coqueluche, 4 casos; hidropisia, 1 caso; desidratação, 1 caso; afogamento, 3 casos; cólera, 4 casos; pneumonia, 3 casos; câncer, 3 casos; acidente de arma branca, 2 casos; desnutrição, 1 caso.

Deve-se lembrar de que antes da Constituição de 1988, as ações do governo em relação à saúde em território indígena eram praticamente inexistentes. Foi a partir de 1988, que o Brasil voltou seu olhar às populações indígenas e estabeleceu metas para a execução de ações a serem desenvolvidas em territórios étnicos, incluindo Umariáçu, que representa uma das maiores aldeias Tikuna do Brasil. Segundo Pedro Mendes, uma das lideranças da comunidade indígena local, a maioria dos profissionais de saúde que atua dentro da comunidade ainda não está preparada para exercer a função em ambientes nativos, posto que, não aceita efetivar tratamentos terapêuticos utilizados por indígenas curadores, e isto muitas vezes tem dificultado o trato de doenças. Apesar de existirem argumentos relacionados às considerações de especificidades culturais, as quais favoreçam atendimento integrador, diferenciador e eficiente, respeitando os saberes tradicionais e locais dos grupos indígenas, a realidade distancia-se do suposto.

De acordo com a lei 9.836/99 do SASI-SUS/Lei Arouca, art. 19-b, deve-se instituir em território indígena subsistemas de atenção à saúde da população indígena como componentes do Sistema Único de Saúde (SUS), criado e definido por esta lei e pela lei nº 8142, de 28 de dezembro de 1990, mediante a qual funcionaria a integração de saberes. No art. 19-C, define-se que caberá à união, com seus recursos próprios, financiar subsistemas de atenção à saúde indígena. No mesmo Art. item F, nota-se a obrigatoriedade em considerar a realidade local e as especificidades de cada cultura dos povos indígenas para pautar abordagens diferenciadas e globais. No Art. 19-H é registrado que as populações indígenas terão direito de participar de organizações e colegiados de formulação, acompanhamento

e avaliação de políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde.

## **2.9 A guisa de conclusão**

A questão do território Tikuna pela sua delimitação e legalização ainda permanece; os problemas giram em torno de sua própria delimitação oficial e ao mesmo tempo esbarra com problemas antigos como o processo de invasão dado pelos denominados brancos, colombianos e peruanos. O processo de expropriação Tikuna ocorre com a invasão de suas terras sobre a égide de vários atores territoriais, é claro, patrocinado pelo Estado. No caso dos Tikuna, moradores no primeiro momento do país vizinho, foram —expulsosll em função de varias ações pela atividade agrícola e atividades capitalistas.

Na região do Vale do Javari no Estado do Amazonas, localizado na parte mais sudoeste, os Tikuna viviam às margens dos rios e com o processo de invasão de suas terras pelas disputas ocorridas através dos recursos naturais, passam a o outro ambiente geográfico tendo sua adaptação para áreas denominadas de terra firme, salienta-se que além da mudança ambiental, ocorre também a mudança de hábitos, do modo de vida que passa pela modificação do novo ambiente confrontado.

O processo de mudança desses ambientes implica em uma nova forma de territorialização, resultando no processo de expropriação fundiária, circunscrição territorial, aldeamentos e doutrinação religiosa —acamponesamentoll e proletarização. Como se observa, são inúmeras as consequências que repercutem no modo de vida, formas sociais da identidade indígenas que foi lapidada de acordo com interesses dos atores territoriais.

Dentro de uma perspectiva de assegurar os direitos indígenas, tem-se como recurso a instituição do indigenato, o qual da primazia às populações indígenas o direito originário à posse de seus territórios diante da propriedade do Estado e da União, entretanto cabe ressaltar que o direito a exploração dos recursos existentes nesses territórios podem ser feito por essas populações o direito de exploração comercialização e de valor é feita somente pelo Estado. É proibido qualquer tipo de comercialização dos indígenas ou quaisquer outro grupo nessas terras.

O processo de ocupação e domínio não dão direito a títulos, escrituras, entretanto os documentos cedidos nesse sentido, quando ocorre, surgem de forma ilegal, ou seja, o processo de ocupação é ilegal já que não possui posse legal da

terra. Apesar de alguns moradores —brancos— especularem sobre titulação da terra e direito adquirido.

Passando para o sentido de concepção do território indígena, verifica-se que o mesmo não é apenas lugar que serve para morar, plantar roças, caçar, pescar. É também o espaço da construção de redes e laços de parentesco. Portanto, o significado de propriedade privada é um vazio dentro da produção desses territórios tendo em vista seus valores, significados, rituais e trato com a terra.

A problemática da terra indígena ou de seu reconhecimento são partes integrantes de muitas nuances, dentre elas a questão muitas vezes é gerada em torno de sua identificação que por sua vez está ligada à imemorialidade, algo de difícil comprovação em função da própria dinâmica social, dos deslocamentos desses povos em função do avanço das territorialidades.

Como já abordado, o caso dos Tikuna é emblemático nesse sentido, sofrendo o processo de expropriação ocorrido no território peruano e na região do próprio Javari, tornando impossível sua localização, ou seja, sua posse. Entretanto, deve-se salientar a dinâmica indígena quando se pensa sobre os territórios indígenas em sua geografia, dinâmica através da mobilidade de suas fronteiras, salientamos que o aspecto da mobilidade não é algo exclusivamente dessas civilizações é na realidade algo inerente à própria condição geográfica.

O caso das terras, tradicionalmente, partem do princípio não só da memória, mas também das marcas deixadas e nas formas de organização da sociedade, tendo como base os princípios arqueológicos de identificação dessas áreas de tradição e consciência indígena, um fator que ganha força dentro da delimitação dos territórios habitados e reivindicados por essas populações.

É importante lembrar que diante da autonomia das terras indígenas, estas devem ser relativizadas, visto que há várias demandas, os avanços de inúmeras frentes constituem um problema em direção a questionamentos e a apropriação indevida, resultando em choques em direção a esses territórios que terminam sempre prejudicando essas populações.

Diante de uma perspectiva de segurança temos a questão geopolítica, em que existe a preocupação com a ocupação do território, com a invasão da fronteira, seu povoamento e sua vigilância. Apesar das ações de recrutamento indígena nas forças armadas, a própria incorporação da sociedade indígena através dos pelotões



de fronteira, a questão indígena ainda é uma preocupação em termos geopolíticos para o Estado e as forças armadas.

A problemática em torno desses territórios em zona de fronteira recai sobre a possibilidade de criação de uma unidade autônoma que ainda perpassa pela ideologia militar, através das ações das Organizações não Governamentais. Nesse sentido, diante dessas situações existe a necessidade de ação através do processo reterritorialização, através de ações afirmativas, que assegurem o fortalecimento de modo de vida indígena em suas terras e territórios.

Pensar em fronteiras territoriais significa pensar em flexibilidades incontestes, que remetem a oscilações em razão de mudanças como, por exemplo, demográficas, expedições guerreiras ou movimentos migratórios. Assim, cabe sugerir que a demanda de grupos indígenas sobre a terra pode sofrer alterações significativas, em função da convergência circunstancial de interesses. São terras, a nosso ver, que estão permanentemente sendo revistas, reanalisadas.

A territorialidade dos povos indígenas é pensada por meio de categorias de representação, utilizadas por empreendedores comerciais e industriais, para estabelecer a propriedade privada sobre uma determinada terra. Para grupos indígenas, pequenos posseiros e comunidades tradicionais, não é um simples pedaço de papel escrito e lavrado em cartório que garante o direito a ocupação e ao usufruto da terra.

Ao pensarmos no caso da população Tikuna, comunidade encravada na cidade de Tabatinga, os reflexos das formas de como são inseridos a população indígena, aparecem de forma clara, mesmo sendo uma comunidade urbana, suas influências e conseqüências.

O processo de invasão ocorre pela construção de moradias irregulares pelos não índios, a retirada de recursos, o que gera conflitos na comunidade, a perda de território ocorre também diante da expansão militar em direção a esse território indígena o qual é reivindicado pelos Tikuna.

A substituição do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de acordo com as lideranças indígenas não trouxe uma melhora a população indígena e ao mesmo tempo não conseguiu aderir às necessidades reais da comunidade de acordo com as lideranças da mesma. Ao mesmo tempo a falta de empenho das esferas do poder público é outro problema apontado pela comunidade

que agravam os problemas sociais de diversas ordens e prejudicam toda a comunidade de Umariçu.

### ENSAIO III

## FILHOS DA TERRA E SEUS SIGNIFICADOS SOBRE O AMBIENTE

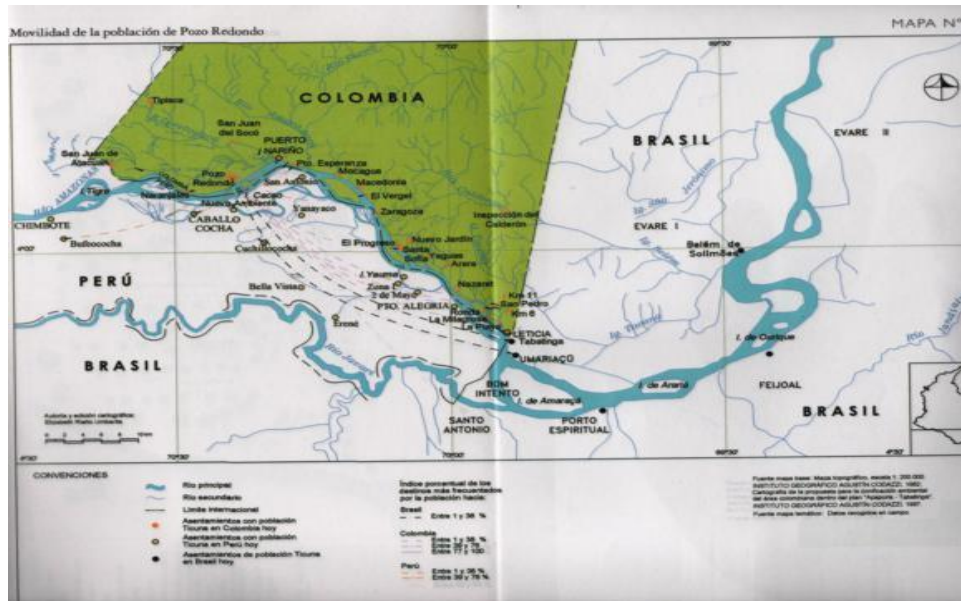


Figura 1. Observa-se a localização do Umariacu no destaque. Fonte Biblioteca Nacional da Colômbia, 2016.

A parte denominada Ensaio III dessa dissertação tem como objetivo compreender a simbologia dos significados diante dos valores imbuídos sobre o ambiente e os principais problemas relacionados à terra Tikuna.

Teremos como objetivos específicos identificar esse processo de subjetividade através do simbolismo atribuído por essa população, analisar o processo de demarcação das terras a partir do relato de algumas lideranças através

de questionários e de documentos da portaria do ministério da justiça e correlacionar os problemas existentes na comunidade.

A aplicação de questionários utilizados como ferramenta na coleta de dados foi importante no processo de investigação, como colado no Ensaio II, a coleta teve como preocupação as lideranças indígenas, professores, estudantes, funcionários da FUNAI e pessoas de diversos segmentos da sociedade como pescadores, agricultores, comerciantes e agentes de saúde em função de conseguirem explicitar e/ ou em função dos cargos que exercem na comunidade e ainda pela capacidade de liderar as reivindicações e ao mesmo tempo demonstrar as tramas constituintes existente na comunidade atual no total foram 50 pessoas entrevistada.

### **3.1 Território e simbolismo**

O presente tópico procurou realizar exposição sobre a representação e o significado que a terra tem para o povo da comunidade indígena Tikuna de Umariçu, através dos depoimentos de diversas pessoas que fazem parte do contexto social da localidade. Inicia-se falando sobre a história da comunidade, sua localização e o personagem Manuelão, bem como os usos da terra mediante referenciais cosmológicos e as lutas e conquistas pela posse do território.

A comunidade indígena Tikuna de Umariçu está localizada à margem esquerda do Rio Solimões, sendo ligada ao município de Tabatinga por estrada não pavimentada. Às vezes, a comunidade é interpretada como sendo um bairro de Tabatinga, dado que faz limite com outra comunidade rural não indígena, de Praia Grossa. A extensão é de 3.200 metros de frente para o rio Solimões, formando perímetro de 12.500 metros quadrados. O local, no passado, pertenceu a uma fazenda do senhor José Mendes. Após a morte do proprietário, a viúva, dona Joana Benage dos Santos, fez a venda da área do terreno ao SPI no ano de 1945.

Nessa época, muitos indígenas Tikuna já viviam na sede do município de Tabatinga, onde hoje está localizado o bairro do Brilhante, segundo informações dos moradores mais velhos da comunidade. No período, muitas famílias Tikuna já tinham fixado morada em Tabatinga, sendo oriundas de várias comunidades, tanto do território brasileiro como do território peruano e colombiano. Muitos vieram dos igarapés de Belém, Takana e Urumutum.

A vinda dos Tikuna para Umariçu foi motivada por diversos fatores, dentre eles os conflitos com outros moradores de lugares diferentes ou conflitos com

lideranças Tikuna das localidades onde viviam antes. Outro fator que contribuiu muito para formação do povoado foi a influência religiosa, principalmente da Irmandade da Santa Cruz. Na atualidade, a maioria dos habitantes de Umariáçu é originária da própria localidade.



Figura 2. Membros da Irmandade da Santa Cruz. Autor da pesquisa, 2016.

É importante salientarmos que o SPI foi instalado no município de Tabatinga no ano de 1942 e a comunidade de Umariáçu foi fundada em 1943, porém os primeiros moradores já existiam desde 1914. No início, a comunidade teve crescimento demográfico lento, até a década de 1972. Segundo Oliveira Filho (1972), a partir dessa data, com o surgimento da irmandade da Santa Cruz, a aldeia de Umariáçu começou a se desenvolver de forma mais rápida.

Moradores das diversas comunidades próximas se deslocaram de suas comunidades de origem e fixaram residência no Umariáçu. Dentre essas comunidades se destacam Igarapé de Belém, Ilha do Arariá, Santa Rita, Veneza, Capacete, Teresina, Ilha Sururuá, Igarapé São Jerônimo, Assacaio, Palmares, Ilha do Aramaçá, Ilha do Cleto, Sabonete, Bananal, Santo Antonio, Tupi, Tauaru, Paraná do Garra, Paraná do Ribeiro, Javari, Marajá, Bom Pastor, Feijoal, Betânia e outros municípios que compõem a região do Alto Solimões, como Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins.

Durante a pesquisa, foi possível perceber que, hoje, 70% da população são originária da própria comunidade, segundo informações da secretaria especial de saúde indígena. Em média, as famílias são formadas por sete pessoas, incluindo apenas filhos solteiros que vivem na mesma casa. Algumas residências chegam a ter 14 pessoas. Nos últimos anos, os estilos das casas têm mudado bastante. A maioria delas são construídas em alvenaria e cobertas de zinco. Em alguns casos, até de telha de barro.

Todos os moradores de Umariáçu possuem espiritualidade definida no contexto das religiões contemporâneas. A maioria faz parte da irmandade da Santa Cruz. Em segundo lugar, estão os católicos. Em seguida, os evangélicos. Percebe-se a importância da religião para manter certo padrão de comportamento e organização do povo Tikuna, principalmente evangélica e membros da Santa Cruz.

Ao longo dos anos, os Tikuna vêm desenvolvendo estratégias para alcançar maior grau de liberdade, diferentemente dos tempos de colonização e da época dos seringais. Para isso, os jovens vêm conquistando seus espaços nas universidades e nos institutos de ensino técnico. A exemplo disso, a atual administradora da FUNAI, com sede em Tabatinga, é da etnia Tikuna e nasceu em Umariáçu, possuindo atualmente grau de mestrado. Essa realidade permite um posicionamento coerente em relação à defesa de seu território.

É importante destacar o papel das lideranças nos movimentos de luta pela conquista territorial. Deve-se lembrar que os conflitos dos Tikuna com a sociedade não indígena envolvente começaram desde o momento da instalação do posto indígena na comunidade de Umariáçu. Várias foram as denúncias por parte de representantes Tikuna em relação a maus tratos que patrões e seringueiros impuseram a indígenas. Apesar da presença constante dos militares na comunidade de Umariáçu, isso não impedia que acontecessem atrocidades com os Tikuna, enquanto que estes só queriam um espaço de terra para continuar sua sobrevivência por meio da prática da agricultura, da pesca e da caça. Por outro lado, seringalistas, comerciantes e criadores de gado buscavam lucrar por meio do uso da terra e da força de trabalho.



Figura 3. Posto Indígena da comunidade. Autor da pesquisa, 2016.

Com o surgimento da figura de Manuelão na comunidade de Umariáçu, a economia local cresceu e houve fortalecimento na luta pela conquista do território. Com o avanço da economia via volume de negócios, sob a orientação de Manuelão, o território passou a produzir em grande escala os seguintes produtos: cana de açúcar, farinha de mandioca, banana, milho e feijão. Ainda foi possível, nessa administração do posto indígena, a criação de animais, como boi, galinha, porco, burro, carneiro, cabra e bode, entre outros. Segundo os moradores mais velhos da comunidade, foi na época de Manuelão que o território de Umariáçu se consolidou como terra indígena Tikuna.

No período, houve preocupação em se resolver conflitos entre os Tikuna e a sociedade não indígena, principalmente no âmbito da posse do território, cuja descrição foi feita em carta-relatório, de fevereiro de 1945. Manuelão, cita que atritos pela posse da terra iniciaram a partir da melhoria do volume de produção e se intensificaram mediante as terras indígenas de Umariáçu, no ano de 1945, ainda não serem demarcadas. Ficava evidente que existia uma situação de insegurança, dado os conflitos serem constantes. O território só teve reconhecimento após ser registrado como a primeira reserva indígena Tikuna do Alto Solimões.

Manuelão, como líder do posto indígena Tikuna, sempre recomendava aos Tikuna que os mesmos deveriam fazer uso da terra para poder resguardar a posse e

evitar que outros ocupassem seus territórios, visto que as terras nessa época ainda não estavam demarcadas legalmente. Dessa forma, o território parecia mais como —terra de ninguém. A posse da terra de Umariáçu aconteceu em definitivo no ano de 1945, após a morte do proprietário da fazenda Bom Destino, senhor José Mendes. Seus herdeiros negociaram a venda para o SPI em Manaus. Manuelão, foi mais que um chefe de posto indígena, como dizem os moradores mais antigos, ele foi amigo, defensor, orientador, incentivador de bons costumes e visionário.

Manuelão, articulou a vinda de profissionais habilitados para fazer um reconhecimento do território e também para regularizar as terras. O representante do posto indígena contou ainda com a ajuda do comando do exército de Tabatinga para entrar em acordo sobre os limites das terras pertencente aos Tikuna e, as terras pertencentes ao Exército e à Aeronáutica. Nesse sentido, Curt Nimuendaju, que já conhecia a aldeia na época, foi convidado para fazer o mapa das terras em questão. Na época, o território da reserva indígena ficou assim definido: uma faixa de terra de frente para o Rio Solimões, com uma extensão de 12 km de comprimento por 5 km de largura. O mapa foi datado em 15 de novembro de 1945.

Após a negociação das terras da fazenda, Manuelão fez várias viagens pelas comunidades mais próximas da sede do município de Tabatinga onde havia índios Tikuna, e os convidava para que os mesmos fossem morar nas terras negociadas. Era a consciência plena de que somente ocupando o território os indígenas Tikuna teriam seus direitos garantidos e legitimados perante a sociedade envolvente. No ano de 1946, aconteceu um grande levante de migração, principalmente dos Rio Takana e Urumutum, onde aconteciam diversos conflitos entre Tikuna, seringueiros, madeireiros e pescadores (VINHAS DE QUEIROZ, 1963).

Durante o processo de ocupação do território indígena Tikuna de Umariáçu, Manuelão exerceu importante papel como personagem agregador, pois o mesmo não só representava uma figura de chefe de posto, como também conseguiu criar alternativas de aproximação com os povos indígenas e manteve bom relacionamento com os índios. O processo de conquista e ocupação do território de Umariáçu seguiu, sendo na sua administração que o povoado aumentou de forma considerável.

Em 1946, no Rio Takana, Aprísio Ponciano, liderança Tikuna, teve uma visão onde um imortal lhe anunciou que o mundo iria se acabar em um mês. Uma enchente de água fervente mataria a tudo, só escapando do cataclismo as terras



indígenas. Antes de a catástrofe ocorrer, atracaria em Tabatinga um navio, enviado pelo governo, abarrotado de gêneros alimentícios, ferramentas, mudas e sementes para garantir a subsistência durante a enchente. Em decorrência das previsões, o pânico alastrou-se entre os índios Tikuna. Em pouco tempo, teriam reunido em canoas todos os pertences que podiam salvar e, abandonando suas roças e casas, dirigiram-se para Tabatinga.

Os Tikuna, naturalmente cidadãos brasileiros, por essa razão tinham os mesmos direitos que os não indígenas, tais como moradia, alimentação, saúde, segurança, assistência social, educação e oportunidade de trabalho, pois eram dotados de responsabilidade e deveriam receber instrução para ocupar cargos na sociedade de maneira igualitária. Todavia, essa conjuntura de eventos contribuiu para o aumento populacional na sede da cidade, o que acabou por definitivo dando origem à primeira e considerada a maior reserva indígena Tikuna do Alto Solimões e do Brasil. Hoje há cerca de seis mil habitantes, segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Nesse sentido, a terra sempre foi um elemento de fundamental importância para os povos indígenas, como segue no depoimento de uma das lideranças indígenas Tikuna de Umariáçu. Durante a pesquisa de campo, foi possível perceber o quanto a terra representa para o povo indígena Tikuna da localidade. A terra não é só lugar de morada, ela representa a própria vida.

Sem a terra nenhum ser humano pode viver. Tudo parte do princípio da terra como vida. Para o povo Tikuna a terra é mãe. Por isso, sem a terra o povo Tikuna não vive. A importância da terra é que dela produzimos, nós colhemos e nós fazemos tudo que o homem precisa. Até mesmo pela terra temos conhecimento e aprendizagem, porque sem a terra não existe uma educação. É através da terra que usufruímos, é dela que construímos a vida, que calhamos o pão de cada dia. O povo Tikuna precisa da terra porque precisa viver (PROFESSOR FLORENTINO, ENTREVISTA DE CAMPO, MAIO DE 2016).

Um dos principais problemas que os Tikuna vêm enfrentando atualmente em relação ao uso da terra são as invasões constantes por parte dos diversos setores da sociedade. Quando a maioria dos Tikuna chegou à comunidade por volta do ano 1972, movido pelo movimento da Irmandade da Santa Cruz, segundo os mais velhos da comunidade, a terra era muito produtiva, existia mata virgem, o solo era fértil,

existia muita fartura de peixes, animais terrestres, pássaros, existiam muitas vidas no local e o povo vivia bem, sem problemas de escassez de alimentos.

Atualmente, o Igarapé que fica dentro da comunidade não oferece sustentabilidade para a população local, visto que, além de não existirem peixes como antes, ainda existe o problema da poluição que afeta toda a população local. Já não existe a mata [ciliar] que protegia o igarapé, os cardumes de várias espécies de peixes desapareceram. A razão de tudo isso é que a população aumentou de forma acelerada. Esta é uma das principais razões de tantas mudanças no ecossistema da comunidade. Quando a população era menor não existia tanta escassez. Com o passar dos anos, tudo mudou drasticamente. O aumento populacional ocasionou decadência na comunidade e a própria terra foi ficando cada vez mais pobre em nutrientes, diminuindo dessa forma a produção agrícola local.

Na visão de muitos indígenas, a terra é a solução para resolver os problemas da humanidade. O próprio homem está destruindo a natureza. Um exemplo muito claro é que, no passado, a terra de Umariáçu era verdejante, tinha uma enorme variedade de pássaros, roedores, peixes e bichos de grande porte. Tinha cutia, tatu, paca, anta, porco do mato, macaco preto, cairara, boca branca, guariba, macaco da noite, ariranha e os peixes existiam com fartura: pacu, piau, sardinha, curimatã, boto, bacu, surubim, caparari, tambaqui, arenga, pirapitinga, jundiá, tucunaré, sulamba, traíra, pacamon, pirabutão, piranha, pirarucu, branquinha e tantos outros.

Hoje a realidade é bem diferente. O Igarapé de Umariáçu, que passa na cabeceira da pista do aeroporto, que era a principal fonte de alimentos, agora está poluído, o esgoto que vem do quartel militar do exército despeja dejetos e a água está impossibilitada de desenvolver vidas, e tudo isso representa um grande prejuízo para a população Tikuna de Umariáçu. Tanto a comunidade indígena pertencente ao município de Tabatinga, quanto a população que reside próxima ao local, se sente prejudicada. Não há consciência sobre a destruição de ecossistemas e espaços comuns.



Figura 4. Igarapé de Umariáçu, onde surgiu a comunidade. Autor da pesquisa, 2016.

O povo Tikuna não pode viver sem seu território, que inclui santuários sagrados, mistérios, e endeusamentos que deram origem à vida de gentes e bichos. *Yoi* é o herói da história do povo Tikuna, pois foi ele quem pescou as pessoas no Igarapé do *Eware*. A terra do *Eware I*, que faz parte de Umariáçu, hoje é demarcada pela União, e muitas famílias indígenas reclamam pelo fato de não ter terra. Exemplo da invasão das terras por parte das instituições públicas é o caso da Infraero, que ampliou o tamanho da pista do aeroporto para poder usar aviões de grande porte e atender à demanda de passageiros, ressaltando que o aeroporto foi construído dentro da área do território indígena Tikuna de Umariáçu. Os indígenas reclamam que além de a empresa construir a pista na área indígena ainda proíbe de os mesmos transitarem em áreas próximas ao aeroporto de Tabatinga.

Outro exemplo de controle que o governo impõe aos povos indígenas em relação ao uso do território aparece nas restrições que o Ibama coloca a essas populações, segundo os moradores mais velhos da comunidade de Umariáçu. Sempre que o indígena Tikuna começa a preparar a terra para fazer suas roças, aparece alguém que se apresenta como fiscal e diz que ele (indígena) não pode derrubar nenhuma árvore, pois as terras que os indígenas ocupam pertencem a

União. Ou seja, com o processo de urbanização e expansão do capital, populações indígenas foram afetadas em seu território.

### **3.2 Processo de demarcação das terras segundo depoimento de liderança indígena da comunidade**

Neste tópico analisaremos a importância da terra, não só como fonte de produção de alimento, mas também como lugar sagrado que faz parte da vida espiritual do povo indígena Tikuna da comunidade de Umariáçu.

Para os indígenas, o território representa muito mais que um simples espaço geográfico. Este mantém uma forte ligação com suas crenças e tradições. Sobretudo porque em sociedades primitivas, o espaço territorial vivido é afetivamente valorizado em razão de crenças identifica especificidades em cada parte, diferentemente da sociedade globalizada e capitalista dos não indígenas, onde o território é meta fonte de obtenção de lucros, sendo que a terra representa uma mercadoria (CORREA, 1995).

O indígena assume uma relação com a terra não só de fonte de sustento, mas principalmente espiritual, pois este interpreta que a terra faz parte de sua existência e que não é possível a sua sobrevivência sem a manutenção de seu território. Para os povos indígenas, a terra é muito mais que um simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. É um recurso sociocultural (RAMOS, 1995).

Buscou-se nesse sentido identificar pelas falas dos entrevistados Tikunas qual é o significado da Terra para eles? Tendo abaixo algumas falas da pesquisa realizada.

Para B.J.C

—O significado da terra para o povo Tikuna é que essa Terra era nossa desde o principio, nós nascemos aqui mesmo, os brancos invadiram nosso território, foi Deus que deu essa terra para o povo indígena morar, ninguém tem o direito de tomar nossa terra, sem a terra, não temos onde morar e cultivar nossa roça para produzir nosso alimento e fazemos nossas festas comemorativas, por isso significado terra é podermos morar para sempre nela com toda nossa família

Para J.C. L

—O significado a terra para o povo Tikuna é que ela representa a vida, as variedades de coisas que temos na florestas , com a fauna, flora, paisagem e natureza viva, o povo Tikuna permanece para sempre, a terra é a nossa casa que nascemos, vivemos e moraremos para sempre. Nós cuidamos da nossa terra e preservamos a nossa floresta que vivemos. ll

O. S. B

—A terra representa a mãe, pois ela que retiramos todo o nosso alimento para alimentarmos nossos filhos, e netos, por que tudo que se planta na terra nasce e fica para os filhos e netos. Por isso que a terra é muito importante, sem a terra não vivemos felizes, sem a terra não temos onde pisar e plantar, sem a terra não há alimentoll.

Por muitas razões, os povos indígenas Tikuna da Umariáçu consideram seu território a —Mãe Terrall, porque é da terra que eles tiram todo o sustento para a manutenção da vida, e também é da terra que tiram a madeira necessária para a construção de moradias nas territorialidades. E mesmo com o aumento populacional da comunidade, a terra continua sendo a fonte principal de alimento. Em uma análise superficial da história recente, é possível perceber as barbáries pelas quais os povos indígenas passaram desde a invasão de seus territórios, do saqueamento de produtos naturais, da exploração da força de trabalho e dos massacres que vitimaram milhares de vidas, pois dos quase seis milhões de habitantes que existiam no Brasil no momento da chegada do europeu, esse número em pouco tempo ficou reduzido a 150 mil.

Os Tikuna não ficaram de fora desse contexto. Os que sobreviveram aos massacres foram obrigados a se mudar para poder continuar a existência. Os indígenas mais velhos entendem que antes seu povo vivia em paz, em perfeita harmonia com a natureza, que tudo lhe oferecia. Porém, a partir do contato com outros povos que chegaram à região, com fome de obter riquezas, sem dó nem piedade, houve a exploração da terra e dos costumes do povo, pois viam os indígenas como seres inferiores e por isso impuseram sua visão de mundo fundamentada no europocentrismo e, acabaram destruindo os territórios indígenas.

Durante o período que antecedeu ao século XV, os indígenas eram os verdadeiros donos de seus territórios. Porém, tudo mudou com a vinda dos não indígenas para suas terras, e se antes as sociedades ameríndias desfrutavam e podiam defender e gerenciar com liberdade seu território – onde produziam culturas alimentares e os recursos existentes pertenciam a todos de forma igualitária – tudo isso muda com a presença de invasores.

O território da comunidade indígena Tikuna de Umariáçu, há mais de um século vem enfrentando uma situação conflitante com a sociedade não indígena envolvente, pois esta possui uma visão totalmente diferente do povo Tikuna em relação ao uso da terra e da vida inserida nela. Ao analisar a trajetória da história, fica clarividente que, desde os primeiros momentos dos primeiros contatos dos brancos com os indígenas, estes sofrem influência no seu modo de vida. Inicialmente, os colonizadores já impuseram a cultura, quando obrigaram os indígenas a falar o português, a acreditar no seu Deus e a deixar hábitos culturais que durante milênios cultivavam.

A vantagem de existirem grandes conglomerados indígenas é que quanto maior o grupo de pessoas, melhor fica caracterizado o território indígena. Tikuna é hoje uma das maiores resistências sociais da Amazônia. Se antes a população indígena sofria com conflitos gerados por ambições de garimpeiros, pecuaristas e negociantes, além de madeireiros e seringalistas, atualmente sofre com a invasão de pessoas de diversos segmentos da sociedade e instituições que demonstram interesses na flora e na fauna, além de buscarem conhecimentos acerca dos Tikuna. O interesse pelas terras indígenas, parte da ideia de que essas populações sobreviveram séculos retirando tudo o que precisavam da natureza, tanto alimentos como medicamentos. Mas a resistência das populações locais, desencadeada a partir da expropriação, gerou um movimento na Amazônia de organização de sociedade, como nunca antes verificado em toda história (BECKER, 2005).

Os velhos da comunidade indígena de Umariáçu alegam que mesmo existindo leis que amparam seus direitos, na prática a realidade é bem diferente. Eles afirmam que o que está escrito no papel não se cumpre. No território indígena, antes da presença do dito civilizado, as pessoas desfrutavam de muita tranquilidade. Ao amanhecer, moradores em grupo familiar iam para as roças ou para a mata caçar animais ou pescar, e à tarde, quando retornavam, se reuniam nos terreiros para fazer refeições e ouvir os velhos darem conselhos e contarem histórias, e todos

ouviam atentamente, sentados em bancos de madeira, no chão ou em redes feitas de fios de buritizeiros e tucum.

As histórias contadas tinham vários objetivos, dentre eles o de ensinamento da cultura do povo Tikuna, além da sensação emocional que proporcionavam aos ouvintes, desejos de conhecimento de personagens ou de experimentação de vivências outras, representadoras de grandes aprendizados, principalmente para os mais jovens. Os motivos são muitos pelos quais os Tikuna consideram seu território como lugar sagrado, cheio de vida e simbolismo onde na água, no ar e na terra se desenvolvem vidas que geram outras vidas. O povo Tikuna, conhecedor da natureza e de suas estações, sabe o momento exato de cultivar cada espécie de planta e sabe também a época certa de encontrar frutas na floresta.



Figura 5. Coleta da fruta do umari na comunidade. Autor da pesquisa, 2016.

Os professores Tikuna de Umariáçu comentam que antigamente o povo vivia tranquilo, e constantemente saía para a floresta em busca de frutas silvestres, fontes de alimento e, no percurso da floresta ou da roça, encontravam diversos animais que conseguiam capturar. Dentre eles : cutias, pacas, queixadas, quatis e macacos. Os Tikuna viviam em clima de festa durante vários dias, pois antes das festas adquiriam muitos alimentos. Essas festas, além de proporcionarem alegria, serviam para fazer agradecimentos ao cosmos, pedindo proteção e benzimentos para se protegerem de doenças e males em geral. O território fomentava apaziguamento em situações conflituosas entre os membros da comunidade.

No território, os Tikuna costumavam usar diversos tipos de pintura em seus corpos, como o urucum e o jenipapo. Essas pinturas serviam não só como enfeite, mas principalmente como simbolismo da nação, auxiliando na aproximação relativa a odores pessoais e possivelmente também na aproximação com seres da natureza, incluindo forças divinas. As pessoas indígenas Tikuna de Umariáçu, falam que antigamente as pessoas casavam a partir do dote, com outras escolhidas, e viviam em constante reunião, sendo as visitas aos parentes frequentes. Os ajuris proporcionavam alegria a todos na hora da colheita, as festas eram para comemorar a produção, eram momentos de troca de produtos, de fabricação de bebidas fermentadas como a caiçuma, o caxiri, o pajuaru. Todos esses elementos faziam parte dos grandes rituais no território Tikuna.

Raramente os ajuris têm acontecido atualmente. Os velhos estão fazendo um grande esforço para manter a tradição da Festa da Moça Nova, pois essa festa é de fundamental importância na preparação da passagem de iniciação das meninas, que durante o evento ficam isoladas por um período basicamente de um mês, recebendo conselhos das tias e avós para serem boas esposas e mães. A Festa da Moça Nova tem duração de três dias, e durante a festa em território Tikuna é servida bebida fermentada e fabricada pelos próprios Tikuna a familiares e amigos das jovens, que são as principais personagens da festa. A cerimônia é conduzida por pajés que invocam espíritos da natureza para pedirem proteção e fartura para o povo.



Figura 6. Festa da Moça Nova. Autor da pesquisa, 2016.



O povo Tikuna de Umariáçu é dotado de sabedoria, segundo os velhos, para orientar os mais novos, no sentido de organizar seu grupo social com o objetivo de manter a boa convivência entre os membros, ressaltando a importância do respeito pelos velhos, pelas lideranças. Os velhos, nesse contexto, afirmam que hoje a realidade do povo Tikuna é diferente: se antes viviam sem medo e se respeitavam, agora, mesmo estando em seu território, o indígena tem medo, se sente inseguro até mesmo dentro das próprias casas. O branco penetrou no território indígena e começou a se sentir dono de tudo e, com o uso de armas, tem ditado normas sem respeitar o modo de vida local.

Os professores indígenas de Umariáçu consideram que os estudos, o conhecimento do branco, são importantes, porém o conhecimento do indígena não pode ficar no esquecimento. Os mais velhos têm dúvidas sobre até que ponto a educação do não indígena é essencial para o indígena, sobretudo quando percebem que o conhecimento externo muitas vezes serve para gerar intriga, disputa, considerando-se propostas de individualidade e particularismos, os quais atentam contra o compartilhamento de bens e saberes – pois hoje são poucas famílias que praticam o Ajuri na comunidade Tikuna e o isolamento tem ocasionado sofrimentos múltiplos.

Para os mais velhos de Umariáçu, a maior riqueza que os Tikuna possuem é a terra. O lugar onde muitos nasceram e deverão viver para sempre, é o território Tikuna do Eware, onde existem lagos, igarapés, rios, igapós, ilhas e paranás. Onde há várias espécies de animais e plantas, e onde se reconhecem diferenças entre plantas e sua importância, seu valor medicinal e seu valor comestível. Os professores da comunidade indígena Tikuna relatam, por exemplo, que o governo não consegue desenvolver políticas públicas de sustentabilidade no povoado, porque se houvesse uma política pública voltada para os interesses dos indígenas eles não dependeriam tanto dos produtos industrializados que causam tanto mal à saúde dos povos.

Se o governo desenvolvesse projetos de sustentabilidade no território Tikuna eles poderiam criar peixes que serviriam na merenda escolar ao invés de servirem enlatados; poderiam produzir o açúcar natural ou adoçar com mel de abelha; crianças poderiam ter frutas para comer na merenda escolar, bem como tapioca, beiju, mingau de farinha de mandioca, macaxeira e tantos outros alimentos existentes no território indígena. Além dos víveres, destacam-se árvores importantes

como mulateiro, coquita, matamatá, castanha de macaco, seringueira, solva etc. As árvores e os alimentos são de grande importância para o povo da comunidade indígena, dado que sabem da existência da floresta antes mesmo da existência das pessoas. Para o povo Tikuna, cada árvore possui valor espiritual, ancorada a um espírito protetor. Plantas, igualmente, existentes no território Tikuna, são consideradas seres espirituais.

Tudo o que existe no território tem um valor sagrado. As árvores, por sua vez, dão origem a outros seres. Da grande samaumeira surgiu o Rio Solimões; do umari surgiu a primeira mulher que gerou o povo Tikuna e todos os povos, inclusive brancos e negros; com o jenipapo se protegem a vida das pessoas das doenças e da maldade, além de servir de identificação por meio das pinturas corporais. O jenipapo, para sublinhar, é uma das árvores mais importantes do território, porque faz parte da vida do povo desde o momento do nascimento, quando a criança recebe a primeira pintura no corpo. As meninas, após a primeira menstruação, são pintadas durante a festa da iniciação. E todas as pessoas que participam da festa da Moça Nova pintam seus rostos e muitas pintam o corpo todo, a fim de identificar seu clã.

Os velhos contam que antigamente o povo Tikuna vivia misturado, não tinha uma identificação, e por isso não podia se casar. Após conhecerem a nação própria, as pessoas começaram a se casar e a se organizar em clãs. O território Tikuna é considerado terra sagrada por diversos motivos, mas principalmente por se acreditar que foi nesse lugar onde tudo começou, onde foi criado o povo Tikuna, o qual acredita que tudo o que existe em seu território faz sentido e é protegido por seres divinos.

O território Eware é uma terra em permanente movimento, onde a própria natureza se encarrega do fluxo da vida. Ao mesmo tempo em que se reproduzem os seres na floresta, nos rios, lagos e igarapés, o sol aquece a terra e faz cair as folhas velhas e faz nascer novas folhas. Esse movimento faz surgir cores e toda espécie de vida. No Eware, lugar sagrado para os povos indígenas Tikuna de Umariçu, forças divinas atuam em todos os lugares e proporcionam equilíbrio na natureza. Por exemplo, um animal quando come frutas espalha sementes, as quais fazem nascer outras árvores; as árvores, quando caem, seu húmus alimenta outras plantas. As folhas, ao caírem em terra, enriquecem o solo, e quando caem na água servem de morada e alimento para peixes.

Na interpretação dos Tikuna, animais e plantas, mantêm relação de interdependência. No depoimento de professores – que são alguns dos principais defensores da natureza no Umariacú, a variedade de árvores nas terras indígenas é a principal responsável pela reprodução e manutenção da vida no território sagrado do Eware. As árvores que estão localizadas às margens de rios, lagos e igarapés alimentam peixes desse lugar; as árvores que ficam em terra firme alimentam animais, as plantas servem para pássaros construírem ninhos, e, sendo assim, a floresta é o mundo do povo indígena Tikuna.

A relação do povo Tikuna com a natureza é algo que vai além da questão de subsistência, pois a natureza representa a própria vida material e espiritual, já que muitos objetos são fabricados com recursos naturais, como o cipó, o tucum, a cestaria, os paneiros, as peneiras, as redes, os cocares, as bolsas, as pulseiras, o abano, os tapetes e todos os demais produtos representam fonte de economia para moradores da comunidade. Da floresta, é retirada a madeira para a confecção de canoas, que são os meios de transporte usados pelos Tikuna. Por vários motivos, o território Eware, onde habitam os Tikuna, é considerado sagrado e fonte de vida para o povo. A floresta, além de fornecer alimentos, fornece também medicamentos para a cura de diversos tipos de doenças.



Figura 7. Objetos confeccionados. Autor da pesquisa, 2016.

O pajé William Rosas, de 70 anos de idade, há 50 vem exercendo a função de xamã e conselheiro na comunidade indígena de Umariacú, este relata que os povos indígenas sempre mantiveram uma forte ligação física e espiritual com a natureza, e sempre a utilizaram como principal fonte de conhecimento sabedoria e fornecimento de matérias primas utilizadas para fins que perpassam o uso cotidiano ao qual a sociedade não indígena desconhece, por isso muitas das vezes as ignoram.

O líder espiritual afirma ainda que desde os tempos antigos que os povos indígenas Tikuna observam os fenômenos naturais que acontecem em cada época do ano e assim o indígena sabe o que fazer em cada período do ano, e nesse sentido o povo Tikuna tem em seu calendário, as datas para comemorar as festividades e fazer as oferendas às divindades para se poder obter proteção em seu território sagrado do Eware, do qual a comunidade pesquisada faz parte.

Antes e durante as realizações das festividades, os indígenas fazem o trabalho de caça e pesca, a fim de obter alimentos suficientes para serem consumidos durante as comemorações, os locais de capturas de animais variam de acordo com os tipos de alimentos que se quer adquirir. Por exemplo, os peixes são capturados nos rios, lagos, igarapés, igapós e canos dos lagos. As espécies de peixes capturadas com mais intensidade são: tambaqui, pirarucu, pirapitinga, sulamba, traíra, bodó, matrinxã, piau, pacu, sardinha, pirabutão, jatuarana, arenga, tucunaré, carauçú etc.

A caça é praticada geralmente em terra firme ou nas margens dos lagos e nas margens dos rios. Os animais capturados com mais frequência são: porco do mato, catitu, anta, capivara e veado do mato. Os macacos também fazem parte da alimentação dos indígenas durante qualquer época do ano e são encontrados na floresta de matas altas; os jacarés são capturados nas margens dos rios e nas margens dos lagos e são muitos utilizados na alimentação da população indígena de Umariacú.

Por acreditar que o território do Eware é sagrado, os índios Tikuna de tempos em tempos comemoram a passagem do ciclo da natureza com objetivo de despertar o povo para a vida e o reconhecimento da mãe terra, sendo esta a geradora de todas as vidas. Os Tikuna acreditam que quando uma pessoa morre, seu espírito continua próximo dos familiares vivos e que os mesmos ficam separados apenas por um véu muito fino. Dessa forma basta que o pajé invoque os espíritos para que

estes venham auxiliá-lo na solução dos diversos problemas existentes na comunidade desde as curas das doenças até as soluções das questões sociais.

Cabe aqui ressaltar o significado de morte para os Tikuna. Os pajés acreditam que os mortos têm destinos diferenciados, de acordo como viveram à vida humana na terra. Para muitos, a vida retorna como antes; para outros, voltam como animais irracionais, como macacos; e outros como animais perigosos, como cobras e onças, e isso depende se foram pessoas boas ou más. Dessa forma, os indígenas acreditam que todos os animais já foram seres humanos algum dia de sua existência.

O pajé William Rosas considera que toda mudança que ocorre no território indígena é necessária para a renovação dos seres, e a transformação é a essência da vida. Na filosofia tradicional indígena, o pajé acredita que tudo na natureza se transforma, já que cada ser traz dentro de si seu oposto, a exemplo da vida e da morte, que são fenômenos naturais presentes em nossa existência.

O poder que os seres possuem de mudança são dados por um ser maior (*Yoi*). Para o pajé, a morte representa renovação, esquecimento do passado e através deste ciclo as pessoas podem adquirir nova roupagem, deixando para trás a memória de suas ações, sejam elas boas ou ruins. Na comunidade indígena Tikuna de Umariçu os pajés se reúnem em um espaço de tempo de seis meses ou um ano, dependendo da necessidade. Reúnem-se para fazer suas orações de reconhecimento, de suas falhas cometidas em relação ao outro, e para fazer agradecimentos às divindades espirituais. Também fazem o benzimento de pessoas, principalmente de jovens que querem se sentir protegidos das maldades praticadas pelas pessoas e dos maus espíritos invisíveis, que habitam entre as pessoas da comunidade. Nas sessões de pajelanças, os pajés fumam cigarros, cachimbo e bebem caiçuma.

Quero falar em exorporação. Quando este agente faz a alma entrar no mundo sobrenatural, isto é, tornar-se ela mesma sobrenatural, conservando, porém, ainda o seu ego extático; o corpo então apresenta-se na forma passiva do êxtase. Na incorporação, porém, o agente do além tenta absorver a alma, podendo esta chegar a subsistir apenas nele; isto leva à forma ativa do corpo em êxtase (BALDUS, 1965, p. 194).

Para as pessoas que participam do ritual de pajelança, segundo o pajé esse é o momento certo se fazer uma reflexão sobre a vida; é o momento oportuno de procurar entender o sentido da vida, da liberdade da realidade do mundo e principalmente para entender que a vida das pessoas é algo de maior importância para todos os seres humanos. Segundo o pajé William Rosas.

Em média a pessoa para se tornar um pajé precisa de um ano de preparação, sem comer, sal, açúcar, sem ter relação sexual. Tudo isso faz parte do processo de purificação do corpo e da mente. Após esse período, o corpo e a mente estarão limpos em todos os sentidos, fisicamente, emocionalmente, mentalmente e espiritualmente. O pajé Willian Rosa afirma que:

O xamanismo é uma ciência que precisa ser reconhecida por todas as pessoas do mundo, o homem branco ignora muitas vezes por desconhecer as propriedades medicinais ocultas que as plantas possuem, mas fazendo o uso correto das ervas as verdades são reveladas por meio das orações, os quatro elementos que constituem a essência da vida como a água, o fogo, o ar e a terra que funcionam em perfeita harmonia, pela prática xamânica o povo indígena Tikuna encontra a solução para todos os seus problemas (William Rosas, entrevista concedida em 2016).

Vale ressaltar que o mundo espiritual do xamanismo, mesmo que seja praticado fora do território indígena, aquele praticado na cidade, tem suas raízes no xamanismo das aldeias e segue práticas semelhantes, durante suas sessões, os rituais tais como: danças, canções, uso da batida de tambores, maracá, fumo do tabaco, caiçuma, perfumes, incenso, chocalho, cristais, ayahuasca e muitas vezes o uso da coca. As sessões duram em média sete horas com pequenos intervalos.

Nas comunidades indígenas Tikuna da região do Alto Solimões atualmente o consumo da bebida ayahuasca está sendo muito usado nas sessões de cura de doenças. Em muitos casos, tanto o pajé como as pessoas que participam do ritual da pajelança fazem o consumo da bebida com o objetivo de atrair as energias positivas em defesa do território indígena, como afirma Baldus:

O xamanismo é uma instituição social cujos representantes através do êxtase produzindo segundo padrões tribais, entram em contato com o sobre natural a fim de defender a comunidade de acordo com suas respectivas ideologias religiosas, seja por viagens a mundos do além, seja pela possessão por espíritos (BALDUS, 1965, p. 167).

Pela afirmação do autor, fica claro perceber a influência do mundo espiritual por meio do xamanismo, que afeta e acaba determinando as ações das pessoas nas diversas dimensões econômicas, políticas e sociais. Para algumas pessoas, os pajés agem como sempre em benefício do seu povo, seja pela cura das doenças, seja pelos conselhos direcionados ao povo. Porém, nem todos os moradores de Umariçu concordam que o trabalho de pajelança é benéfico, pois muitos indígenas já não aderem a essa prática, haja vista que muitos voltaram-se à religião do não indígena, como os segmentos do catolicismo e do protestantismo.

É importante salientar também que o povo Tikuna possui profunda ligação física e espiritual com a natureza, a começar por respeitá-la e considerá-la que esta é a fonte de toda a existência da vida, e por isso é necessário o trabalho dos chefes religiosos para manter a consciência viva, pautada na sabedoria das pessoas mais velhas.

As lideranças religiosas do xamanismo e alguns líderes políticos da comunidade indígena Tikuna de Umariçu afirmam que existem muitas religiões no meio da sociedade considerada civilizada, mas muitas delas não conseguem ver a necessidade de cuidar, de honrar e de respeitar o território sagrado do Eware, do qual a comunidade de Umariçu faz parte, e onde vivem os povos indígenas, pois seus olhares estão voltados para uma vida fora dessa realidade. Nas palavras do pajé, percebe-se a visão que o indígena tem sobre a terra:

Muitos líderes políticos e líderes religiosos falam de amor, de paz, de união. Porém vivem em situação de completo isolamento, motivado pelo egoísmo e ganância, e esquecem -se de desenvolver o sentimento do verdadeiro amor pela terra, pelo ser humano, esquecem que somos todos partes de algo maior a mãe terra viva responsável pela vida de todos os seres (William Rosas, entrevista concedida em 2016).

Segundo o professor indígena Tikuna Florentino Penes, de 57 anos de idade e 27 anos de atividades no magistério, o homem da atual modernidade procura por meio de diversas crenças orientar seus fiéis para viver uma vida melhor após sua vivência na terra. Para ele o que muitos não sabem é que o melhor lugar para viver é aqui no território sagrado que faz parte do planeta terra.

Tudo que existe no território sagrado tem vida, tem espírito, tem consciência tem valor, não somente seres humanos, plantas e animais, mas também os

seres invisíveis, os espíritos que habitam entre nós e que não podemos ver, apenas podemos sentir sua presença. (Florentino Penes, entrevista concedida em 2016).

Para o professor Florentino, a humanidade perdeu seu valor quando deixou de valorizar a natureza e praticar crimes ambientais, quando só pensou em ganhar dinheiro. Não teve consciência de suas ações, e dos crimes que cometeu contra a mãe terra e, sempre agiu movida por interesses econômicos, não respeitando a criação divina e por essa razão sofreu as consequências de seus atos. Hoje, as pessoas que habitam o território de Umariáçu e que têm consciência sobre a importância de se preservar o ambiente natural procuram conscientizar os outros parentes sobre a necessidade de se respeitarem os limites físicos e os limites religiosos da natureza, por considerá-la parte integrante do ser. Por essa razão, ele desenvolve palestras sobre a questão ambiental nas escolas, nas igrejas e nos centros de reuniões da comunidade.

Para os professores da comunidade, o trabalho de conscientização consiste em esclarecer que todos nós, necessitamos entender que a terra é presente de Deus e dela dependemos, pois é ela que supre todas as nossas necessidades, assim como uma mãe que não deixa faltar o alimento para seus filhos; assim é a mãe terra, de forma generosa arrematando todas as criaturas.

Desde o momento que nascemos devemos sempre está conectada a mãe natureza na medida em que vamos crescendo devemos reconhecer que tanto as plantas, os animais e os minerais fazem parte de nossa vida e devemos reconhecê-los como nossa família, e assim podemos restabelecer a conexão natural e espiritual com todos os seres, para não nos sentirmos isolados. Mas devemos entender que a terra é um lugar sagrado para todos (William Rosas, entrevista concedida em 2016).

Para o pajé William, somente quando fazemos a conexão de nossa vida com o território sagrado é que aprendemos a respeitar e a honrar todas as formas de vida, e assim nos aproximamos mais do criador do universo e descobrimos que todos os seres vivos têm uma tarefa a cumprir no plano espiritual e universal. Segundo o pajé José Ponciano, de 60 anos e há 30 anos exercendo a função de pajé na comunidade de Umariáçu, quando as pessoas buscam entender como



funciona nosso universo as energias sagradas começam a fluir e cada ser nos transmite energia e sabedoria – desde as pedras, até os seres mais evoluídos por autoconsciência, no caso os seres humanos. Quando aprendemos a decifrar códigos da natureza, mensagens transmitidas pelos fenômenos espirituais, descobrimos que, somos parte integrantes do universo e que a terra é a mãe de todos os seres, a qual nos concebe a vida e nos recebe de volta quando morremos.

Para os Tikuna, a espiritualidade e o território são elementos fundamentais que impulsionam a vida, é a possibilidade da existência de um povo, com língua própria, crenças, costumes e tradições culturais que, constituem bens cosmológicos próprios fundamentados na ciência e no conhecimento tradicional, que orientam a vida cotidianamente e refletem planos de vida indígena.

Atualmente, a etnia busca fortalecer o conhecimento a respeito da sua organização territorial. Ela entende que os Tikuna não estão isolados em seu território e que, nos últimos dois séculos a história tem mostrado que os mesmos vêm convivendo com outros diversos povos, como colombianos e peruanos, até mesmo dentro do seu próprio território. No contexto do entrelaçamento com outros povos, os Tikuna têm plena consciência de que fazem parte de uma sociedade e são reconhecidos internacionalmente como indígenas com direito ao uso do território e da prática da manutenção cultural.

As autoridades políticas e religiosas da etnia lutam para manter o legado de sabedoria milenar de ancestrais e de fortalecimento, que sirva sempre de prática orientadora para homens, mulheres e crianças, tendo em vista uma boa convivência em todas as dimensões da vida em sociedade, seja na política, na cultura, na religião, na economia, na educação e na sociedade organizada. Os Tikuna entendem que é necessário seguir fomentando espaços de aprendizagem, não só da cultura indígena, como também da cultura não indígena, ou seja, buscam a afirmação do conhecimento acadêmico para que, com ele, se possa fortalecer a identidade e a autonomia econômica e política, garantindo a defesa do território.

As lutas dos Tikuna contra invasores não indígenas, como seringueiros, madeireiros, comerciantes, pescadores, agricultores e criadores de gado, sempre estiveram em evidência. A luta pelo domínio do território indígena começou a se intensificar nas décadas de 1970 e 1980, e ainda com a nova Constituição de 1988. Várias conquistas foram alcançadas, e uma delas foi a demarcação das terras de Umariçu, no ano de 1997. Na atualidade, a formação da maioria das comunidades

indígenas é fortemente intercultural, principalmente na região do Alto Solimões, sendo que algo a preocupar as autoridades religiosas tradicionais é a entrada de novas religiões ou denominações religiosas em áreas nativas.

Nessa perspectiva foi perguntado se ocorrem problemas relacionados em sua terra principalmente sobre preconceito, tendo em vista a cultura Tikuna que termina sendo externalizada fora da fronteira do território Tikuna conforme os relatos abaixo:

De acordo com O.F. C

Os principais preconceitos que os Tikunas sofrem são a língua Tikuna, e a maneira de se vestir, é importante saber que o Tikuna sofre preconceito em todo o lugar, nas escolas dos brancos não querem aceitar o filho do Tikuna, nas festas do município as pessoas olham para o Tikuna e riem debochando, não aceitam pessoas que são diferentes em alguns aspectos mais iguais em outros.

Para N.F. R

Os principais preconceitos que os Tikunas sofrem são manifestados na hora de fazer qualquer negócio, por exemplo, na hora de comprar a crédito, na hora da matrícula do filho na escola, nos atendimentos dos postos de saúde ou hospital. As pessoas não indígenas ignoram o Tikuna como se não fosse gente.¶

Conforme B.J. C

—Os preconceitos que os Tikunas sofrem vem mais dos brancos, em todo lugar, nas escolas, nos bancos, na rua, no trabalho, as pessoas não dão valor ao povo Tikuna porque pensam que são melhores que os Tikuna, até mesmo as autoridades não atendem bem o Tikuna nas repartições públicas.¶

Para J. C. J

Os preconceitos mais acentuados são na hora o Tikuna conseguir um emprego, pelo fato de o mesmo não falar, bem o português ninguém dá emprego para o Tikuna, as vezes os brancos não fazem amizades com os Tikuna por causa da fala e de modo de se vestir, até mesmo os professores têm dificuldades de entender os alunos Tikuna, por isso muitos desistem de estudar na escola de brancos.

Uma das preocupações dos caciques e pajés é com as mudanças de atitude, principalmente dos jovens, frente às influências de outras culturas em seu território. Por exemplo, as práticas de danças típicas da cultura do não indígena e também o abuso de bebidas alcoólicas – que de alguma maneira afeta a paz e a boa convivência entre os Tikuna. Segundo Valmir Torres, ex-coordenador da Funai em Tabatinga:

O Tikuna não quer viver isolado em suas terras e busca desenvolvimento em todos os setores, porém, se não querem que sua organização social se desintegre do chamado seio familiar e nem querem que seu território seja desrespeitado, é preciso garantir direitos e que eles sejam donos efetivos de seus próprios destinos (Valmir Torres, entrevista concedida em 2016).

Valmir afirma que o trabalho coletivo de lideranças indígenas, sejam elas vereadores e caciques ou pastores, está contribuindo de forma significativa no processo de constituição do plano de vida dos Tikuna. Este plano de desenvolvimento estabelece metas a serem atingidas a médio e longo prazo, tendo sempre como princípio a organização dos hábitos culturais, a defesa e a autonomia territorial, priorizando a qualidade de vida por meio do respeito, da ética, da tolerância e da igualdade, sem nenhuma discriminação entre todos que habitam o território sagrado do Eware, do qual a comunidade de Umariacú faz parte. O líder espiritual William Rosas em suas palavras declara que:

É muito difícil lutar por algo que um dia já foi seu, como é o caso da terras que antes pertenciam aos meus avós e que hoje o homem branco acha que é o dono das terras. Eles são nossos ancestrais indígenas e nós temos de reconhecer o direito de justiça e de pertença, porque o dito civilizado acha que tem mais direito do que o indígena Tikuna (William Rosas, entrevista concedida em 2016).

Respeitar o espaço territorial que não é seu significa ter conhecimento de Justiça e retidão perante o outro. O território representa a essência espiritual, faz parte da cosmologia da vivência indígena, pois a natureza e os lugares sagrados têm um significado para os Tikuna, considerando a boa organização social do povo. Por isso, a educação do indígena deve ser pautada na tradição dos conselhos dos

líderes espirituais, para que sejam preservados valores socioculturais, a fim de garantir a identidade.

E nesse sentido os rituais sagrados, e o conhecimento cosmológico devem ser priorizados para que as políticas educativas modernas não destruam os costumes tradicionais e implantem costumes individualistas de sociedades pós-modernas.

É necessário utilizar as tecnologias e o conhecimento do não índio, desde que este facilite e fortaleça a cultura, a educação, e que possibilite ao índio Tikuna competir de igual com pessoas de qualquer sociedade [...] Que todo conhecimento esteja a serviço da comunidade indígena, para que ela tenha protegida sua identidade e que os interesses coletivos sejam colocados em primeiro plano, pois os Tikuna já perderam muitos conhecimentos dos ancestrais no campo da medicina tradicional e nos valores espirituais (Florentino Penes, entrevista concedida em 2016).

Hoje, os Tikuna buscam uma alternativa para a construção de um modelo de educação e saúde fundamentado no conhecimento tradicional dos pajés, envolvendo práticas educativas e ensinamentos que possam relacionar saberes espirituais existentes no território, capazes de construir um —indígena natural, o qual seja formado por práticas as quais possam ser realizadas com respeito e dignidade humana.

A família indígena, tanto nuclear como extensa, cumpre uma função muito importante no projeto de vida tradicional e na sociedade atual, onde todos devem estar unidos, desde as crianças até os velhos. Os conhecimentos precisam estar fundamentados no princípio do respeito, da tolerância, além da prática da verdade e da vida com amor, bem como na obediência e no saber viver em comunidade, para que todos os laços sejam fortalecidos e a segurança do território seja garantida, dado que a proteção da vida do outro significa a proteção da vida de todos.

Para o pajé William Rosas:

Os indígenas Tikuna devem lutar sempre unidos diante de todos os processos que vem de fora, que influenciam e ameaçam a segurança e a paz a vida do povo. Isso é movido por uma ideia de globalização, a partir da qual os interesses capitalistas maquiavam grandes soluções para os problemas sociais. Na verdade, o que tem acontecido é o contrário. Eles destroem a cultura e a terra sagrada do Eware (William Rosas, entrevista concedida em 2016).

Para o indígena de Umariáçu, a unidade territorial, a cultura e a autonomia são prioridades para o melhoramento da qualidade de vida. Isso mediante um plano estratégico de busca pela qualidade de vida, pela naturalidade, onde todos possam participar de forma coletiva, sempre respeitando as decisões da maioria, adaptando um modelo de liderança pacífica, por meio do diálogo, onde haja comprometimento com o desenvolvimento e o fortalecimento das comunidades indígenas pertencentes aos três países: Brasil, Colômbia e Peru.

Os indígenas Tikuna, nesse intento, através de seus líderes políticos, tem se reunido em Puerto Narino e São Francisco, terras de fronteira do Alto Solimões, entre Brasil e Colômbia, com o objetivo de unificar temas e propostas em relação ao território, e nesse encontro se criam espaços de diálogos e reflexão coletiva com a participação dos principais representantes das comunidades. Dentre os principais temas discutidos, destacam-se a questão da administração socioeconômica e o fortalecimento do sistema político e cultural dos povos indígenas dos três países (Brasil, Colômbia e Peru) do triângulo amazônico.

Outros temas têm sido discutidos, como a busca do fortalecimento da educação com modelos próprios, do sistema de produção indígena de manejo do peixe e de outros produtos, como farinha, batata, milho e feijão. Além do mais, são pontuados ainda a questão do controle territorial, da saúde especial indígena, da segurança, da lei de proteção para a juventude, da participação da mulher indígena na política e da administração dos diversos setores da vida pública.

Segundo lideranças indígenas de Umariáçu, entre os anos de 2005, e 2007, após vários encontros de debates para temas apresentados pelas lideranças indígenas dos três países (Brasil, Colômbia e Peru), muitas ações propostas ficaram definidas para se organizar a vida dos povos indígenas Tikuna do Alto Solimões. Dentre as ações propostas, estão i) vigiar o território e os acordos de demarcação territorial para que se cumpram os direitos e interesses da população Tikuna; ii) implantar políticas de manejo e controle do território indígena Tikuna; iii) fomentar o desenvolvimento de políticas de recuperação de terras indígenas, que atualmente estão em poder de não indígenas e que antes pertenciam a ancestrais das várias comunidades Tikuna.

Partindo-se desses motes, a criação de representações legais das comunidades perante os governos, federal, estadual e municipal, para que o povo

indígena Tikuna tenha autonomia e reconhecimento nos diversos segmentos da sociedade, essa é a principal meta dos indígenas de Umariáçu.

### **3.3 Espiritualidade e território: elementos fundamentais para a vida do povo Tikuna**

Espiritualidade e território são os principais elementos do fundamento da vida, do pensamento tradicional e da identidade dos povos indígenas ameríndios. Estes entendem o território como sendo um ser vivo, que faz surgir condições para a subsistência física, material e ao desenvolvimento espiritual. É lugar onde se permitem estabelecer relações de respeito e harmonia com as leis e com os seres da natureza.

O território tradicional sagrado, que é formado por todos os elementos que constituem a natureza, sejam eles visíveis ou invisíveis, que os indígenas ocupam desde seus ancestrais até a atualidade, é considerado sagrado. Em conjunto, são os lugares em que se realizam as atividades cotidianas de subsistência de acordo com os usos e costumes e mediante o reconhecimento do estado dos direitos dos Tikuna em relação ao território que tradicionalmente ocupam (Raimundo Leopardo, entrevista concedida em 2016).

Os saberes tradicionais repassados de geração a geração expressam as práticas de uso e os costumes desde a criação dos filhos. A língua, as crenças, religiosas e místicas, as plantas medicinais tradicionais, os costumes alimentares e, todo o conhecimento herdado dos ancestrais, contribui e enriquece a vivência, até mesmo com outros grupos humanos.

A comunidade indígena Tikuna de Umariáçu, ao longo dos tempos, vem procurando desenvolver um plano de vida onde se possa ter um governo próprio dentro do seu território, para que se possa administrar bens coletivos da comunidade, segundo a proposta de Pedro Mendes, uma liderança indígena de Umariáçu e funcionário da Funai.

O plano de vida almejado pelos Tikuna, tem como objetivo garantir a boa convivência, a harmonia, o respeito, o controle do território e a prática da justiça, para que todos os direitos e obediências das famílias indígenas sejam garantidos, proporcionando dessa forma condições que permitem a defesa da identidade, cultural, a unidade territorial e os benefícios coletivos.

As lideranças indígenas de Umariáçu, almejam, como projeto de vida, garantir o desenvolvimento social e cultural, com autonomia administrativa, economia, política e territorial, permitindo a construção de uma vida digna para as gerações do presente e do futuro. Sobre a temática, a liderança indígena Tikuna Valdir Mendes afirma:

O território para o povo indígena Tikuna de Umariáçu tem um significado profundo, simboliza o útero materno de onde vem toda proteção e sustento, é fonte de água e das todas as formas de vida que existe, tanto material como espiritual. O território é o princípio da vida cultural e ambiental, onde é possível viver e crescer as famílias e a comunidade; é o lugar onde as pessoas nascem vivem morrem e são enterradas. Por isso, o território é considerado sagrado para os Tikuna (Valdir Mendes, entrevista concedida em 2016).

Para o pensamento Tikuna, o território é entendido como um corpo vivo, que, tem seu próprio espírito, e as diversas formas de vida representam uma potência que deve funcionar em perfeito equilíbrio. Para isso, é preciso considerar que o território sempre foi ocupado por seus ancestrais. Por essa razão, os Tikuna tradicionais, antes de construírem algo, fazem um ritual para poder obter bênçãos espirituais.

Segundo os velhos da comunidade de Umariáçu, a sociedade não indígena não reconhece o território como lugar sagrado e por isso não respeita as tradições indígenas. A crença no território como corpo vivo é a condição necessária para o desenvolvimento social do povo indígena que habita a comunidade. É no território sagrado que acontecem relações coletivas entre os seres que convivem entre si.

Buscou-se nesse sentido descobrir a importância da identidade Tikuna, para compreendê-la em torno de todas as influências e problemas apresentados de acordo com os elementos apontados pelos entrevistados conforme abaixo:

J. E. R

—Para me é motivo de orgulho ser Tikuna, porque pertenço a um povo que tem uma identidade, uma cultura e por isso devemos valorizar tudo o que é nosso, a Globalização por meio de interesses econômicos se apropriou dos conhecimentos tradicionais indígenas principalmente dos Tikunas em relação a medicina tradicional das plantas é possível retirar medicamentos para a cura de diversos tipos de doenças, os brancos têm interesse em explorar os recursos naturais existentes no território indígena Tikuna. —

## B. J. C

Eu nasci índio Tikuna, tenho sangue Tikuna, nunca serei branco, meu pai é Tikuna, minha mãe é Tikuna, todos temos sangue Tikuna, nosso orgulho é ser Tikuna, naturalmente Tikuna, originalmente Tikuna, porém somos seres humanos vivos, temos inteligência assim como as outras pessoas, por isso ser Tikuna para me é um orgulho e muito mais nasci em terras indígenas, mas falo três línguas, espanhol, português e Tikuna e isso me causa muito orgulho de ser Tikuna.

## N. F. R

Para me ser Tikuna é ter coragem de lutar e com a luta unir o povo para viver em comunidade, indígena e digo mais parentes nunca desistem de seus ideais, ser Tikuna é ser participante nos dias de festas da moça nova e todas as comemorações da comunidade, ser Tikuna é ser como todas as pessoas, por isso tenho orgulho de ser Tikunall

O território é o lugar de origem da etnia, onde se articulam espaços da cultura, da economia, da saúde, da educação, da justiça, da religião, da política. É onde se dá a interação da vida materna e espiritual dos Tikuna. Território é mais que solo e selva. É toda a estrutura do universo conhecido e vivido pelos ancestrais e é onde se deve ser conservada a energia da vida, para que a perpetuação da descendência indígena de Umariáçu ocorra.

O manejo do território significa o manejo do mundo, da terra, da selva e da diversidade biológica. A terra existe e funciona como princípio e harmonia do povo. As relações do homem com a natureza são constantes e inseparáveis da própria vida da população, segundo o informante:

A visão que o indígena tem sobre o significado de território é diferente da visão da sociedade capitalista, que vê o território apenas como fonte de riqueza material, ou seja, crescimento econômico. Para o indígena, qualidade de vida é ter território suficiente que permita o crescimento organizacional, cultural, políticos e espiritual. (Valdir Mendes, entrevista concedida em 2016).

Faz parte do *ethos* do indígena viver com a família. O conceito de família para o Tikuna é algo abrangente, pois inclui a família extensa, formada pelos pais, filhos,



avós, tios, primos e irmãos, Dentro do projeto de qualidade de vida, o indígena busca fortalecer laços familiares, para poder garantir a permanência social, cultural e ética, englobando todo o conhecimento da história, no que refere à situação atual do local, do regional, do nacional e do global. Lideranças indígenas Tikuna procuram restabelecer o equilíbrio, a continuidade da cultura e a permanência da garantia territorial.

Nas palavras de Florentino Penes:

As representações indígenas (caciques e pajés) devem ter muito cuidado com as pessoas que querem desenvolver projetos em território indígena, para que o dinheiro não destrua a principal riqueza do povo, que é a terra. Os projetos de exportação geram riquezas para os de fora e o povo acaba sendo prejudicado dentro de seu próprio território (Florentino Penes, entrevista concedida em 2016).

Para o professor Florentino, a prevenção é de grande importância, porque desde os tempos coloniais que comerciantes e aventureiros exploraram terras Tikuna e, muito do que existia no passado já não existe mais. Em relação às riquezas animais, vegetais e minerais, segundo ele, hoje dá tristeza de ver a realidade da comunidade de Umariçu, por causa da devastação e do extermínio de espécies animal e vegetal.

O território indígena Tikuna é de propriedade coletiva e é de suma importância que nele a cultura e os valores espirituais se mantenham igualmente coletivos, pois as aldeias são os lugares onde acontecem as relações sociais dos indivíduos que ocupam as porções do Alto Solimões. São espaços tripartites, multinacionais. São nessas porções que se encontram os principais meios de subsistência e ao mesmo tempo são nelas onde se constituem os elementos integrantes da religiosidade.

### **3.4 Território e principais problemas existentes na comunidade indígena Tikuna de Umariçu**

O povo indígena Tikuna da região do alto Solimões, constitui o mais numeroso grupo indígena na Amazônia brasileira, localizado no trapézio amazônico. Distribuído em território brasileiro, colombiano e peruano. Tem uma história marcada por vários séculos de violência desde o período da colonização até os dias atuais.

Inicialmente tiveram suas vidas escravizadas ou ceifadas pelo colonizador, regatão, madeireiro, fazendeiros, seringueiros, pescadores e militares. Foi somente a partir da constituição federal de 1988, que começaram a ter o reconhecimento por parte do Estado nacional, porém as lutas continuam por conquistas maiores diante dos diversos problemas existentes em seu território (PACHECO DE OLIVEIRA, João, 1998).

A partir dos anos de 1990, os Tikuna tiveram o reconhecimento oficial da maioria de suas terras e o grande desafio de hoje é garantir em seu território a sustentabilidade econômica e ambiental, assim como melhorar as relações com a sociedade envolvente, mantendo dessa forma a riquíssima cultura indígena que hoje ocupa espaço no cenário nacional e internacional.

Durante a pesquisa de campo, foi possível detectar alguns problemas existentes na comunidade e as possíveis soluções apontadas pelas lideranças indígenas Tikuna. São elas: o território considerado Tikuna ainda não dispõe de uma demarcação precisa e, protegida contra a invasão de outros povos, sendo necessário uma lei mais severa para garantir o manejo e o controle dos recursos naturais das terras da comunidade.

As lideranças reclamam para que seja revista a demarcação das terras, para a inclusão dos territórios de ocupação ancestral, onde estão os sítios sagrados. Ao mesmo tempo, lutam para que o governo desenvolva um programa de proteção territorial da comunidade Tikuna de Umariáçu, a fim de evitar conflitos com invasores colombianos, peruanos e brasileiros não indígenas, assim como invasores de outras etnias que residem próximo do território da comunidade.

Para entender de forma mais específica esses problemas foi perguntado aos entrevistados quais as lutas que os Tikuna enfrentam para garantir a posse da terra?

De acordo com os

entrevistados: J. C. L

—Hoje a luta é para garantir a sustentabilidade econômica, ambiental e as relações com a sociedade envolvente, para manter sua riquíssima cultura e defesa da terra. A produção de alimento, a conservação dos recursos naturais. A posse do território onde habita o povo indígena Tikuna, o objetivo da demarcação é garantir materialmente o direito indígena sobre a terra.¶

J. E .R

O problema que existe é com os brancos exploradores que sempre querem fazer uso da terra indígena mesmo que esta esteja demarcada, esse fato vem desde os tempos antigos com os comerciantes, fazendeiros, madeireiro, pescadores e agricultores, a população não indígena que sempre quer a terra do Tikuna.

L.F.F

Segundo meus avôs, os Tikuna sempre travaram batalhas pelo uso e posse do território, desde 1970, com os seringueiros, madeireiros, pescadores, agricultores, comerciantes os donos de seringais, somente depois da Constituição Federal é que os Tikuna começaram a ter seus direitos garantidos na lei, mas ainda é preciso fiscalizar a entrada de pessoas não indígenas na comunidade para não termos maiores problemas do conflitos territoriais, os Tikuna devem lutar unidos e defender seus interesses contra forasteiros.

N.F.R

O problema que existe agora é que, antes as pessoas podiam plantar perto de suas casas, hoje tudo mudou, ficou tudo difícil as pessoas, foram aumentando, e mais gente precisa de terra para plantar e isso faz com que apareçam os conflitos pelo uso da terra.

Novamente as questões da utilização dos recursos, a questão da demarcação de terras, invasões, problemas com a própria comunidade em função do crescimento populacional que termina recaindo sobre a questão das propriedades e, ao mesmo tempo das plantações de cultura que permeiam o quadro atual a ser resolvido e, é apontado pelos Tikuna.

Outra meta das lideranças indígenas é a implantação de programas de formação técnica e superior, de acordo com as necessidades da população, indígena, e ao mesmo tempo buscam no seio familiar, o fortalecimento do uso cotidiano da língua materna, desenvolvendo campanhas de divulgação para a implantação de rádio indígena na comunidade Tikuna.

Dentro das metas do povo Tikuna estão a implantação de programas permanentes de capacitação, atualização e formação de líderes, jovens, mulheres e anciãos, para que todos os projetos a serem desenvolvidos na comunidade não

afetem o território e os recursos comunitários destinados ao plano de organização social sejam utilizados de forma correta.

### **3.5 A guisa de conclusão**

A questão da terra para o conjunto da população Tikuna deve a uma constante e, constatou-se a seu processo de regularização oficial que passou a ser uma luta primordial, o processo gerado pelo próprio processo de urbanismo que passa a comunidade, leva para o campo efetivo essa discussão. A incorporação do meio de vida urbano pelos Tikuna teve inúmeras consequências que resultam para muitos de novas gerações o distanciamento de suas culturas, problemas como já apontado a longo do desenvolvimento da análise dessa pesquisa, relacionado a invasões e ao mesmo tempo a utilização de recursos por partes dos —brancos resultando em conflitos com as lideranças e, ao mesmo tempo na comunidade de Umariáçu.

A instalação de órgão como Serviço de Proteção aos Índios (SPI), substituída pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) não conseguiram atender as necessidades dessas etnias, no caso do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais (IBAMA), trouxe problemas de ordem da prática social, cultural dos Tikuna como relato em função da queima da terra (ou seja, do seu uso) do abatimento de animais (que fazem parte de sua alimentação), a proibição de algumas caças.

Apesar das lutas em torno das causas Tikuna e, da institucionalização de sua reserva, os problemas levantados a sua autossustentação, decorre do abatimento de caça que se tornou escassa e, é piorado em função da entrada de caçadores ilegais, a pesca predatória que resulta na escassez do pescado, a falta desses recursos ocasiona a falta de alimento para a própria população.

A pressão em torno das terras indígena do Umariáçu, passa pelo o avanço urbano na poluição de seus rios como é o caso do igarapé de Umariáçu em função do esgoto que despeja dejetos, comprometendo a fauna do canal sendo a comunidade prejudicada.

Para os mais velhos de Umariáçu, a maior riqueza que os Tikuna possuem é a terra. O lugar onde muitos nasceram e deverão viver para sempre é o território Tikuna do Eware, onde existem lagos, igarapés, rios, igapós, ilhas e paranás. Onde há várias espécies de animais e plantas, e onde se reconhecem diferenças entre plantas e sua importância, seu valor medicinal e seu valor comestível.

Dentro da visão de mobilidade territorial e espiritual, segundo as lideranças mais velhas, o território Eware, concebe-se, é uma terra em permanente movimento, onde a própria natureza se encarrega do fluxo da vida. Ao mesmo tempo em que se reproduzem os seres na floresta, nos rios, lagos e igarapés, o sol aquece a terra e faz cair as folhas velhas e nascer novas. Esse movimento faz surgir cores e toda a espécie de vida.

No Eware, lugar sagrado para os povos indígenas Tikuna de Umariçu, forças divinas atuam em todos os lugares e proporcionam equilíbrio na natureza. Por exemplo, um animal quando come frutas espalha sementes, as quais fazem nascer outras árvores; as árvores, quando caem, seu húmus alimenta outras plantas. As folhas, ao caírem em terra, enriquecem o solo, e quando caem na água servem de morada e alimento para peixes. A relação do povo Tikuna com a natureza é algo que vai além da questão de subsistência, pois a natureza representa a própria vida material e espiritual

A fundação da comunidade ocorreu em 1943, o processo migratório foi importante em seu estabelecimento tendo origem os seguintes fluxos migratórios Igarapé de Belém, Ilha do Arariá, Santa Rita, Veneza, Capacete, Teresina, Ilha Sururuá, Igarapé São Jerônimo, Assacaio, Palmares, Ilha do Aramaçá, Ilha do Cleto, Sabonete, Bananal, Santo Antonio, Tupi, Tauaru, Paraná do Garra, Paraná do Ribeiro, Javari, Marajá, Bom Pastor, Feijoal, Betânia e outros municípios que compõem a região do Alto Solimões, como Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins. Diferentemente do seu quadro de origem migratório 70% dos moradores atuais são de origem da própria comunidade.

Os conflitos surgidos no Umariçu, segundo as lideranças indígenas tiveram seu início na cidade de Tabatinga, com a instalação das terras indígenas e, remetem ao tempo da exploração do látex, que trouxe grandes consequências para essa população em seus territórios, como a invasão, tomada de terras e exploração de seus recursos.

Para Becker (2005), o processo de urbanização da Amazônia está relacionado ao conjunto de medidas adotadas pelo Estado nacional para o assimilacionismo e para o controle geral de territórios, pois é o próprio Estado quem gerencia recursos.

A busca pelo fortalecimento de sua identidade, cultura e tradições são preocupações que permeiam a vida da comunidade de Umariáçu, por suas lideranças que identificam problemas na área social na assistência a saúde sendo um dos problemas enfrentados pelo descaso das autoridades \*(federal, estadual e municipal) pela falta de medicamentos e ao mesmo tempo por profissionais capacitados na comunidade, ou mesmo no ensino tendo como preocupação dos professores indígenas nas escolas localizadas na comunidade resgatar a língua, tradições culturais e ao mesmo criar novas metodologias para a realidade Tikuna.

A exclusão no meio de vida urbana na cidade é identificada pelas lideranças, apesar da importância dos benefícios e da própria atividade produtiva através da venda de hortaliças e frutas o que ajudam a abastecer o mercado de Tabatinga. O próprio comércio é fortalecido com a prestação de serviço, portanto, trazendo dinamização para a atividade econômica da cidade.

O fortalecimento das tradições recai no conjunto estratégico para diferenciar do invasor e ao mesmo tempo reforça os laços com seu território, no entanto, o reconhecimento do outro e a preocupação com a lapidação dos valores Tikuna.

Ao mesmo tempo utiliza-se como estratégia o reforço da identidade cultural e o seu fortalecimento e, ao mesmo tempo a necessidade reconhecida pelas lideranças das instituições algo diretamente ligado a própria construção do seu território para fortalecimento de sua territorialidade.

Mesmo diante de seu processo de colonização em vigor nos dias atuais, algumas estratégias foram identificadas pelos Tikuna, no decorrer do processo histórico como a entrada de jovens nas universidades localizadas e no instituto federal e no ensino técnico, ao mesmo tempo nota-se a busca por cargos de representação e a conquista desses espaços como no caso da administradora da Funai de etnia Tikuna (que tem a titulação de mestre) na representação no cargo de vereador na câmara de Tabatinga contando com um representante.

Por acreditar que o território do Eware é sagrado, os índios Tikuna de tempos em tempos comemoram a passagem do ciclo da natureza com objetivo de despertar o povo para a vida e o reconhecimento da mãe terra, sendo esta a geradora de todas as vidas. Os Tikuna acreditam que quando uma pessoa morre, seu espírito continua próximo dos familiares vivos e que os mesmos ficam separados apenas por um véu muito fino. Dessa forma basta que o pajé invoque os espíritos para que

estes venham auxiliá-lo na solução dos diversos problemas existentes na comunidade desde as curas das doenças até as soluções das questões sociais.

O que fica constatado é que essas formas de pensar, agir e relacionar-se com o território, difere completamente em pensar a forma e lógica existente diante do território do Estado territorial, ou mesmo das formas de produção capitalista que produziram a terra, portanto, necessitando a visão de uma incorporação desses territórios que, pelas ações existentes em direção ao Território de Umariáçu ainda não foram aceitas por esses atores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar por meio de pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo as políticas territoriais adotadas pelo Estado brasileiro e ao mesmo tempo analisar as ações do Estado no controle da população indígena Tikuna da comunidade de Umariáçu na região do Alto Solimões, no Amazonas, que através da política de urbanização procura manter o controle territorial das terras indígenas dessa comunidade.

Para chegarmos a esse fato foi necessário compreender as políticas territoriais direcionadas para a Amazônia a partir dos anos de 1960, em função do processo de incorporação e econômica e geopolítica que ganhou força com os militares através do lema da integração da região. A incorporação da Amazônia ocasionou inúmeras marcas na região, a geografia (Pré) existente não foi incluída em toda a história da região remetendo-se seus períodos de formação a esse período e dias atuais excluído.

As territorialidades existentes emergentes trazem nesse sentido problemas passados ao analisar o quadro desse momento histórico, observa-se a questão premente dos Tikuna no Alto Solimões, onde a questão da terra indígena e sua oficialização emerge como um fator decisivo. É diante dessas políticas oficiais que foi construída e ainda permanece a cartografia oficial que concebe a região como terra de sem homens.

O processo de urbanização recai diretamente sobre essas nuances, onde as consequências sociais, surgem como complicador repercutindo de forma direta na invasão de suas terras, na utilização indevida de seus recursos e nas moradias que, surgem dentro de seu território pelos denominados não indígenas.



Outros fatores de ordem de crescimento urbano, referem-se a problemas em torno da demarcação oficial do território de Umariáçu, como a luta pela posse da terra, onde é descrito pelas lideranças através do avanço do aeroporto de Tabatinga da própria área militar que resulta na perda e ao mesmo tempo invasão de suas terras.

Para algumas lideranças entrevistadas, principalmente de professores e representações religiosas, as políticas do governo estão direcionadas apenas a preservação do controle territorial das áreas indígenas, e não com o bem social da população local. Durante a pesquisa foi possível perceber que existe uma grande preocupação por parte das lideranças indígenas quanto ao resgate do espaço físico-geográfico que outrora era de domínio do povo Tikuna. Esse espaço é invadido e deteriorado devido ao crescimento populacional desorganizado causado pelo fluxo de imigrantes não indígenas e até de pessoas de outros países – como é caso da Colômbia e do Peru. A situação causa impacto social, caracterizado pelo processo de urbanização desordenado.

A história mostra que durante toda a existência de contato dos não indígenas com os indígenas, quase sempre foi marcada por conflitos e pela exploração, seja de mão de obra, de retirada de riquezas naturais ou de apropriação de conhecimentos. Por essa razão os indígenas muitas vezes deixam de repassar algumas informações. Os moradores mais velhos da comunidade afirmaram que o branco vai em sua aldeia para obter conhecimentos para ganhar dinheiro e os indígenas não usufruem de nada. Em uma região marcada por um histórico de violência contra os indígenas Tikuna e onde o nível de pobreza é muito elevado e é patente a falta de plano de desenvolvimento sustentável por parte dos governos.

Por fim, finalizamos nossas considerações ressaltando que as terras que hoje são ocupadas pelos indígenas Tikuna de Umariáçu, no passado recente já tiveram um dono, o senhor José Mendes, que arrendou de modo irregular as áreas, mas depois elas foram adquiridas pelo SPI, por volta de 1945. Nesta época, foi criado o primeiro posto indígena na região do Alto Solimões pertencente ao município de Tabatinga. Em 1978, como resultado dos estudos da comissão de delimitação, foi consolidada pela portaria número 465/E, de 29 de setembro de 1978, uma área de 2.500 hectares para Umariáçu.

Superando todo tipo de divisões, e sem a presença de qualquer agência de contato, os Tikuna se reuniram no final de 1981, para discutir uma proposta de

demarcação das suas terras, que foi encaminhada ao presidente da FUNAI no mesmo ano. Como resultado da pressão dos Tikuna, em 1982 a FUNAI designou servidores para a identificação e delimitação das áreas Tikuna nos municípios de Fonte Boa, Japurá, Jutai, Santo Antônio do Iça e São Paulo de Olivença. Uma das áreas então propostas foi a terra indígena Tikuna da margem esquerda do Rio Solimões, com aproximadamente 592.900 hectares, que formava uma área contínua na margem esquerda, englobando as atuais áreas indígenas do Eware I e Umariáçu.

Em 1984 essa área desmembrada, ficando a proposta da área indígena Umariáçu com aproximadamente 1.900ha. Nessa parte do perímetro espacial, de modo direto, situamos nossa pesquisa e destacamos nossas anotações de campo.

Durante a pesquisa de campo foi possível perceber que, devido a escassez de alimentos e a distância para cultivar suas lavouras, muitos Tikuna de Umariáçu acabam tendo que trabalhar de modo assalariado na Secretaria de Obras do Município de Tabatinga. Os líderes indígenas de Umariáçu reclamam que os moradores não indígenas de Tabatinga invadem suas terras para roubar suas plantações. Essa situação se configurou bastante clara para nós durante a pesquisa de campo.

Por fim, voltando ao tópico anterior, cabe destacar: após muita luta pela demarcação das terras os Tikuna conseguiram obter reconhecimento em relação a demarcação de suas terras. Conforme informações da portaria do gabinete do Ministro de Estado da Justiça nº 1.112 de 12 de novembro de 1997, onde consta a seguinte afirmação:

O Ministro de Estado da Justiça, no uso de suas atribuições e tendo em vista no disposto do decreto nº 1735 de 08 de janeiro de 1996 e diante da proposta apresentado pela Fundação Nacional do Índio FUNAI, objetivando a definição de limites da terra indígena Tikuna Umariáçu, constante do processo FUNAI BSB. 1552.97, considera que a terra indígena localizada no município de Tabatinga, Estado do Amazonas, ficou identificada nos termos do artigo 231 da Constituição Federal e inciso 1º do artigo 17 da Lei nº 6001 de 19 de dezembro de 1973, como sendo tradicionalmente ocupada pelo grupo indígena Tikuna. Pelo artigo 1º, ficou declarada de posse permanente dos índios a terra indígena Tikuna de Umariáçu, com superfície aproximada de 4.900 hectares.

Pelo exposto, encerrando nossas considerações, sublinhamos que fica claro que os povos indígenas tiveram suas terras invadidas pelas sociedades

expansionistas do capitalismo do século passado, e para recuperar parte de seu território foi preciso travar muitas batalhas a nível local, regional e nacional. Segundo os moradores de Umariáçú, a sociedade civil precisa entender que a terra é o bem mais precioso para o indígena e sem ela o indígena não vive.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. —A Geopolítica no Século XXIII. Revista Geonorte, n. 1, p. 933-952, 2013.
- ALENCAR, Edna Ferreira. 2002<sup>a</sup>. Terras caídas: encantos lugares e identidades. Tese de doutorado em antropologia. Brasília, Universidade de Brasília, Departamento de antropologia, maio de 2002. 245 pag.
- ALENCAR, Edna Ferreira. Identidade, Territorialidade e Conflitos Socioambientais: Alguns Cenários do Alto Solimões A amazonas, 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. —GETAT-A segurança nacional e o revigoramento do poder regionall. Em: Revista FIPES, 1(2):37-58, jul-dez, 1980.
- ARAÚJO, Ana V. Direitos Indigenas no Brasil – breve relato de sua evolução histórica. In: ARAÚJO, Ana V. Et alli (Orgs). Povos Indígenas e a Lei dos —brancos: o direito a diferença.ll Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- ARAÚJO, L. C. G. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.
- BALDUS. Herbert. O xamanismo. Resvista do Museu Paulista. N. S.. vol. 16, São Paulo. 1965 /66.
- Baniwa, G. S. L. (2010). Territórios etnoeducacionais: um novo paragidma na política educacional brasileira. Comunicação apresentada na Conferência Nacional de Educação – CONAE, 2010. Brasília: CINEP.
- BECKER, Bertha. —Geopolítica da Amazôniall Estud. Av. vol.19.nº 53. São Paulo jan.Apr. 2005.
- BECKER. Bertha K. —Geopolítica da Amazôniall. Estudos Avançados. N..53, Jan./Apr, 2001.
- BECKER. Bertha K. —Os Eixos de Integração e Desenvolvimento e a Amazôniall. Revista TERRITÓRIO, ano IV, nº 6, jan.Zjun. 1999.
- Becker, Howard S. 1998. Tricks of the Trade: How to Think About Voar Research While Vou 'reDoing It. Chicago: The University of Chicago Press.
- Desafio do Ordenamento Territorial —O Pensamentoll. Xerocopiado, 1994, 6p.
- BINSZTOK J.; TUBALDINI, M. A. (orgs.). Sociedade, ruralidade, ambiente e comunidade em Rondônia: desafios e perspectivas. Pp. 11-21. Belo Horizonte: Fino Traço Editora BINSZTOK J. Projetos integrados de colonização: paradigma da contra reforma agrária promovido pelo regime militar nos anos 70 na Amazônia. In: BINSZTOK J.; TUBALDINI, M. A. (orgs.). Sociedade, ruralidade, ambiente e comunidade em Rondônia: desafios e perspectivas. Pp. 11-21. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

BRASIL. Secretaria do Ensino Médio. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio. Brasília: MEC / SEMTEC, 1998.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras; Fapesp; Secretaria Municipal de Cultura, p.133-54, 1992.

CASTRO, Therezinha de. Rumo à Amazônia: Problemática geopolítica. Rio de Janeiro: Unigraf, 1998.

CAVALCANTI-SCHIEL, Ricardo. A política indigenista, para além dos mitos da Segurança Nacional. Estud. Av., São Paulo, v. 23, n. 65, p. 149-164, 2009.

Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142009000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000100011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 19 ago. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000100011>.

CONNERTON, Paul. Como as sociedades recordam. Oeiras: Celta Editora, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. SP: Ática, 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná et al. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 31-47.

DANTAS, Fernando A. de Carvalho. Los Pueblos Indígenas y los Derechos de propiedad. Norman J. (S.I.s. n° 19-). P. 310-311,

DIEGUES, A.C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Editora Hucitec.1998.

DUPRAT, Deborah. Demarcação de Terras Indígenas – o papel do judiciário. In: Povos Indígenas do Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001- 2006.

FREITAS, H., BECKER, J.L. e KLADIS, C. Informação para a Decisão. Ortiz, PortoAlegre, 1997.

FOUCHER, Michel. Obsessão por Fronteiras. Tradução de Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

GIDDENS, A. A Constituição da Sociedade, São Paulo, Livraria Martins Fontes. 1989

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede —gaúchall no Nordeste. Niterói: EDUF, 1997.

HAESBAERT, Rogério, Região, diversidade territorial e globalização. Niterói: DEGEO/UFF, 1999.

LITTLE, Paul E. Espaço memória e migração. Por uma teoria da territorialização. Textos de História, Brasília: Departamento de História, Universidade de Brasília, v. 2, nº.4. 1994.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB. Série Antropologia nº 322. 32p. 2002.

MACHADO, Lia Osório. —A geopolítica do governo local: proposta de abordagem aos novos territórios urbanos da Amazônia. In: III Simpósio Nacional de Geografia Urbana AGB, 1993, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: AGB, 1993.

MACHADO, Almiros M. De Direito indigenista a Direitos indígenas: desdobramento da arte do enfrentamento. Dissertação ( Mestrado em Direito). Belém: Universidade Federal do Pará. 2009.

MARTINS, Petrônio G. e LAUGENI, Fernando P. Administração da Produção. São Paulo: Saraiva, 1998.

MAHAR, Dennis. J. Desenvolvimento econômico da Amazônia. Uma análise das políticas governamentais. OPEA/INPES. Relatório de Pesquisa nº 39, Rio de Janeiro, 1978.

MAHAR, Dennis J., 1978. Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais, 5 Rio de Janeiro, Coleção Relatórios de Pesquisa Ipea/INPES.

MATOS. F. Gomes de. Gerência participativa. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1980.

MEIRA MATTOS, General. Uma geopolítica pan-amazônica. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

MELLO, Thiago de. Amazônia , a menina dos olhos do mundo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1991.

MONTEIRO, Maurilio de Abreu. COELHO, Maria Celia Nunes Coelho. —As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. Novos Cadernos NAEA v. 7, n. 1, p. 91-122, jun, 2004.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de Vera Maria Navarro - notas sobre a questão das terras dos índios Tikuna. Relatório encaminhando à comissão de assuntos indígenas, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Rio de Janeiro, 1981.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de —O nosso governo. Os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Editora Marco Zero, 1988.

OLIVEIRA, Paulo C. de. Gestão territorial indígena. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Social). Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2006.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. —Terras indígenas no Brasil: Uma tentativa de abordagem sociológica. Boletim do Museu Nacional N° 44, p. 1-28. Rio de Janeiro, 1983.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. A fronteira e a visibilidade do campesinato indígena. Rio de Janeiro, PPGAS- Museu Nacional, datilog, 1979.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos —índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana, vol. 4, no.1. p.56, Abr. 1998.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1999.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Três Teses Equivocadas sobre o Indigenismo (em especial sobre os índios do Nordeste). In: Espírito Santo, Marco Antônio do (Org). Política Indigenista: Leste e Nordeste brasileiros, Brasília: FUNAI /DEDOC, 2000. p. 22.

PAULA, S. A. A.. Territorialidade indígena na Amazônia brasileira do século XXI: o caso Jamandi. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2005.

PERREIRA, Levi M. Relatório de identificação da Terra Indígena Guyra Roká. Município de Caarapó, Mato Grosso do Sul. Documentação FUNAI, Brasília, 2002.

PRATES, R. C.; BACHA, C. J. C. Os processos de desenvolvimento e desflorestamento da Amazônia, Economia e Sociedade, v. 20, n. 3, 2001.

RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas. São Paulo: Ática, 1995.

RAMOS-DE-OLIVEIRA, N., orgs. A educação danificada. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998. p. 13-44.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ângelo C. Ribeiro. A complexidade da Rede Urbana Amazônica: três dimensões de análise. 1998. Tese (Doutorado em Geociência) – Instituto de Geociências – Departamento de Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro – RJ.

RIBEIRO, Darcy.. Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 559 págs 1ª Edição, 1970.

RIBEIRO, B. T. & P. M. GARCEZ(orgs.) (1998) Sociolinguística Interacional: antropologia, lingüística e sociologia em análise do discurso. Porto Alegre: AGE, 159pp.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, Marcelo José Lopes. Território: sobre espaço e poder; autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: Conceitos e Temas. Org: Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 3ª edição, 2001.

SILVA, Cristhian Teofilo da . Identificação étnica, territorialização e fronteiras: A perenidade das identidades indígenas como objeto de investigação antropológica e a ação indigenista. Revista de Estudos e Pesquisas (Fundação Nacional do Índio), Brasília, v. 2, n. 1, p. 113-140, 2005.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos. São Paulo: Peirópolis, 2005.

TELLES, Norma Abreu. Cartografia brasilis ou: esta história está mal contada. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. Cargo Curt na Amazônia: Observações sobre o milenarismo Tukuna. América Latina. Rio de Janeiro, 1963.

WAIBEL, Leo. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. 2. ed., anotada. Apresentação Orlando Valverde. Rio de Janeiro: SUPREN/IBGE, 1979.



## APÊNDICES

## APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

- 1) Para você o que é ser Tikuna?
- 2) Como você se sente quando alguém lhe chama de Tikuna?
- 3) Quais são as lutas que os Tikuna de Umariçú enfrentam para garantir a posse da terra?
- 4) Qual o significado da terra para o povo Tikuna?
- 5) Quais os problemas existentes em relação à terra?
- 6) Em sua opinião, quais os preconceitos que os Tikuna sofrem mesmo estando em seu território?

## **APÊNDICE B - ENTREVISTAS**

### **ENTREVISTA COM F.P.M**

#### **Para você o que é ser Tikuna?**

Para me ser Tikuna, é ser uma pessoa que tem uma cultura viva, que fala sua própria língua, é ter uma clã para ser respeitado dentro de sua cultura, ser Tiku - na é aquele que sabe transmitir o conhecimento ancestral para a nova geração, ser Tikuna é ser pessoa como qualquer ser humano planetário, que vive, pensa, que constrói uma história e sonha com dias melhores.

#### **Como você se sente quando alguém lhe chama de Tikuna?**

Quando era criança, me achava muito estranho com essa palavra, as pessoas não indígenas me julgavam como se eu fosse um menino lixo, para nada servia. Mas com o passar dos tempos fui aprendendo o significado dessa palavra —Tikunall foi o meu pai o grande mestre, senhor Camilo Mestâncio da clã de japó que me ensinou, disse ele, não se envergonhe meu querido filho, os bobos vazios falam assim porque eles não conhecem sua própria origem. Segundo ele falou: meu filho, o Tikuna é uma tribo que fala sua própria língua, enquanto eles não entendem nem compreendem, desde então se alguém me chama de Tikuna, sinto dentro de mim um herói vivo na minha própria cultura, tenho muito orgulho de ser Tikuna.

#### **Quais as lutas que os Tikuna da Comunidade de Umariáçú, enfrentam para garantir a posse da terra?**

As lutas pela posse da terra tiveram início a partir de uma grande reunião com todos os caciques de várias comunidades da região do Alto Solimões, o local do evento se deu no município de Parintins na comunidade indígena do Rio Andirá, em 06 de março de 1976, onde estavam presentes as principais lideranças indígenas Tikuna da região, dentre elas: Paulo Mendes, o líder revolucionista indigenista Osvaldo Mendes, professor de Nova Esperança, Angarito Araújo, líder indígena, também fazia parte o padre Luciano Dino, este último debateu sobre os direitos indígenas garantidos na Lei nº 6001 do Estatuto do Índio, ressaltando que as terras habitadas por indígenas deveriam ser demarcadas. Nesse momento o padre fez saber ao povo Tikuna que seus direitos estão garantidos na Constituição Federal, incluindo o direito da educação indígena, a saúde, o evento teve duração de 05 dias, a partir daí tiveram várias reuniões de luta pela posse das terras indígenas do Alto Solimões.

#### **Qual o significado da terra para o povo Tikuna?**

Na história do povo Tikuna, a terra tem o significado —mãell, é nela que o povo Tikuna vive e constrói a vida assim como qualquer ser humano, animais e vegetais precisam para sobreviver, mas principalmente para o povo autóctone tem um sentido amplo, porque a natureza se comunica através de seu sonho de suas realizações, se o Tikuna usar a terra de maneira agressiva terá conseqüências drásticas como catástrofes naturais. O Tikuna deve usar a terra para retirar o sustento de sua famí-

lia, para retirar madeira para construí sua casa, canoa e também ela oferece fonte de economia por meio dos frutos retirados da floresta.

### **Quais os principais problemas existentes no território da comunidade indígena Tikuna de Umariáçú?**

Assim como em qualquer lugar desse planeta existem diversos problemas dentre eles se destacam:

- A) Violência entre os jovens, causado muitas vezes pelo uso de drogas e consumo de alcoolismo;
- B) O desrespeito das pessoas não indígenas na comunidade sem autorização da FUNAI;
- C) Acúmulo de lixo nas ruas, nos igarapés;
- D) Falta de saneamento básico (rede de esgoto);
- E) Falta de asfaltamento das ruas que dar acesso á sede do município de Tabatinga;
- F) Falta de iluminação pública nas ruas da comunidade;
- G) Falta de creches para as crianças, esses problemas só existem porque os governantes desviam os recursos para seus próprios interesses, demonstrando assim falta de moral e respeito pelas pessoas da comunidade.

### **Quais os problemas existentes em relação á terra na comunidade indígena Tikuna de Umariáçú?**

O povo não indígena não sabe respeitar a área demarcada, rouba madeira, faz invasão nas roças, pesca no igarapé, os Tikuna sempre respeitaram o território não indígena. Muitas vezes essas invasões causam conflitos de extrema gravidade entre os Tikunas e os não Tikuna.

### **Em sua opinião, quais os preconceitos que os Tikuna sofrem mesmo estando em seu território?**

Os Tikuna sofrem preconceito desde o momento em que nasce, principalmente no setor de trabalho, os Tikuna vêm sendo discriminados em toda sociedade, isto fica claro quando a Universidade oferece 40 vagas para não indígenas, somente 02 são para os indígenas. Na questão política partidária, os políticos só querem enganar os Tikuna, depois de eleitos, não querem nem saber se existe Tikuna, criam a maior burocracia, desviam verbas, nas escolas dos não indígenas, os alunos zombam das crianças Tikuna, tudo isso é preconceito. Quando vamos chegar na igualdade? Se muitas vezes quanto mais formação tem a pessoa, mais preconceituoso ela se torna.

## **ENTREVISTA COM O.S.B.**

**Para você, o que é ser Tikuna?**

Ser Tikuna é ser gente, antigamente deram esse nome e assim somos conhecidos. Ser Tikuna é viver em paz com alegria, é ter respeito pelas outras pessoas.

### **Como você se sente quando alguém lhe chama de Tikuna?**

Sinto orgulho, porque sou puro de pais puros, sem mistura de raça, sou da maior etnia do Brasil, temos uma língua forte e viva, de uma cultura singular e muito marcante na região do Alto Solimões.

### **Quais são as lutas que os Tikuna enfrentam para garantir a posse da terra?**

Nós Tikuna precisamos lutar pela posse da terra, porque mesmo que desde o princípio termos o direito a posse da terra, ainda assim os brancos se acham no direito de ser dono de tudo, invadem as terras dos Tikuna roubam as plantações, retiram madeira das áreas indígenas sem permissão das autoridades competentes, dessa forma é preciso que o indígena lute por aquilo que é seu desde o princípio de tudo.

### **Qual o significado da terra para o povo Tikuna?**

A terra representa a mãe, pois é dela que retiramos todo nosso alimento para alimentarmos nossos filhos, porque tudo que se planta na terra nasce e fica para os filhos e netos. Por isso a terra é muito importante, sem a terra não vivemos felizes, sem a terra não temos onde pisar e plantar, sem terra não há alimento.

### **Quais os problemas existentes em relação á terra na comunidade indígena Tikuna de Umariacú?**

Um dos principais problemas em relação á terra está relacionado com a questão ambiental, que traz risco social e o uso de bebidas alcoólicas dentro da comunidade e também a questão da invasão dos não indígenas nas roças dos Tikuna e a retirada de madeiras de forma ilegal par vender até mesmo para os estrangeiros da Colômbia.

### **Em sua opinião, quais os preconceitos que os Tikuna sofrem mesmo estando em seu território?**

Em qualquer instituição os Tikuna sofrem preconceito na escola, nas ruas, no comércio, nos hospitais, nas universidades, nas participações culturais até mesmo em sua comunidade, muitas vezes as próprias autoridades não respeitam os Tikuna e dão preferências aos não indígenas na hora de atender nas repartições públicas.

## **ENTREVISTA COM M.C.F.**

### **Para você o que é ser Tikuna?**

Ser Tikuna é ser respeitado, ser reconhecido, ser companheiro, ser igual, ser leal, ser livre, é ter consciência de sua responsabilidade social diante de todos, independentes de raça, religião ou etnia.

### **Como você se sente quando alguém lhe chama de Tikuna?**

Sinto-me orgulhoso de ser chamado de Tikuna, pois não posso negar minha etnia, tenho orgulho de meus ancestrais, tenho orgulho de minha cultura, da minha terra e do meu povo guerreiro que não se cansa de lutar pelas suas conquistas.

### **Quais as lutas que os Tikuna enfrentam para garantir a posse da terra?**

As pessoas das cidades vizinhas de Tabatinga-Brasil, de Leticia-Colômbia e de Santa Rosa -Peru, invadem as terras dos Tikuna derrubam as árvores, pescam nossos peixes, matam nossos bichos, retiram cipó e retiram as frutas das árvores que pertencem ao território indígena. Por essa razão o povo Tikuna tem que lutar para garantir a posse do território.

### **Qual o significado da terra para o povo Tikuna?**

A terra significa mãe natureza, sagrada, é onde retiramos o pão de cada dia para sustentarmos nossa família. A origem da terra, significa a origem da vida, desde os tempos primórdios que se ouve falar na terra sagrada do Eware, este lugar deu origem aos povos de todas as nações, no entanto ao longo dos anos formou-se várias aldeias que deram origem as comunidades. Onde também se formou a união entre as pessoas ou parentes, que afinal conseguiram se integrar a posse da terra através de muitas lutas que resultou na demarcação, graças aos primeiros líderes da comunidade tais como: Manoel Raimundo, Manoel Manduca, Marcolino Adão, Severino Bruno, Manoel Gomes e Francisco Gomes.

### **Quais os problemas existentes em relação á terra na comunidade de Umariacú?**

Atualmente os principais problemas em relação á terra na comunidade é a exploração estipulada do setor aéreo contra a proximidade da comunidade com o aeroporto de Tabatinga.

### **Em sua opinião, quais os preconceitos que os Tikuna sofrem mesmo estando em seu território?**

A o mais extenso o mais conhecido dos preconceitos que os indígenas Tikuna sofrem é a questão da língua Tikuna, Por falta do domínio e da língua oficial falada no Brasil que é o português, para muitos não indígenas a língua Tikuna é como se fosse a representação de uma cultura atrasada, que não tem valor, só porque não foi inventada pelos europeus, a maioria das pessoas não reconhecem a importância da diversidade cultural que existe no mundo.

## **ENTREVISTA COM R.P.B.**

### **Para você o que é ser Tikuna?**

Ser Tikuna em minha opinião é ser uma pessoa que tem uma história, que tem uma cultura muito rica e que é respeitada pelo seu povo. O Tikuna é uma pessoa diferente em alguns aspectos, mais igual a outras pessoas, que pensa, que trabalha e que constrói sua própria história.

### **Como você se sente quando alguém lhe chama de Tikuna?**

Sinto-me orgulhoso, pois sei que a minha gente tem uma história bonita de muitas lutas, o povo Tikuna representa a maior população indígena atualmente no

Brasil e que está conquistando cada vez mais seu espaço dentro da sociedade dos brancos.

### **Quais as lutas que os Tikuna enfrentam para garantir a posse da terra?**

As lutas foram muitas, são várias décadas de lutas, podemos dizer que em toda história do Brasil, a história dos povos indígenas sempre foi marcada por violência contra os primeiros donos ou os verdadeiros donos da terra. Hoje o que queremos é garantia de nossas terras, principalmente a área de preservação de nossa tradição que é a área Eware I e Eware II.

### **Qual o significado da terra para o povo Tikuna?**

O grande significado para nós é que aqui é o lugar onde nascemos, construímos nossa casa, nossa família e aqui viveremos para sempre.

### **Quais o problemas existentes em relação a terra na comunidade de Umariacú?**

Os principais problemas da comunidade em relação a terra é com os homens brancos que não respeitam o Tikuna e sempre querem ser patrão para poder mandar no Tikuna e usar a terra para explorar madeira, pescar e caçar os animais no nosso território.

### **Em sua opinião quais os preconceitos que os Tikuna sofrem mesmo estando em seu território?**

Os preconceitos que mais os Tikuna sofrem é em relação a língua, pois muitos não indígenas não respeitam o modo como o Tikuna fala e acham que a língua deles é melhor do que a do Tikuna, por isso riem quando ouvem os Tikuna falarem.

## **ENTREVISTA COM V.M.M.**

### **Para você o que é ser Tikuna?**

Ser Tikuna significa ter um identidade de um povo que luta por seus direitos perante a sociedade de modo geral, antigamente o Tikuna tinha vergonha de dizer que era Tikuna, agora não temos motivos para nos envergonharmos, já que cada povo tem sua história e sua cultura e que cada cultura é diferente mais que no fundo somos todos irmãos, pois somos filhos de um criador maior que nos fez.

### **Como você se sente quando alguém lhe chama de Tikuna?**

Tenho muito orgulho, pois sei que pertencço a uma nação de um povo guerreiro e batalhador que vem resistindo as dificuldades da vida de cabeça erguida e com muita força de vencer os obstáculos que aparece, nosso povo não desiste de lutar por seus direitos.

### **Quais são as lutas que os Tikuna enfrentam para garantir a posse da terra?**

Os Tikuna lutam não só pela posse da terra, mas por todos os seus direitos que são garantidos na lei. Por isso a voz do povo não pára para tratar de assunto relacionado a terra junto aos órgãos do governo federal, estadual e municipal.

### **Qual o significado da terra para o povo Tikuna?**

A terra representa a vida para o povo Tikuna, é nela que produzimos nosso alimento, na terra tem de tudo que o Tikuna precisa para viver, a terra sagrada tem muitas riquezas naturais incluindo animais e plantas que servem de alimento e para construir as casas, canoas e instrumentos diversos.

### **Quais os problemas existentes em relação a terra na comunidade de Umariáçú?**

Os principais problemas com a terra se refere a entrada de pessoas não autorizadas pela FUNAI, essas pessoas só tem um objetivo saquear as riquezas da floresta, dos rios, lagos e igarapés, também essas pessoas roubam as roças dos Tikuna.

### **Em sua opinião quais os preconceitos que os Tikuna sofrem mesmo estando em seu território?**

Os indígenas não são bem visto na cidade devido a língua, devido a sua cor, seu modo de ser, o Tikuna sempre foi visto como um animal qualquer por muitas pessoas não indígenas.

## **ENTREVISTA COM F.H.M.**

### **Para você o é ser Tikuna?**

Ser Tikuna é conhecer sua origem, é ter liberdade de falar o que pensa e agir de acordo com aquilo que é certo sem prejudicar o outro, meu pai sempre me ensinou que devemos ter respeito por todas as pessoas, principalmente pelos mais velhos, pois as pessoas de mais idade na comunidade indígena são sempre que tem mais conhecimento.

### **Como você se sente quando alguém lhe chama de Tikuna?**

Eu como professor indígena sinto -me orgulhos de ser chamado de Tikuna, pois além de possuí conhecimento da cultura indígena, também adquirir conhecimento da cultura do branco.

### **Quais as lutas que os Tikuna enfrentam para garantir a posse da terra?**

Pessoas da cidade ou dos países vizinhos são os responsáveis pela invasão das terras dos Tikuna,retiram madeira, caçam animais, retiram cipó, frutas das árvores, pescam os peixes dos igarapés sem autorização da FUNAI nem da comunidade.

### **Qual o significado da terra para o povo Tikuna?**

A terra significa muitas coisas boas para o Tikuna, servem, por exemplo, para plantar e produzir os nossos alimentos, a gente pode plantar todo tipo de plantaçao e depois de um tempo a gente pode colher bons frutos até para vender para fora da comunidade e ganhar um pouco de dinheiro.

### **Quais os problemas existentes em relação a terra?**



O povo Tikuna quando vivia isolado do branco, não tinha nenhum problema com a terra, todo mundo trabalhava em união e tudo que era produzido era de todos e era repartido de forma igual, ninguém brigava a gente vivia em paz, porém com a presença do branco tudo ficou diferente porque eles querem mandar mais do que o Tikuna e querem ficar com a terra do Tikuna, Por isso tem problema com eles por causa da terra.

**Em sua opinião quais os preconceitos que os Tikuna sofrem mesmo estando em seu território?**

Desde quando o povo Tikuna começou a ter contato com o povo dito civilizado que ele sofre preconceito de todas as formas, na religião, na alimentação, na música, na dança, na educação, enfim em tudo o povo Tikuna sofre preconceito da sociedade dos brancos, estes pensam que melhores do que os Tikuna, mas na verdade ninguém é melhor do que ninguém.

**ENTREVISTA COM E.J.C**

**Para você o que é ser Tikuna?**

Ser Tikuna é ter orgulho de sua etnia, de seu povo de sua tribo, é ter orgulho da sua cultura, principalmente de sua língua que é o símbolo maior de representação do povo Tikuna.

**Como você se sente quando alguém lhe chama de Tikuna?**

Sinto -me muito orgulhoso, não tenho motivos para ter vergonha de dizer que sou Tikuna, meu pai, minha mãe e meus avós ensinaram-me a ter orgulho do nosso povo, temos uma sabedoria milenar que muitos povos não têm.

**Quais são as lutas que os Tikuna enfrentam para garantir a posse da terra?**

São várias lutas que o povo Tikuna já enfrentou desde a época da colonização, quando os portugueses e espanhóis disputaram as terras da Amazônia, depois os patrões donos de seringais, os madeireiros, hoje, a luta é contra a invasão das terras que já estão demarcadas, porém mesmo assim as pessoas invadem as terras do Tikuna e a luta continua pela defesa de seu território.

**Qual o significado da terra para o povo Tikuna?**

A terra significa fonte de produção de alimento, é considerado o lugar sagrado onde surge a vida de todos os seres, sem a terra o povo indígena Tikuna não sobrevive, pois dependemos da terra para continuar a existência da vida.

**Quais os problemas existentes em relação a terra?**

O maior problema que existe é a entrada de pessoas não indígenas na comunidade de Umariacú, pois essas pessoas não respeitam o povo Tikuna e ainda fazem uso de bebidas alcoólicas que acabam influenciando principalmente os mais jovens.

**Em sua opinião, quais os preconceitos que os Tikuna sofrem mesmo estando em seu território?**

Os Tikuna sofrem preconceitos em todo lugar que chega, no trabalho, nas instituições públicas no comércio e até mesmo na universidade.

## **ENTREVISTA COM J.P**

### **Para você o que é ser Tikuna?**

Ser Tikuna é ter sangue Tikuna, é viver a cultura do Tikuna, é comer o que o Tikuna come, é dançar a dança do Tikuna, é plantar fazer roça, pescar, caçar, fazer tudo que o Tikuna faz no seu dia a dia, isso é ser Tikuna.

### **Como você se sente quando alguém lhe chama de Tikuna?**

Eu não me envergonho de ser chamado de Tikuna, ao contrário sinto-me orgulhoso de ser o que sou, o Tikuna é forte para suportar o sol, a chuva, a fome. O branco diz que é forte, mas não suporta o calor nem a chuva, então não é forte como o Tikuna.

### **Quais as lutas que os Tikuna os enfrentam para garantir a posse da terra?**

A falta de segurança, as pessoas não estão cumprindo seu dever como cidadão de respeitar o lugar do outro e acabam entrando nas terras dos Tikuna para roubar suas plantações de abacaxi, ingá, abiu, banana, macaxeira e outras frutas, é preciso mais fiscalização por parte do governo.

### **Qual o significado da terra para o povo Tikuna?**

A terra é a maior riqueza que o Tikuna possui, a floresta é rica, tem todo tipo de árvore, que dão frutas que servem de alimento tanto as pessoas como para os animais, por isso a terra tem um grande significado para o povo Tikuna.

### **Quais os problemas existentes em relação a terra?**

Os Tikuna nunca ficaram livres de problemas relacionados a terra, pois sempre existiu invasões, moradores de outras comunidades e de países vizinhos no caso do Peru e da Colômbia invadem nossas terras e acabam nossos peixes, agora o Tikuna também pesca na terra de outras comunidades.

### **Em sua opinião, quais os preconceitos que os Tikuna sofrem mesmo estando em seu território?**

Os principais preconceitos que os Tikuna sofrem são a língua Tikuna, e a maneira de se vestir, é importante saber que o Tikuna sofre preconceito em todo lugar que vai, nas escolas dos brancos não querem aceitar o filho do Tikuna, nas festas do município as pessoas olham para o Tikuna e riem debochando, não aceitam as pessoas que são diferentes em alguns aspectos mas iguais em outros.

## **Entrevista com G.S.B.**

### **Para você o que é ser Tikuna?**

Ser Tikuna significa ter consciência de sua realidade como pessoa que deve ter respeito pelos outros, ser amigo, companheiro, não ser falso com ninguém, é tratar todos de maneira igual porque ninguém é melhor do que o outro, por isso

devemos ter respeito pelas pessoa com quem lidamos no dia a dia, todos precisam um do outro.

### **Como você se sente quando alguém lhe chama de Tikuna?**

Sinto-me orgulhoso por ser Tikuna, tenho uma nação que me identifica no meio do povo, pertencço a nação de japó e sou reconhecido assim como pessoa que trabalha, que se diverte, que faz parte de um povo maior que é o país chamado Brasil.

### **Quais as lutas que os Tikuna enfrentam para garantir a posse da terra?**

O problema que existe agora é que se antes as pessoas podiam plantar perto de suas casas, hoje tudo mudou, ficou tudo muito difícil as pessoas foram aumentando e mais gente precisa de terra para plantar e isso faz com que apareçam os conflitos pela posse da terra.

### **Qual o significado da terra para o povo Tikuna?**

Em território Tikuna tudo tem significado e importância, o Eware é a nossa terra sagrada. É o começo do mundo, onde foi criado o povo Tikuna. Foi do Eware que nosso deus Yoi nos pescou, tudo que existe nesse lugar é sagrado, é nossa herança.

### **Quais os problemas existentes em relação a terra?**

É importante falar que antigamente não existia problema nenhum com relação a terra como existe hoje, pois todos possuíam suas roças e ninguém entrava em conflito por causa da terra, todos trabalhavam em união, ninguém brigava por causa da terra, mas hoje não tem terra para todo mundo plantar, até mesmo para construí as casas, por isso hoje temos problemas com a terra.

### **Em sua opinião, quais os preconceitos que os Tikuna sofrem mesmo estando em seu território?**

Os principais preconceitos que os Tikuna sofrem são manifestados na hora de fazer qualquer negócio, por exemplo, na hora de comprar a crédito, na hora de matricular o filho na escola, nos atendimento nos postos de saúde ou hospital. As pessoa não indígenas ignoram o Tikuna como se não fosse gente.

## **Entrevista com O.F.C**

### **Para você o que é ser Tikuna?**

Ser Tikuna é ter orgulho do seu sangue, de sua manifestação cultural, na música, na festa da moça nova, é partilhar das mesmas comemorações na comunidade, assim como todas as pessoas no mundo têm sua cultura o povo Tikuna também tem, enfim ser Tikuna é ser gente capaz de fazer tudo que outras pessoas fazem.

### **Como você se sente quando alguém lhe chama de Tikuna?**

Orgulhoso e feliz, porque agora o povo Tikuna não tem motivo para ter vergonha, somo reconhecido por termos uma cultura muito forte, principalmente a língua que falamos e que poucos sabem da nossa língua, não entendem, podemos

nos comunicar diante de pessoas não indígenas sem elas saberem o que estamos falando.

### **Quais a lutas que os Tikuna enfrentam para garantir a posse da terra?**

Segundo meus avôs, os Tikuna sempre travaram batalhas pelo uso e posse do território, desde 1970, com os seringueiros, madeiros, pescadores agricultores, comerciantes, os donos dos seringais, somente depois da Constituição Federal é que os Tikuna começaram a ter seus direitos garantidos na lei, mas ainda assim é preciso fiscalizar a entrada de pessoas não indígenas na comunidade para não termos maiores problemas de conflitos territoriais, os Tikuna devem lutar unidos e defender seus interesses contra os forasteiros.

### **Qual o significado da terra para o povo Tikuna?**

A terra para o povo Tikuna tem um grande significado, tanto na vida material como na vida espiritual, por isso se fala que sem a terra o indígena Tikuna não vive. A terra significa fonte de subsistência, é o lugar onde se planta e produz todo alimento de povo Tikuna.

### **Quais os problemas existentes em relação a terra?**

Um dos problemas que acontece aqui na comunidade é no período do verão quando as plantas ficam secas geralmente pegam fogo fácil e muitos não indígenas fazem isso por maldade e queimam as plantações do povo Tikuna da comunidade de Umariacú.

### **Em sua opinião, quais os preconceitos que os Tikuna sofrem mesmo estando em seu território?**

As pessoas não indígenas quando vêm um Tikuna descalço ficam olhando e as vezes riem debochando porque acham que pelo fato de estarem bem vestidos pensam que são melhores que os Tikunas, também fica rindo quando o Tikuna compram alguns peixes que eles não comem, não respeitam a cultura e o modo de vida de cada povo.

## **Entrevista com N.F.R**

### **Para você o que é ser Tikuna?**

Para mim o Tikuna é ter coragem de lutar e com a luta unir seu povo para viver em comunidade, em comunidade indígena e digo mais parentes nunca desistem de seus ideais, ser Tikuna é ser amigo nos dias de festa da moça nova e todas as comemorações da comunidade, ser Tikuna é ser como todas as pessoas, por isso tenho orgulho de ser Tikuna.

### **Como você se sente quando lhe chamam de Tikuna?**

Para mim depende como a pessoa fala, se a pessoa fala para ofender fico com raiva porque a palavra Tikuna não é o verdadeiro nome da tribo, o verdadeiro nome da tribo maguta, muitos brancos não sabem. Quando me chamam de Tikuna de forma educada fico alegre e orgulhoso, pois sei que pertencço um povo guerreiro que não desiste fácil das coisas.

### **Quais as lutas que os Tikuna sofrem para garantir a posse da terra?**

Os Tikuna travam um lutas constantemente para garantir a posse da terra, as vezes essas lutas se expressam no nível do debate e as vezes é preciso pedir ajuda policial por meio do órgão maior de representação da FUNAI, para resolver o problema de invasão do território Tikuna. O Tikuna não pode ficar sem terra para plantar, caçar, pescar, sem essas atividades não é possível a sobrevivência da população indígena.

### **Qual o significada da terra para o povo Tikuna?**

O significado da terra para o povo Tikuna é que ela representa o lugar de morada, onde se constrói todos os significados de paz, felicidade, fortuna, é onde vivemos e retiramos todo sustento das famílias. A terra é que dá origem do povo Tikuna desde o princípio de tudo, por isso a terra significa a própria vida.

### **Quais o problemas existentes em relação a terra?**

Os problemas existentes é que muitas pessoas entram nas terras indígenas para roubar suas plantações, porque nós preservamos nossa floresta, animais, lagos, igarapé, praias, nossa floresta é considerada o pulmão do mundo, não se pode viver sem a floresta.

### **Em sua opinião, quais os preconceitos que os Tikuna sofrem mesmo estando ES seu território?**

Os preconceitos que os Tikuna sofrem vem mais dos brancos, em todo lugar, nas escolas, nos bancos, na rua, no trabalho, as pessoas não dão valor ao povo Tikuna porque pensam que são melhores que os Tikuna, até mesmo as autoridades não atendem bem o Tikuna nas repartições públicas.

### **Entrevista com L.F.F.**

#### **Para você, o que é ser Tikuna?**

O Tikuna é um povo indígena que habita no Alto Solimões. Neste grupo indígena existem valores e que buscam conhecer seus direitos para não ser tão enganado, para isso existem organizações como o Conselho Gera da Tribo Tikuna (CGTT) que representa o povo geral Tikuna.

#### **Como você se sente quando lhe chamam de Tikuna?**

Sinto-me normal, sou Tikuna de verdade, não tenho vergonha, sou Tikuna mesmo. Não tenho motivo para me esconder de mim mesmo, não posso negar minhas origens, pois estou valorizando minha cultura e sou feliz assim, essa é minha identificação dentre os vários povos que existem no mundo, nossa relação social é boa entre os parentes e entre todos da comunidade de Umariacú.

### **Quais a lutas que os Tikuna enfrentam para garantir a posse da terra?**

Os povos indígenas de todo Brasil, sempre enfrentaram muitas lutas pela terra, desde o momento de vinda de o europeu que os índios lutam para sobreviver em sua própria terra. Para obter a demarcação, o reconhecimento, os recursos são poucos destinados para resolver os problemas no território dos Tikuna. A mídia não dá importância para os povos indígenas dessa região, os contatos com a população envolvente as vezes se dá de forma conflituosa, mas o povo Tikuna não desiste de lutar pelos seus direitos.

### **Qual o significado da terra para o povo Tikuna?**

A terra tem muitos significados para o povo Tikuna como por exemplo a terra serve para plantar, caçar, pescar, construir as casas para as famílias morarem e também serve para a prática da nossa cultura. Precisamos muito da terra, por isso valorizamos o que temos de maior valor de sustento e de espiritualidade, tudo representa a realidade do nosso povo Tikuna.

### **Quais o problemas existentes em relação a terra?**

O problema que existe é como os exploradores que sempre querem fazer uso da terra indígena mesmo que esta já esteja demarcada, esse fato vem desde os tempos antigos com os comerciantes, fazendeiros, madeireiro, pescadores, agricultores e a população não indígena que sempre querem a terra do Tikuna.

### **Em sua opinião, quais os preconceitos que os Tikuna sofrem?**

Os preconceitos que sofremos por sermos Tikuna vêm daquelas pessoas que não reconhecem as diferenças culturais dos povos, não entendem que somos pessoas iguais a todos que somos capazes de fazer as mesmas coisas que os brancos fazem.

### **Entrevista com B.J.C**

#### **Para você, o que é ser Tikuna?**

Eu nasci índio Tikuna, tenho sangue Tikuna, nunca serei branco, meu pai é Tikuna, minha mãe é Tikuna, todos temos sangue Tikuna, nosso orgulho é ser Tikuna, naturalmente Tikuna, originalmente Tikuna, porém somos seres humanos vivos, temos inteligência assim como as outras pessoas, por isso ser Tikuna para me é um orgulho e muito mais nasci em terras indígenas, mas falo três línguas, espanhol, português e Tikuna e isso me causa muito orgulho de ser Tikuna.

#### **Como você se sente quando lhe chamam de Tikuna?**

Sinto-me orgulhoso, não tenho vergonha de ser Tikuna e não me rebaixo quando os brancos me chamam de Tikuna, eu sempre respondo que sou uma

pessoa Tikuna igual como todo mundo e o mesmo sentimento que os não indígenas têm eu também tenho, minha vida faz sentido assim e vou defender meu povo até a morte.

### **Quais as lutas que os Tikuna enfrentam para garantir a posse da terra?**

No passado foi mais difícil para o Tikuna garantir a posse da terra, foi preciso muitas lutas para que acontecesse a demarcação das terras indígenas, os caciques tiveram que viajar muito para participar de debates até mesmo na Europa, porque o Tikuna sempre soube que tinha direito a terra, pois a terra era toda do povo indígena e depois que chegaram os europeus o povo foi perdendo sua terra e o próprio povo foi massacrado por essas pessoas que nunca respeitaram o território das populações indígenas.

### **Qual o significado da terra para o povo indígena?**

O significado da terra para o povo Tikuna é que essa terra era nossa desde o princípio, nós nascemos aqui mesmo, os brancos invadiram nosso território, foi Deus que deu essa terra para o povo indígena morar, ninguém tem o direito de tomar nossa terra, sem a terra não temos onde morar e cultivar nossa roça para produzir nosso alimento e fazermos nossas festas comemorativas, por isso o maior significado da terra é podermos morarmos para sempre nela com toda nossa família.

### **Quais o problemas existentes em relação a terra?**

O principal problema é que os brancos querem invadir e tomar a terra dos Tikuna apesar de já estar demarcada ainda assim existe a invasão de pessoas de diversos lugares e dos países vizinhos como é o caso do Peru e da Colômbia e também de pessoas que vêm de outras comunidades ribeirinhas. Existem outros problemas que afetam a vida do povo Tikuna como as doenças, as violências, as drogas os preconceitos a inveja tudo isso representa um mal no território do povo indígena Tikuna de Umariacú.

### **Em sua opinião, quais os preconceitos que os Tikuna sofrem mesmo estando em seu território?**

Os preconceitos mais acentuados são na hora do Tikuna conseguir um emprego, pelo fato de o mesmo não falar bem o português ninguém que dá emprego para o Tikuna, as vezes os brancos não fazem amizades com os Tikuna por causa da fala e do modo de se vestir, até mesmo os professores têm dificuldade de entender os alunos Tikuna, por isso muitos desistem de estudar na escola dos brancos.

### **Entrevista com J.E.R**

#### **Para você, o que é ser Tikuna?**

Para mim é motivo de orgulho ser Tikuna, porque pertenço a um povo que tem uma identidade, uma cultura e por isso devemos valorizar tudo que é nosso, a globalização Por meio dos interesses econômicos se apropriou dos conhecimentos tradicionais indígenas principalmente dos Tikuna em relação a medicina tradicional das plantas é possível retirar medicamentos para a cura de diversos tipos de doenças, os brancos têm interesse em explorar os recursos naturais existentes no território indígena Tikuna.

### **Como você se sente quando lhe chamam de Tikuna?**

Quando o branco me chama de Tikuna, sinto-me como se fosse um índio escravizado pelo dito civilizado, ainda mais quando olham para a gente com um olhar imundo, muitas vezes o branco fala mal do Tikuna, são ignorantes, não respeitam as culturas diferentes, só porque moram na cidade e a gente vive na comunidade, mas isso não quer dizer que somos inferiores a ninguém, pois somos iguais perante Deus e a lei.

### **Quais as lutas que os Tikuna enfrentam para garantir a posse da terra?**

O povo Tikuna luta por meio de manifestações, solicitam ajuda da FUNAI e das autoridades policiais, do IBAMA, da polícia federal, mobilizam as famílias e fazem reivindicações, o homem branco sempre quis destruir a cultura do índio, no passado invadiram as terras, não reconhecem que o índio foi o primeiro habitante desse lugar, mas nós estamos unidos para lutar por nossos direitos para que eles sejam respeitados.

### **Qual o significado da terra para o povo Tikuna?**

Foi boa pergunta. Porque o homem branco quer tirar a terra do índio, muitas vezes é preciso as pessoas ir para as ruas fazerem manifestações e aí os brancos querem lutar com os índios para tomar sua terra, mas nós indígenas temos direito de viver em paz com nossa família, pois o Brasil tem muito índio e quando é necessário os caciques vão para Brasília falar com o governo em busca de solução dos problemas da terra.

### **Quais os problemas existentes em relação á terra?**

Eu já vivi muitos problemas em relação á terra tanto na cidade como na comunidade, muitas violências aconteceram, conflitos que causaram mortes na terra e na água, tudo porque o branco invade nosso território, além de poluírem nossos rios, lagos e igarapés, muito dos animais já foram encontrados mortos jogados no igarapé. Sempre pedimos para o Tikuna defender seu território, cuidando bem dos recursos naturais para que nossos filhos não fiquem sem ter essas riquezas tão necessárias para sobrevivência de todos.

**Em sua opinião, quais os preconceitos que os Tikuna sofrem mesmo estando em seu território?**



Muitas vezes nós Tikuna sofremos preconceitos por questões raciais e da cor da pele, quando vamos para a cidade os brancos consideram a gente com se fôssemos animais irracionais, por isso estou estudando para que um dia eu possa ter uma profissão e fazer um lei que possa punir os agressores dos Tikuna. Eu como Tikuna quero defender os direitos do meu povo, principalmente nosso território, quero ser advogado e lutar pelos direitos humanos.

### **Entrevista com J.C.J**

#### **Para você, o que é ser Tikuna?**

Para me ser Tikuna significa ser maguta um povo que habita a região do Alto Solimões, que pertence uma etnia que tem cultura que fala sua própria língua materna, tem seus costumes, seu ritual, cantos tradições, ser Tikuna é ter orgulho de viver e poder defender seu território contra o invasor e lutar por seus direitos, seus interesses, garantir a efetivação dos direitos fundamentais do seu povo, dessa forma é possível contribuir para a construção de uma sociedade multicultural.

#### **Como você se sente quando lhe chamam de Tikuna?**

Sinto-me com raiva quando querem dizer que o Tikuna não presta, que não é inteligente, que não gosta de trabalhar aí eu sinto-me humilhado, mas quando as pessoas chamam de forma respeitosa fico feliz e orgulhoso porque sei que sou igual a todo mundo, ninguém é melhor do que ninguém, somos todos irmão filhos de Deus, então não há porque humilhar o outro.

#### **Quais as lutas que os Tikuna enfrentam para garantir a posse da terra?**

Hoje a luta é para garantir a sustentabilidade econômica e ambiental e as relações com a sociedade envolvente para manter viva sua riquíssima cultura e a defesa da terra. A produção de alimento, a conservação dos recursos naturais. A posse do território onde habita o povo indígena Tikuna, o objetivo da demarcação é garantir materialmente o direito indígena sobre a terra.

#### **Qual o significado da terra para o povo Tikuna?**

O significado da terra para o povo Tikuna é que ela representa a vida, as variedades de coisas que temos na floresta, como a fauna, flora, paisagem e natureza viva, o povo Tikuna permanece para sempre, a terra é a nossa casa que nascemos, vivemos e moraremos para sempre. Nós cuidamos da nossa terra e preservamos a nossa floresta que vivemos.

#### **Quais os problemas existentes em relação a terra?**

Os problemas que existem na terra é que os brancos querem tomar as nossas terras para implantar fábrica, moradias e explorar, é claro que os Tikuna não

vão permitir que isso aconteça, para isso os Tikuna estão defendendo seu território e por meio das representações dos caciques, os brancos fazem muitas reuniões contra os líderes da comunidade e os Tikunas fazem o mesmo, dessa forma os indígenas Tikuna procuram defender seu território.

**Em sua opinião, quais os preconceitos que os Tikuna sofrem mesmo estando em seu território?**

Os preconceitos que os Tikuna sofrem é mais expressivo quando vão á cidade sem sapato, quando falam sua língua, a roupas velhas e também nas repartições públicas muitas vezes são ignorados pelos atendentes que não querem atender o Tikuna, os brancos não reconhecem a cultura do povo indígena, não entendem que somos todos iguais perante a lei e perante Deus, essas pessoas são muito ignorantes.

**Entrevista com G. N. A**

**Para você, o que é ser Tikuna?**

Para me ser Tikuna é um símbolo do meu povo, sinto-me orgulhoso falar d minha língua, enquanto estiver vivo irei defender os ensinamentos dos meus ancestrais, sou Tikuna, sou importante tenho minha língua própria e costumes, pertencço a uma sociedade nacional que consiste numa estratégia de reprodução da cultura, dos conhecimentos tradicionais, lutamos por uma estratégia de sobrevivência do reconhecimento da diversidade cultural do povo Tikuna.

**Como você se sente quando lhe chamam de Tikuna?**

Não sinto nada, pois sou Tikuna e não tenho porque me envergonhar de ser da tribo Tikuna, cada pessoa tem sua nação e deve se orgulhar de seu povo, de sua língua, do eu costume, de sua crença de sua tradição. Toda cultura é importante e cada povo tem seu modo de ser, de pensar e de agir na sociedade, portanto devemos entender cada povo, sem se achar melhor ou pior por ser diferente em alguns aspectos culturais, afinal são as diferenças que fazem a beleza da diversidade cultural dos diversos povos que existem no mundo.

**Quais as lutas que os Tikuna enfrentam para garantir a posse da terra?**

Os Tikuna precisam lutar unidos com os caciques e representantes da FUNAI e outros órgão do governo para garantir a posse da terra. Essas lutas é por causa da nossa demarcação da terra, a terra é a coisa mais importante para o povo indígena, por isso cuidamos sempre para não desmatarmos a floresta para que um dia não falte animais, água. Por muitas razões os Tikuna devem lutar para garantir a posse da terra.

Nós Tikuna já lutamos bastante para termos a posse da terra, foi muito trabalho das lideranças juntos a FUNAI e o povo todos participando dos encontros em diversos lugares a nível local, estadual e a nível nacional, mas até que na década de 1990 nossas terras foram reconhecidas e demarcadas.

### **Qual o significado da terra para o povo Tikuna?**

Pois sim a minha terra tem muitos significados, os mais velhos contam muitas histórias a respeito de nosso povo, contam que a terra providencia cada alimento para seu povo assim como a mãe amamenta seu filho assim é a terra ela produz tudo que é necessário para a sobrevivência de todos, desde a madeira para a construção das casas até os artefatos de caça e pesca como canoa, flexa, remo, as frutas que são retiradas da floresta. A terra é nossa mãe, tudo nos dá por isso devemos respeitá-la e conservá-la da melhor forma possível para que nossos descendentes não sofram pela falta de recursos naturais.

### **Quais os problemas existentes em relação a terra?**

O problema mais comum é a invasão da nossa terra por pessoas estranhas, nós Tikuna cuidamos da natureza, mas o homem branco só quer destruir tudo. Outro problema é que no limite da terra com a cidade de Tabatinga, há uma grande invasão por pessoas não indígena que sempre querem construir suas casas na área indígena, isso ocorre quando a FUNAI não toma as providências necessárias no sentido de proibir a entrada de pessoas que não pertencem á comunidade de Umariáçu.

### **Em sua opinião, quais os preconceitos que os indígenas sofrem mesmo estando em seu território?**

O principal preconceito que nós sofremos é a discriminação sobre a língua, na universidade, por que quando um Tikuna fala em português, é claro as vezes ele erra muito porque ele não nasceu com essa língua, bem sabemos que essa língua foi trazida pelos portugueses, então ela não é originária do Brasil e sim é um língua emprestada.

## **ANEXOS**

ESTA CÓPIA CONFERE COM O ORIGINAL.  
FILME N.º 391  
MUSEU DO INDÍO - FUNAI  
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

Resp. *Castro*

9 - POSTO INDÍGENA TICUMAS

00000560

Dados abaixo o teor do ofício recebido, por este Chefe, do  
Quartel General da 8a. Região Militar:

\* Of. N.º 80/B. E/M/R. Pa. Seção

Datam - Pará, em 28 de Março de 1945

Do Gen. Comandante da 8a. R/M/

Ao Sr. Inspetor da 1a. Inspectoria  
Regional de Proteção aos Índios

Maués

ASSUNTO: - Providências

(Scielta) 20

I - Este Comando foi informado de que o Serviço de Proteção  
aos Índios, pretende construir em Tabatinga, um prédio desti-  
nado ao Posto de Proteção aos Índios.

II - Segundo a mesma informação, no terreno escolhido para es-  
sa construção, acha-se localizada, há cerca de 25 anos, uma  
ex-praça do Fel. Indep. de Tabatinga, que construiu pequena  
casa para sua família, derrubou a mata, destacou e posou ali-  
amente plantações e campo cercado de arame farpada, onde cri-  
a algumas cabeças de gado bovino.

III - Consta ainda que existe nas proximidades de Tabatinga  
um lugar denominada "Maritá-Isaú" que poderia ser ligada por es-  
trada de rodagem de cerca de 5 kms., àquela localidade, e es-  
taria em condições para a instalação desejada.

IV - Da fase do exposto esta Unidade vem scielta esolarimen-  
tar a respeito.

V - Aprovado a oportunidade para testemunhar-se os meus pro-  
vistos de alta estima e distinta consideração,

(a) Alexandre Soares de Assumpção  
Gen. de R.M. dat. da 8a. R/M

ESTA CÓPIA CONFERE COM O ORIGINAL  
FILME N.º 341  
MUSEU DO INDIO - FUNAI  
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO  
Recp. *Callm*

00000561

Em virtude do assunto constante do ofício supra citado, esta Chefia dirigiu a Diretoria as seguintes radios:

\* AGRINDIOS RIO

NR 146 DE 25-4-45- PERDIDO SEGUIR DIA ONZE MAIO PROXIMO DESTINO POSTO TIGUAS SEM ENCONTRAR LOCAL PARA CONSTRUÇÃO PRÉDIO ALVENARIA SEDE POSTO E RESOLVER QUESTÃO TERRA INDIOS ATENDES-DO SOLICITAÇÃO CONSTANTE OFÍCIO NR 80 DO GENERAL COMANDANTE DA OITAVA BRIGADA MILITAR PT PEÇO AUTORIZAÇÃO E ARREBITAMENTO DIARIAS PT SRS ALBERTO PIZARRO JACOBINA CHEFE IR 1 SPI

\* AGRINDIOS RIO

NR 147 DE 25-4-45- REFERENCIA MEU 146 SOLICITAVOS REQUISITAR-DES DUAS PASSAGENS DE IDA E VOLTA AVIÃO PARA O MANAUS TABATINGA VO SENDO UMA PARA O CHEFE DESTA IR E OUTRA PARA O MÉDICO ITINERANTE DE DAVILO AGUIAR CORREA PT SRS ALBERTO PIZARRO JACOBINA CHEFE IR 1 SPI

De resposta recebeu, esta Chefia, os dados seguintes que se se-  
guem:

\* OF AGRINDIOS MANAUS AM

356/RA DE 28 4 45 VOSSO 147 VO COMUNICO FOI FEITO IMPEDIESTE REQUISICÃO VOSSA PASSAGEM AEREA PTVO QUANTO PASSAGEM MEDICO NAO FOI PROVIDA POR NAO ENCONTRAR APOIO LOCAL PT SAUDAÇÕES

\* OF AGRINDIOS MANAUS AM

N 358/RA DE 28 4 45 VOSSO 184 DE 28 4 45 VO COMUNICO PORTARIA 89 DE 27 CORRENTE VO DIRECTOR SUBSTITUTO VOS DESIGNOU PARA VIAGEM REFEELDA PTVO ANOTOU DIARIA TRINTA E OITO CEZELINHOS PT DEVESIS CUMPRIR EM ... SA SAUA VOSSA PARTIDA PT SAUDAÇÕES

.....  
Valor do Serviço Especial  
Serviço Especial  
Metrômetro 044303

ESTA CÓPIA CONFERE COM O ORIGINAL,  
FILME N.º 349  
MUSEU DO INDIO - FUNAI  
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

0000562

Assis, devidamente autorizada, providenciar minha partida  
para destino a Taboão, tendo passado o seguinte radiô ao Exmo. Sr.  
Comandante do Gr. Reg. Militar

"RADIO EM UNF BDA ALEXANDRE ZABARIAS DE ASSUMPTIO  
CMT Co. REGIÃO MILITAR BRLIM

NR 178 DE 11-5-40- COMUNICO VOSSENCIA QUE EM ATENÇÃO ASSUNTO  
VERBADO OFICIO NR 30/8 DEBEM COMANDO VO BRIGADA DIA 15 (15-5-40)  
REMIT AVIÃO PARA O DESTINO T. ATENÇÃO VO SEM SOLICITARE CASO  
HELI REFERIDO PT CAS MDS ALBERTO PIZARRO JACOBINA CHEFE LR 1  
SPI"

Poucos dias após a Diretoria recebia a seguinte constante do  
seguinte radiô:

"AGRINDIOS RIO  
NR 170 DE 15-5-40- ACORDO PORTARIA NR 69 DE DIRETOR SERVIÇO  
VO COMINTOCVOC: CHEFE LR 1 SEGUIR HORA 15 VIARIA AS 6 HORAS  
DESCRIÇÃO POSTO TIUNAS PT BDA ATR BALBUEDO MORASSE INSP XIV

Como resultado da inspeção desta Chefia, Sr. Manoel da Costa  
de estabelecida com o Sr. Comandante do Pelotão de Tapaningá, Tenente  
João Maria Cardoso Dourado, ~~há de ser que pode ser feita pela~~  
~~criança levantada por esta Chefia e que apresenta a seguinte~~  
~~situação de terra nele assinalada, medindo aproximadamente 12 kms. de~~  
~~extensão por 5 kms. de largura, com frente para o Sotão e Jundu~~  
para o Tocantins, será reservada ao Posto Indígena Tiunas. Se aqui  
estiver estabelecido o local do prédio velho, e em normalidade o local em  
que se deverá edificar o novo prédio de alvenaria.

Por ocasião de sua última passagem por Manaus, Curt Neumann  
d. d. visitando esta Inspeção à qual sempre prestou serviços  
destinados, teve oportunidade de examinar o referido projeto, dando  
dele o seu apoio integral e julgando o mesmo a mais acertada como  
local, semelhante para instalação do Posto. Conhecendo profundo que  
esta medida seria desaprovar a ideia de instalarmos o Posto na

.....  
Vila do Barão Torres  
Santanhã, 1948

ESTA CÓPIA CONFERE COM O ORIGINAL,  
FILME N.º 311  
MUSEU DO INDIO - FUNAI  
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO  
Resp. *(assinatura)*

para levantamento indígena do nosso Posto.

00000563  
Frente, ficou-se então, Curt Hamenda, a fazer um novo projeto muito mais perfeito, baseado no levantamento expedido da região por ele executado, e no qual ele localizaria com maior precisão a fronteira reservada ao nome *Wasa*, da qual faria parte integrante o lugar *Wa-It-Ased*.

Nesta Chefia se orgulha de possuir o original desse documento de propria punho de Curt Hamenda, e o ultimo desenho por ele elaborado e oferecido a esta Inspeção. Junto encontrareis uma copia desse documento preciso.

Curt Hamenda recebeu desta Inspeção toda a documentação que solicitou para a viagem que empreendeu a região dos Ticunas, tendo esta Chefia lhe fornecido inclusive os seguintes documentos:

\*Port. nr. 5  
Manaus, 22-11-65

Resolve:

Homenear o Professor Curt Hamenda, para exercer as funções de Delegado de Índios na região do alto rio Solimões durante o tempo que se fizer necessaria aos estudos indigenistas de que está incumbido pela Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios no Amazonas e Museu Nacional do Rio de Janeiro. Registre-se e annuncie-se

(a) Alberto Picarro Jacobina  
Chefe I.R. 3 do SPI.

\*CF/H 187  
Manaus, 22-11-65

O Chefe da 1ª Inspeção Regional do SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, no Amazonas, encarecendo o alto valor científico de que está incumbido o eminente Professor Curt Hamenda, solicita a quem este lhe prestar toda a assistência moral e material ao referido Professor, afim de que lhe seja facultado levar a bom termo os estudos indigenistas a que se tem dedicado na região do alto rio Solimões.

Exatista Qualificação

(a) ALBERTO PICARRO JACOBINA  
Chefe da I.R. 1 SPI.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS  
SERVIÇO FUNDIÁRIO

Memorial Descritivo

IMÓVEL - "UMARIAÇU GLEBA B", com área de 156,4399 ha, situado Margem esquerda do Rio Solimões, no Município de Tabatinga, com os seguintes rumos, distâncias e confrontações:

| De       | Para     | Ângulo     | Distância   |
|----------|----------|------------|-------------|
| M-03-EXB | M-12-A   | 99°53'35"  | 3.050,922 m |
| M-12-A   | M-09-A   | 258°38'48" | 2.831,124 m |
| M-09-A   | M-04-EXB | 348°19'46" | 201,492 m   |
| M-04-EXB | M-03-EXB | 347°55'46" | 904,170 m   |

Área m<sup>2</sup>: 1.564.399,119 m<sup>2</sup>  
Área ha: 156,4399 ha  
Área Alqs: 64,6446 Alqs.  
Perímetro: 6.987,708 m

Vértices

M-03-EXB ao M-12-A  
M-12-A ao M-09-A  
M-09-A ao M-04-EXB  
M-04-EXB ao M-03-EXB

Confrontações

Terras do INCRA  
Terra indígena Umariaçu  
Terras do Exército ocupadas pelos índios  
Terras do Exército Brasileiro

Tabatinga, Quarta-feira, 8 de Novembro de 2006.

  
ZENILDO DE SOUZA CASTRO  
Técnico Agrimensor



Tukuna Umariçu

AER:

Grupo Indígena:

Situação do processo demarcatório

| <u>Principal</u> |                              |
|------------------|------------------------------|
| Nome:            | TI Tukuna Umariçu            |
| Sit. Jurídica:   | Regularizada                 |
| Etapa Admin.:    | Terra tradicional. Concluído |
| Área (ha):       | 4854                         |
| Perímetro:       | 40                           |
| UF:              | AM                           |
| Município:       | Tabatinga                    |

**Lista de documentos da Terra Indígena**

|  |   |
|--|---|
| Certidão 001<br>SPU - AM<br>09/02/2001<br>Registro do próprio nacional denominado Tukuna Umariçu. Processo nº 05032.000001/01-90<br>(Área total 4855. Área incidente na UF: 4854,9989)<br>Terras: Tukuna Umariçu | Ofício nº 008/DAF<br>Paulo Roberto Soares<br>05/01/2001<br>Solicita ao SPU-AM o registro do próprio nacional denominado Tukuna Umariçu. (Área total 4.854,9989 ha. Área incidente na UF: 4.854,9989)<br>Terras: Tukuna Umariçu  |
| Matr. 498 Lv. 2-c Fl. 88<br>CRI - Comercio de Tabatinga/AM<br>20/11/2000<br>Registro da TI Tukuna Umariçu referente à área incidente no município de Tabatinga/AM<br>Terras: Tukuna Umariçu                      | Decreto de 11 de dezembro de 1998<br>Fernando Henrique Cardoso (Pres. República)<br>11/12/1998 - Publ.: 14/12/1998<br>Homologa a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente do grupo indígena<br><i>Para a seguir descreve a Terra Indígena denominada Tukuna Umariçu, com superfície de quatro mil, oitocentos e cinqüenta e quatro hectares, noventa e nove áreas e oitenta e</i><br><i>dezesseis metros, situada no município de Tabatinga, Estado do Amazonas. Obs: A terra indígena de que trata este Decreto, situada na</i><br><i>TERRAS: TUKUNA UMARIÇU</i> |

12/11/1997

12,31 - EXERCÍCIO  
 103,18 - EXERCÍCIO  
 156,00 - INCEA  
 271,49

# TERRA INDÍGENA TUKUNA UMARIACU

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.112, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.796, de 24 de janeiro de 1996, combinado com o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1997 e diante da proposta apresentada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, objetivando a definição de limites da Terra Indígena TUKUNA UMARIACU, constante do processo FUNAI/DSB 1552/97.

CONSIDERANDO que a Terra Indígena localizada no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas, ficou identificada nos termos do § 1º do art. 231 da Constituição Federal e inciso I do art. 17 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, como sendo tradicionalmente ocupada pelo grupo indígena Tukuna;

CONSIDERANDO os termos do Despacho do Presidente nº 39/FUNAI, de 27 de dezembro de 1996, publicados no Diário Oficial da União, de 13 de janeiro de 1997;

CONSIDERANDO que, no prazo de contestação fixado no art. 2º, § 8º, e no art. 9º, "caput", do Decreto nº 1.775/96, não houve qualquer manifestação quanto à caracterização da terra indígena, resolve:

Art. 1º Fica declarada de posse permanente dos índios a Terra Indígena TUKUNA UMARIACU, com superfície aproximada de 4.900 ha (quatro mil e novecentos hectares) e perímetro também aproximado de 78 km (trinta e oito quilômetros), assim delimitada: MORTE partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 69°56'43" Wgr e 04°15'33" S, situado à margem esquerda do Rio Solimões; daí, segue-se por uma linha reta, passando pelos pontos de coordenadas geográficas aproximadas 69°56'41" Wgr e 04°15'32" S, junto a uma Castanheira e 69°56'24" Wgr e 04°15'28" S, junto a uma casa de farinha, até encontrar o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 69°56'12" Wgr e 04°15'26" S, situado à 170 metros aproximadamente equidistante do eixo da pista de pouso da Aeronave Intinacional de Tabatinga; daí, segue-se por uma linha reta até encontrar o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 69°55'30" Wgr e 04°15'45" S, situado à 170 metros aproximadamente e equidistante do eixo central da cabeceira da mesma pista, daí, segue-se por uma linha reta, acompanhando a cerca (muro) de segurança da já referida cabeceira da pista, até encontrar a linha divisória entre as áreas dos Ministérios da Aeronáutica e Exército; daí, segue-se por uma linha reta até encontrar o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 69°55'05" Wgr e 04°15'07" S, situado próximo ao Acampamento Temporário de Selva do Batalhão de Fronteiras do Solimões; daí, segue-se por uma linha reta até encontrar o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 69°54'20" Wgr e 04°14'45" S, situado à margem de um igarapé sem denominação, ficando a roça indígena existente no local dentro da área; daí, segue-se por uma linha reta até encontrar o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 69°50'26" Wgr e 04°13'59" S, situado próximo a cabeceira de um igarapé sem denominação, coincidente com o limite da terra indígena Évare I, LESTE do ponto antes descrito, segue-se no sentido jusante pelo igarapé sem denominação, até encontrar a sua confluência com o Igarapé Preto, no Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 69°49'30" Wgr e 04°17'21" S, também coincidente com o limite da terra indígena Évare I, SUL do ponto antes descrito, segue-se no sentido montante do Igarapé Preto, até encontrar o Ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 69°51'45" Wgr e 04°16'10" S, situado na confluência com um igarapé sem denominação, pela sua margem esquerda, daí, segue-se por uma linha reta até encontrar o Ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 69°54'20" Wgr e 04°17'46" S, situado à margem esquerda do Rio Solimões. OESTE do ponto antes descrito, segue-se pela margem esquerda, no sentido montante, do Rio Solimões, até encontrar o Ponto 01, inicial da presente descrição perimétrica.

Art. 2º Declarar que a Terra Indígena de que trata esta Portaria, situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 20, § 2º, da Constituição.

Art. 3º Determinar que a FUNAI promova a demarcação administrativa da Terra Indígena ora declarada, para posterior homologação pelo Presidente da República, nos termos do art. 19, § 1º, da Constituição e do art. 5º do Decreto nº 1.775/96.

*Resposta em  
14.12.93  
10.12.93 10:33*

JOÃO FACHO DE OLIVEIRA FILHO  
DEPPE - AMBROZINIA (021) 254-4320  
VALDIR DE BARROS TORRES: (092) 412-3327  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PARATINGA - FUMAI  
5 CIRCULO PARATINGA (Am), 09 de Dezembro de 1993

- ANEXO AO PRESENTE BREVETÉ PARA SEU CONHECIMENTO Cópia de:
- ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 02/12/93 COM REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E PASTORIL (foi cedida conforme proposta dos indígenas);
  - FAX NR 318/93-DAP
  - MAPA DA ÁREA INDÍGENA TIKUNA EM PARATINGA
- NR. TERCEIRO REUNES. RECONHECIMENTO O COTE.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI  
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS - AM

## MEMORIAL DESCRITIVO

### Área de acréscimo Terra Indígena UMARIAÇÚ

ÁREA: 156,4399 há. Umariacú Gieba - B

| DE       | PARA     | angulos    | DISTANCIA | CONFRONTAÇÕES   |
|----------|----------|------------|-----------|-----------------|
| M-03-EXB | M-12-A   | 99°53'35"  | 3.050,922 | TERRAS DO INCRA |
| M-12-A   | M-09-A   | 258°38'48" | 2.831,124 | T.I. UMARIAÇÚ   |
| M-09-A   | M-04-EXB | 348°19'46" | 210,492   | TERRAS EXERCITO |
| M-04-EXB | M-03-EXB | 347°55'46" | 904,170   | TERRAS EXERCITO |

**NORTE/LESTE:** Partindo do Ponto M-03-EXB (do Exército Brasileiro) de coordenadas geográficas 04°13'56,1 S e 69°53'24,1Wgr, daí segue por uma linha reta até o Ponto M-12-A de coordenadas geográficas aproximadas 04°14'13,28 S e 69°51'46,63 Wgr, situada no cruzamento da linha de demarcação da Terra indígena Umariacú. 69°53'17,6 Wgr.

**SUL/OESTE :** Daí segue pelo limite da linha de demarcação até o Ponto M-09-A de coordenadas geográficas aproximadas 04°14'31,5 S e 69°53'17,6 Wgr.  
Do ponto antes descrito segue por uma linha reta até o Ponto - M-04-EXB # do (Exército Brasileiro) de coordenadas geográficas 04°14'24,9 S e 69°53'18,0Wgr, daí segue por uma linha reta até o Ponto M-03-EXB inicial da descrição do perímetro.

Manaus, Am 08 de novembro de 2006

Responsável Técnico pela  
Identificação dos Limites

Zenildo de Souza Castro

Téc. Agrimensor/SFU/BR/MAO

INFRAERO

Ata de Reunião realizada no dia 02 de Dezembro de 1993 na Superintendência da INFRAERO em Tabatinga(AH).

Reuniram-se às 09:00h do dia 02 de Dezembro de 1993, na INFRAERO-TT<sup>1</sup> o Cel Av Luiz C.R. Rodriguez- Subdirtor da SDPA (Subdiretoria de Patrimônio da DIRENG), Sra. Rosemayre Malhorquim Ferreira - Superintendente do Aeroporto Internacional, Sr. Noraldino Vieira Cruviel - Antropólogo da FUNAI e os demais representantes abaixo relacionados.

O Cel Rodriguez iniciou a reunião mostrando a titulação da área de propriedade da União entregue à jurisdição do Ministério da Aeronáutica para analisar as origens dos conflitos existentes entre área da reserva indígena Tikuna e a área do Aeroporto de Tabatinga e propor uma solução conciliatória. Posteriormente, fazendo uso da palavra o Sr. Noraldino expôs sua condição de Técnico Antropólogo da FUNAI, tendo iniciado estudos relativo a áreas indígenas (Tikuna-Umariagu) desde 1978 em Tabatinga. Em seguida traçou o histórico indígena de 1750 até os dias atuais conforme documento em anexo.

Esclarecendo, ainda, que sua função específica é estudar historicamente a presença do grupo indígena na área e, relacionando a história e cultura do grupo, propor soluções ouvindo esse grupo. Informou ainda que, em 1978, foi feito o 1º estudo da área indígena, por uma equipe composta por um topógrafo e um antropólogo da FUNAI.

Em 1945 foi criado, pelo então Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o Posto Indígena (PII), sendo sua sede localizado onde atualmente situa-se a feira da Comara. Há registros que em 1978, os índios moravam nos Setores Sul e Norte da pista e que se comprometeram tirar suas plantações da parte Norte posicionando suas roças no Setor Sul, limitando-se com a pista de pouso.

O Sr. Noraldino lembrou que as ocupações antigas constituem-se em direito inextinguível (direito originário), Art. 231 e seus parágrafos da Constituição, Decreto nº 22 e Lei nº 6.001, os quais, em síntese, garantem a restituição aos índios de todo e qualquer aproveitamento dessas áreas que tenha sido executado pelos brancos.

Entretanto, a área respeitada pelos índios, limitada pelo terreno que abrange a faixa de segurança do aerodromo, constituía-se em terrenos alagados, que reduziu o seu aproveitamento na agricultura em aproximadamente 50%. e, mesmo assim, essa área não foi até hoje demarcada por problemas administrativos.

Após, a comitiva deslocou-se para verificação in loco da proposta de modificação dos limites da área patrimonial do Aeroporto, visando uma solução conciliatória que atendesse interesses do Ministério da Aeronáutica e da Comunidade Indígena (Tikuna-Umariagu I e II). Por esta proposta seria estabelecida uma linha divisória, permanecendo as ocupações existentes na porção ocidental a esta linha integrando o patrimônio do Ministério da Aeronáutica. A interseção dessa linha com a cerca operacional do aerodromo e o prolongamento desta, ao longo da pista, até atingir o ponto de inflexão da cerca operacional, que faz limite da cabeceira 30, coincidiria com o limite da área patrimonial do Aeroporto.

A área patrimonial teria sua porção oriental reduzida até coincidir com a cerca operacional e o prolongamento dessa na direção Norte até o limite com a área do CFSOL. A comunidade indígena se compromete a respeitar esses novos limites, como também a se retirar do Setor Norte do Aeroporto, mediante indenização das benfeitorias permanentes que lá se encontram.

Tabatinga(AH), 02 de Dezembro de 1993

vide-verso....



Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FAX Nº 318 /93 - DAF

Brasília, 07 de dezembro de 1993

0924123327

Da: Diretora da DAF

Para: Administrador ADR Tabatinga

Objetivando maior exatidão dos limites da Área Indígena Tukúna de Umariagu e a localização correta de alguns pontos de orientação que se encontram nas proximidades dos limites da mesma, solicito comunicar ao Sr. agrimensura Orison Leite Ramalho, que estamos indicando-o para, acompanhar as lideranças Tukúna de Umariagu e sob sua orientação, que proceda à identificação dos pontos de coordenadas grafadas no mapa em anexo, e do GPS que se encontra em seu poder, quais sejam:

PONTOS DE LIMITES:

- 01 - Castanheira;
- 02 - PISTA DE POUSO - 170 metros do centro da pista, próximo Buriti, local onde passará a cerca de operações INFRAERO;
- 03 - Cabeceira da Pista de Pouso; e
- 04 - Limite entre: INFRAERO/B.F. Sol e Área Indígena Tukúna Umariagu.

PONTOS DE ORIENTAÇÃO:

- 05 - Acampamento de Selva do B.F. Sol;
- 06 - Localização da roça Tukúna mais ao norte da área identificada; e
- 07 - Localizador da aldeia nova - Casa do Sr. Felipe.

Saudações

DEPOIS DA CASA DO FELIPE.

  
Diretora  
Diretoria de Assuntos Fundiários

AF/NVC/sb.